



J. ESPINHO
49

REVISTA MUNICIPAL.

NÚMERO 43 4.º TRIMESTRE

1949

PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Um número trimestral	10\$00
Um volume semestral (dois números)	17\$50
Assinatura anual (quatro números)	32\$50



DEPOSITÁRIO GERAL

Grupo «Amigos de Lisboa» — Rua Garrett, 62, 2.º — Telef. 2 5711



CORRESPONDÊNCIA

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa
Rua da Boa Vista, n.º 3 — Telef. 3 2174



REVISTA MUNICIPAL

D I R E C Ç Ã O
DR. JAIME LOPES DIAS

•
ASSISTENCIA GRÁFICA
J O S É E S P I N H O

•
D E S E N H O S D E
M A N U E L L A P A ,
R O S A D U A R T E ,
C A R L O S R I B E I R O ,
E J O S É E S P I N H O

•
C A P A D E J O S É E S P I N H O

SUMÁRIO

ACÚRCIO PEREIRA
LUIS DE QUADROS
MATOS SEQUEIRA

J. CAMARATE FRANÇA

AFONSO DO PAÇO E FAUSTO
J. A. DE FIGUEIREDO

LISBOA 1899

A VISITA A LISBOA DO CHEFE DE ESTADO
ESPAÑHOL, GENERALÍSSIMO FRANCISCO FRANCO

A RUA DA PALMA

AS COMEMORAÇÕES DO 802.º ANIVER-
SÁRIO DA TOMADA DE LISBOA AOS MOUROS

LISBOA 1899 (Continuação)

O 80.º ANIVERSÁRIO NATALÍCIO
DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

NOVAS ESTAÇÕES PRÉ-HISTÓRICAS
DOS ARREDORES DE LISBOA

ANTOLOGIA DE LISBOA

SECÇÃO JURÍDICA

BIBLIOGRAFIA

ÍNDICE GERAL DA «REVISTA MUNI-
CIPAL» — N.º 36 A 43 — ANOS DE 1948/49

★

N.º 43 ~ 4.º TRIMESTRE ~ 1949

★

COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS
DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA



OS ARTIGOS PUBLICADOS
NA «REVISTA MUNICIPAL»
SÃO DA RESPONSABILIDADE
DOS SEUS AUTORES



LISBOA

1899



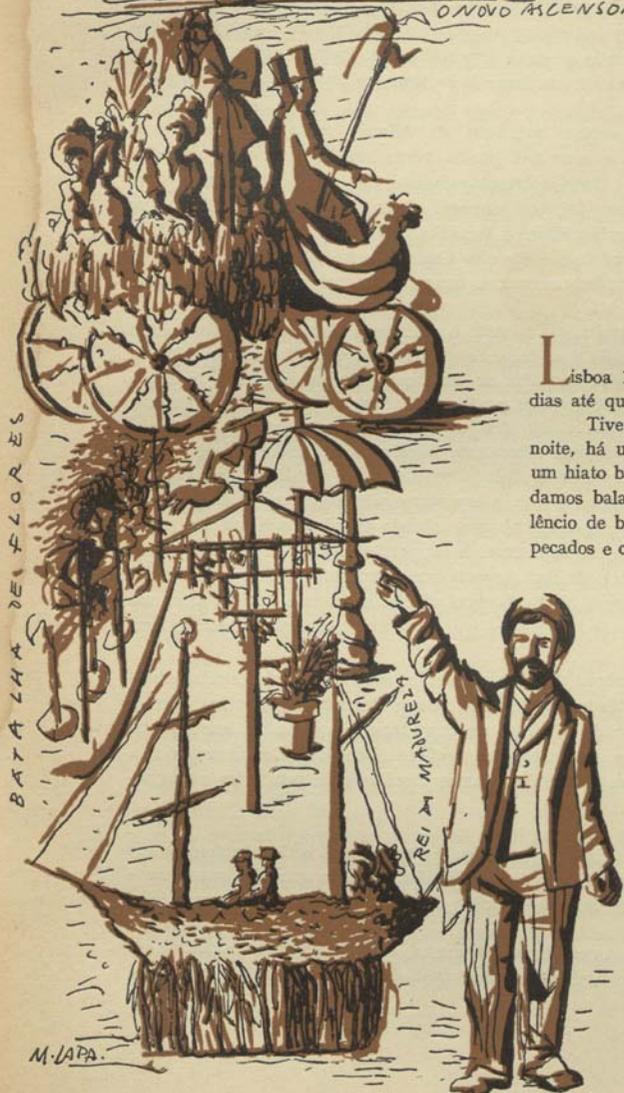
Conferência proferida no Salão Nobre dos Paços do Concelho, no dia 25 de Outubro de 1949, sob a presidência do sr. comandante Nuno de Brion, em representação do sr. Presidente da República; que estava ladeado pelos srs. Subsecretário de Estado da Assistência; Prof. Dr. Queiroz Veloso, Presidente da Academia Portuguesa da História; Dr. Júlio Dantas, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa; e Tenente-Coronel Alvaro de Salvação Barreto, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Lisboa 1899! Vão escoar-se trezentos e sessenta e cinco dias até que se extinga o século!

Tive sempre a impressão de que, ao bater a meia noite, há um ligeiro espaço de tempo, uma pausa fugaz, um hiato breve, um relâmpago em que, inconscientemente, damos balanço à vida que vivemos, e, num profundo silêncio de bondade, espécie de comunhão em que se lavam pecados e culpas, o coração de todos os homens espalhados pelo vasto Mundo bate ao mesmo ritmo generoso e amplo. Enganadora esperança! A meia noite varia segundo os meridianos. Os homens nunca se encontrarão!...

Agora, como na portada de cada novo ano, estampam-se interrogações inquietas. Comovido, cada um de nós, face ao Destino, sonda o Destino e prepara-se no seu íntimo para um novo combate. O sonho que não passou de sonho talvez venha a converter-se em realidade! As dívidas derretem-se ao conchego reconfortante dos lares onde, cobertas de alvas toalhas e do melhorinho em louças e vidros, as mesas esperam, muito quietinhas e sisudas, que sobre elas deponham o patriarcal Perú recheado, ainda a dourar no forno do padeiro da rua, e que a família se reúna à volta, contente e palradora, de garfo e faca em riste.

Um perfume de esperança ergue-se devagarinho da chaminé de cada casa. E não há como a esperança para tecer a talagarça rosada das ilusões!



Lisboa, recolhida em modesta pacatez de aldeia, viçosa e alegre, sorri com aquele claro sorriso dos dias soalheiros de Inverno em que tudo é transparente e leve, murmúrio carinhoso e gentil donaire.

Amarinhando às colinas, encostadas umas às outras, alcandoradas à beira de desniveis violentos que sugerem equilíbrios instáveis, as casas, vistas de longe, lembram o saco de retalhos de Maria Papoula, na variedade infinita e gárrula de coloridos, na sobreposição e invasão mútua de cromatismos, na ingénua ignorância de urbanizações. Há um certo ar de paradoxal tumulto ordenado — ruas torcicoladas, recantos inesperados, linhas sinuosas de vielas e de becos, gargantas de Quebra-Costas — escadinhas a despenharem-se quase a pino no vale — larguitos desafrentando a entrada de velha igreja. De cada nesga de arruamento em direitura ao Sul descobre-se uma nesga do Tejo, rebrilhando calmamente, cardume de escamas de ouro onde às vezes passa uma vela afanosa da cabotagem.

Calmos e senhoriais palácios de nobreza vizinham, em Alfama, prédios esguios onde se arruma gente pobre, roupas penduradas a secar nas janelas, como bandeírolas em dia de festa; vasos onde não-de abrir-se as corolas das flores, sobre os parapeitos das mansardas; e, no declive dos telhados desiguais na altura, os gatos lisboetas dormem esparralhados ou filosofam ou se batem à unha por sua dama. A Sé, embiucada nos paredões medievais, deixa correr os anos e os séculos, as gerações e os acontecimentos; e o velho Castelo, berço e núcleo da expansão cidadina, desfeado pelo aborto de edificações caseiras, recorta-se na paz infinita do céu azul.

Lisboa 1899!

A Graça e o Monte de S. Gens espreitam as misérias e as tristezas da Mouraria, abandonada por falso romantismo à tísica, à prostituição e ao fado. Sobre a Baixa pombalina e a Avenida da Liberdade a alegria dos sinos das igrejas gargalha no bronze as canções profanas mais em voga, porque ainda os não espartilharam severidades canónicas. O *Fado Livô*, o *Fado do Jacinto*, o petulante pé descalço do *Rebola a bola...* que deu popularidade a uma revista não muito católica, andava no repertório dos sineiros, nesta cidade sem rancores, sem paixões violentas, onde todos se conheciam e se saudavam, numa tranquilidade bonacheirona, sonolenta, sem pressas. Lá estava a pautar-lhe a existência pequenina e feliz, a espreitar o pitoresco empedrado em ondas do Rossio, o inexorável mostrador do relógio do Carmo que, sabendo às mil maravilhas para quem trabalhava, deixava cair as badaladas das horas e meias horas para as repetir pouco depois com pachorras fradescas. Nada de fiar no relógio da Rua Augusta que, talvez por influência do Terreiro do Paço, tinha repêlões de mandria e parava obstinadamente ou obstinadamente andava meio maluco a marcar horas que já tinham passado ou minutos que ainda rolavam num próximo futuro!

Lisboa 1899!

Bairro Alto, rasgado de vielas sombrias de febre e de vício, Bairro catita da Estrela, envolvendo a basílica apoplética na rotundidade do zimbório que o desventurado Mateus Vicente traçou; bairro da Estrela com o seu quadrado de jardim em cujos bancos os velhinhos iam procurar o Sol que se lhes ausentara das veias, e que as criadas, negligentes dos cuidados mercenários a dispensar aos bebés, tinham arvorado em paraíso dos guardas municipais de petulantes e conquistadores bigodes retorcidos.

6 Lisboa da minha infância, como tu eras encantadora na tua garridice tão simples, no teu silêncio ligeiro, nas tuas pequeninas quizzílias, nas tuas baforadas de génio que logo passavam e se transmutavam em sorriso! Lisboa casta, lavada de pecado original, recolhida em ti própria, feliz!

Ao longo do rio que vem de distantes terras aragonesas, entre montanhas carrancudas e planícies de um verde mimoso; do rio cortado pela linha airosa das amuriscadas faluas e onde

se balançam cargueiros e paquetes, desdobram-se, de Alcântara a Xabregas, os bairros das varinas e dos marítimos, dos operários fabris e dos descarregadores do porto. Pelas tardes dos domingos os harmónios e cavaquinhos desafiam despiques de cantigas donde se exalam os odores salinos da ria de Aveiro e dos litorais duriense e algarvio, o cheirinho a estevas e giestas das montanhas beiroas, ou que trazem à memória ruidosas romarias minhotas com foguetes de três respostas e busca-pés a girarem garotamente entre os tamanquinhos das lavradeiras.

Em S. Paulo, bronzeados turcos, de fez, acorados no chão, bocejam na calma do Ano Novo ou aquecem-se na algarviada do cavaco. Um galego solitário, barril ao ombro, cheio de água do chafariz, atrai o lamentoso *ai!* para os que não gozam do luxo da água encanada.

Para lá da Rua Alexandre Herculano são quintas e hortas, salpicadas de casas de pasto, desafogo domingueiro dos alfacinhas, aquelas quintas e hortas de que um dia as câmaras municipais haviam de apoderar-se para construir uma outra grande e maravilhosa cidade.

Lisboa 1899!

Ando enternecidamente dentro de mim próprio a procurar no passado o que os meus olhos infantis descortinavam; e vejo tudo tão bem, tão nítido, com seu pausado e silencioso movimento, que não há melancolia de saudade que ensombre as imagens!

Minha Lisboa, pitoresca e linda, recolhida nos frágeis nevoeiros inverniaes que se adensavam sobre os vales e deixavam livres os altos das colinas, semelhando repregos de um cenário!

Minha Lisboa, pitoresca e linda, batida das chuvas que cobriam de lamas janotas o Chiado! Minha Lisboa, pitoresca e linda, toucada de flores primaveris, requebrando-se ao Sol! Minha Lisboa, pitoresca e linda, com lojistas em guarda-pó e lenço de Alcobaça à roda do pescoço, sentados em mochos à porta dos estabelecimentos, em busca de uma viração compensadora dos tórridos calores do dia! Minha Lisboa, pitoresca e linda, de Outonos suaves quando o Poente alonga a carícia de dourados velhos sobre as árvores e os empedrados! Minha Lisboa, pitoresca e linda, das espigas e papoulas da Ascensão, dos manjericos perfumados e dos rubros cravos de papel nas noites consagradas de Junho! Minha Lisboa, pitoresca e linda, dos luars meigos pondo claridade de sonho nos ângulos evocativos! Minha Lisboa, pitoresca e linda, das inocentes andorinhas atarefadas em levarem a pitaça aos filhos que, em grita de meninos, a esperam de biquito aberto no palácio de lamas e penas, suspenso dos beirais dos telhados! Minha Lisboa, pitoresca e linda, despertando com a música alacre dos pregões e adormecendo sem cuidados quando do alto do Castelo de S. Jorge os clarins chamavam a recolher os soldados dispersos que, batendo desajeitadamente o couro dos butes na calçada, largavam em corrida tumultuária de cabritos que procuram o redil

Lisboa 1899!

Vão desfilar perante V. Ex.^{aa} cenários e acontecimentos, figuras marcantes e povo, sombras que se desvanecem nestes apressados cinquenta anos, e que talvez nuns, os mais velhos, acorde uma doce e magoada saudade, e aos outros pareça um humilde e ingénio Mundo que o cosmopolitismo da nossa época tornou ridículo, mas que nem por isso, como evocação, deixa de ser cativante e encantador.

Era naquele tempo — oh! como doi falar assim! Dir-se-ia que 1899 se aproxima das duras e confusas idades pré-históricas! — em que um homem não dispensava, pelo menos, uma vigorosa bigodaça, um chapéu de coco e uma bengala; e as senhoras, de gola alta e manga de presunto, erguiam atrás, com mãozinha elegante em luva de pelica, as saias que rastejavam.

Era no tempo em que os *americanos* do Conde de Burnay, puxados a muares, mudadas regularmente em Santo Amaro e no Arco do Cego, andavam à compita com os carros do Jorge e da Lusitana, aos solavancos fora dos *rails*, e que se réclamavam de mais populares.

Coupés conduziam às secretarias de Estado e às Cortes, seguidos de um agalado correio a cavalo, os homens que vergavam ao peso das responsabilidades do Poder, *coupés* iguais a outros que por 300 réis nos levavam, numa *corrida*, do Rossio ao Camões ou, em fila sonolenta, guardando, como num cofre, senhores de chapéu alto e sobrecasaca, um ar de recolhida compunção, marcavam o passo com a carreta dos que iam a enterrar por estradas lamacentas até os cemitérios.

Uma cidade sem ruidos, sem buzinas, sem rádios estridentes. E nisto o sr. Conde do Restelo, o dos fóros e da Farinha Ferruginosa Franco, que presidia ao município, levava grande vantagem ao sr. Coronel Salvação Barreto... Uma cidade que perdera a noção da gargalhada, tão pouco da simpatia do conselheiro Acácio; que fora abandonada pelo esfuziar do espírito; que bocejava, se esquecera da alegria, da saúde moral; que namorava da rua para o 4.º andar por complicado alfabeto de mãos durante o dia, em altos berros à noite, quando não utilizava também o boçal e respeitável moço de fretes para troca de cartas cheinhas de exaltadas juras de amor mesmo para além da Morte, na ânsia imitativa do sinistro *Noivado do Sepulcro*. E, quando falhavam estes meios vulgares de contacto entre dois corações em labaredas, o anúncio em jornais era recurso certo. Aqui apresento a V. Ex.^{sa} os termos repenicados de um deles: «A.-Recebi c. de N. Li e r. Desejo c. bem. S. infinda. Recebe m. b. do s. teu. Espero n.»; um outro espécime, este de redacção um pouco ambígua: «S. S. S. Tenho ido todos os dias onde sabes; não te tenho visto, e continuo a ir». Exemplo de um anúncio no género charada: «P. S. No momento de ler a tua c. (Estamos a ver a doce burguezinha destinatária, de cabelo enrolado no alto do toutiço, trémulos os nervos virginais, buscando de olhos arregalados na floresta dos réclamos ao Carvão de Belloc e às chapas esmaltadas do Freire-Gravador a cálida missiva do seu eleito — era assim que se dizia. Adiantel Ele — o eleito — comunica-lhe que leu a carta, e acrescenta com desenvolta clareza: «... o que mais me impressionou foi o ftubep epufu fgtisjup, por isso, parecendo estar possuído de uvjub dppsbhfn, tratei de te bojubs».

Demonstração do amor suculento é estoutro. Título em caracteres bem negros: «Bifes». E depois: «Tenho muitos desejos de saber o que se passou ontem quando tua mãe falou a teu pai a respeito da tal pessoa».

As nossas fronteiras eram impermeáveis. O Estrangeiro constituia um Mundo áparte, misterioso pandemónio para a grande maioria, de onde apenas chegavam, retardados, os écos mortícios das modas de Paris, aquele antro pecaminoso de desvergonha do *can-can*, no qual se atolavam as reputações mais veneráveis e se afundavam as virtudes mais castas. Pouco ou quase nada se avançara sobre o quadro que alguns anos antes Eça de Queirós ironizava numa das *Cartas de Inglaterra*: «Lisboa... quer a bela estrofe lírica, o rico drama em que se morre de paixão ao luar, o *jadinho* ao piano, o saboroso namoro de escada, a endecha plangente, a boa facadinha à meia noite, o discurso em que se cita o Golgota, a andaluza de cuia — enfim, tudo o que o romantismo português inventou de mais nobre».

O escandalozinho constituia o melhor prato para a bisbilhotice de Lisboa. Agarrava um escândalo, cheirava-o, tornava a cheirá-lo, voltava-o de cabeça para baixo, virava-o do avesso, dividia-o em postas, e, durante dias e dias, não reclamava outro regalo. O que Lisboa gozou com o rapto da actriz Dolores Rentini, uma linda morena de olhos negros feiticeiros, boquinha bem recortada, donairosa de corpo! Aquilo durou semanas, meses! Em 10 de Janeiro, um dos jornais da capital, na secção *A última hora*, narrava pormenorizadamente: «Esta madrugada, quando terminava no teatro da Avenida o ensaio de apuro da peça fantasia *A Pera de Satanaz*, deu-se à porta do teatro um acontecimento que impressionou desde logo as poucas pessoas que dele tiveram conhecimento. A actriz Dolores Rentini, que tantos aplausos tem conseguido naquele teatro, onde pela primeira vez se apresentou ao público lisbonense na famosa revista *Ali... à preta*, é solteira, e, mercê dos seus dotes de gentileza, viu formar-se em roda de si uma verdadeira corte

de adoradores, como sucede ordinariamente nos teatros. A todos tem sabido resistir, *ao que se diz* (reparem V. Ex.^{as} na prudência da expressão), até que um deles, mais ousado que os outros, deliberou conquistá-la pela força, e dispôs as coisas para o efeito desejado. Dolores Rentini, ao sair do ensaio, como acima dizemos, foi raptada e metida dentro de um trem de praça onde já se achava o admirador em questão, de apelido Loureiro, que desde logo supôs terem sido coroados de êxito os seus esforços. Mas não foram tal, porque o trem, não obstante o cocheiro *bater* bem, foi a breve trecho alcançado pela polícia, que acudiu aos gritos das pessoas que lhe iam no encaicho, sendo o raptor, a raptada e o cocheiro conduzidos sob prisão para o governo civil. O trem em que a actriz Dolores Rentini era raptada tinha o n.º 289. O raptor parece ser um caixeiro-viajante de uma casa do Porto, que pouco tempo tem deixado de estar em Lisboa, hospedado no Francfort, desde que Rentini veio representar para Lisboa, na companhia Taveira».

Acaba aqui o 1.º acto deste dramazinho sentimental, verdadeiramente típico da Lisboa 1899.

2.º Acto — 11 de Fevereiro — Darei apenas o argumento. A formosa Dolores, crepitando de paixão pelo seu Loureiro, que teve a auxiliá-lo o alfaiate António Pereira Brandão, safou-se da casa paterna e acolhe-se na de «um indivíduo muito conhecido em Lisboa, para os lados de S. Lázaro». (Peço desculpa a V. Ex.^{as} de não ter preparado um comentário musical como nos filmes). O agente *Fagulha* entra em cena e descobre tudo. Prende a actriz, o Loureiro, o Brandão, o indivíduo e mais a esposa, e o irmão da diva. No governo civil tudo se resolve: Dolores vai para um recolhimento e — esclarece o jornal — «no dia 10 do mês próximo, reunir-se-á com o sr. Loureiro pelos sagrados laços do himeneu». E a actriz, o Loureiro, o Brandão, o indivíduo e mais a esposa, e o irmão da diva são restituídos aos ares da liberdade.

No último acto, o pano desce entre palmas de uma sala contente. No dia 3 de Maio, na ermida da Vitória, Dolores reúne-se pelos tais laços ao galã Loureiro e ambos vão passar a lua de mel para Sintra.

O que Lisboa se pelava pela pasmeira! Nos primeiros dias do ano, inaugurou-se o elevador que do Largo de S. Domingos fazia caminho até S. Sebastião da Pedreira, pobre inválido logo à nascença, continuamente parado, continuamente em arranjo, e que não passaram muitos meses sem recolher para sempre ao paraíso dos elevadores. Pois havia magotes que passavam horas a vê-lo partir, trôpego, grazinando ferragens, e a vê-lo chegar cambaleando, como a desconjuntar-se! Os tipos populares eram uma espécie de santões marroquinos.

O *Rei da Madureza* de seu nome Pedro José Baptista Ferro, bairrista da Bica, preso trinta e nove vezes por embriaguês e fraseado em demasia vernáculo, vadio que se recusava a qualquer trabalho, mal aparecia numa padiola ou numa carroça a pregar os seus sermões, abundantes em alarvias, era logo rodeado de uma multidão simplória.

Morreu miseravelmente num cubículo imundo, o *Rei da Madureza*, que acreditava na sua glória. Glória efémera! Bem faço eu que nunca acredito nela, sobretudo quando me recordo do leilão da imperatriz viúva de D. Pedro IV.

Grita o pregoeiro: — Uma mesa oferecida pelo imperador Napoleão, o Granel!

E logo um adelo, com ar desprendido: — Bem! Ponha lá uma libra por ter sido desse sujeito... e, enfim, porque é de mosaico!...

Desfilam outros tipos da papalvice alfacinha... O *Pai Cândido*, velho negro tresandando a aguardente, que acompanhava passos de dança batendo numa lata, tinha a sua corte. Ao *Oportuno*, um miserável de alfurja, que andava sempre nas tabernas e vendia rifas para disfarçar, não faltava clientela para o tráfico de amores e vigilância de amadas. O Daupias, pobre senhor, de boas famílias, a quem a morte da esposa abalara, e passeava, envergando uma sobrecasaca

azul, muito cintada, com botões de prata, deixara crescer uma feminina trança que lhe descia pelas costas. Das *Manas Perliquitetes*, em 1899 restava Josefina Adelaide, ridícula nas suas *toilettes* e nos chapéus, e sempre rendida aos galanteios zombeteiros de algum atrevido transeunte. E, enquanto o ricaço Marquês de Franco, de volumoso chinó, grandes bigodes e chapéu alto, enchia os grandes bolsos da grande sobrecasaca com os mais imprevisíveis objectos, entre os quais não faltava um relógio para qualquer bailarina de S. Carlos, o *Sebastião* e a *Sebastioa*, anafados, importantes, solenes, ostentavam-se no seu opulento trem, tirado por opulentos cavalos, e o Justino Soares, sorridente e mesureiro ajanotado, recolhia à sua casa na Calçada do Caldas onde instalara uma famosa academia de dança. Acácio de Paiva dedicara-lhe um dos admiráveis sonetos, arte em que foi mestre, nos *Célebres da Semana do Século Humorstico*. Terminava deste modo:

Dança a dormir, a pé, dança a sonhar,
E quando entrar no Céu, curvado, airoso,
Convidará S. Pedro p'ra valsar!

Mas Lisboa 1899 é, também, expressivamente religiosa. Pode discutir-se o seu amor pelo pitoresco em matéria de religião, podemos sorrir a algumas teatrais manifestações desse sentimento, podemos achar-lhe contradições com a verdadeira fé. Mas Lisboa é Lisboa e não se muda o carácter de uma população com a facilidade com que à noite ela envergava camisa até os pés e enterrava na cabeça um barrete branco, de malha, com borla.

O Viático aos entrevedos era, sob este aspecto, uma das expressões mais flagrantes da religiosidade popular. Darei rapidamente o quadrinho através de alguns períodos de uma notícia do *Século* (Perdoem V. Ex.^{aa} o réclamo) «Com a maior pompa e solenidade realizou-se ontem o saimento do Viático aos entrevedos da freguesia de Santa Catarina. O cortejo abria com a banda da Sociedade Guilherme Cossoul...» «Na Rua do Almada, à esquina da Travessa da Portuguesa, foi armado um coreto onde uma banda tocou até a meia noite...» (Certamente para embalar os desgraçadinhos enfermos) «Na Rua do Poço dos Negros, ao centro, foi armado um coreto onde tocou a charanga de cavalaria 4. A rua estava lindamente enfeitada com muitos mastros, bandeiras, festões, trofeus, arcos, verduras e flores». Confessemos que no género arraial não se poderia desejar melhor. E não lembro a V. Ex.^{aa} a procissão de S. Jorge com os cinco pretos, fardados e empenachados, a tocarem clarim, tambores e píffano; um latagão que se vestia com armadura, a troco de 2\$000 réis; um pagem, louro e cândido, num cavalo docemente branco; e o santo, oscilando sobre uma alimária, os olhos espantados, um chapéu de plumas, uma lança e um escudo.

O Senhor da Serra, na quinta Borges de Almeida, em Belas, desbancava a Senhora da Atalaia e a Senhora da Piedade, na Outra Banda, em entusiasmo e concorrência. Era espectáculo sugestivo de colorido e de vida; uma aguarela magnífica.

Os romeiros chegavam em trens de toda a espécie, carros e carroças enfeitados, equipagens particulares, a cavalo, em bicicleta, a pé. Estralejavam foguetes, tocavam filarmónicas, ranchos cantavam e dançavam; os feirantes gritavam a excelência do vinho que enchia as suas pipas, do bacalhau albardado, das costeletas e do peixe frito, das queijadas e dos refrescos. Vendiam-se bentinhos e registos do Senhor da Serra, objectos de barro, cestinhos de verga, ventarolas, crayons de papel. Os cegos, das guitarras, entoavam lamentosamente versos estropiados, enquanto os sólidos e os tocadores de harmónio acompanhavam o rodopiar do «vira» e os passos do fandango, as cachopas vermelhas do bailarico, eles de lenço branco à volta do pescoço. E, à sombra, sob o doce das árvores, a glutoneria dos grupos, sentados no chão, absorvia os farnéis em que abundava, sobre os leitões assados e as melancias, o perturbador vinho de Torres ou do Samouco que haveria de falar em questiunculas e rixas.

Lisboa do bom-tom 1899, do Turf e do Tauromáquico, do Braganza e do Silva do Restaurant Club, de S. Carlos, das tardes aristocráticas do Campo Grande e das touradas de fidalgos. O Mimoso, da Rua do Ouro, partia para Paris e Londres e regressava de Paris e Londres com as novidades da próxima estação. Era *chic* ir buscar aos grandes costureiros da primeira daquelas capitais as *toilettes* modelos que apreciavam nos camarotes do teatro lírico e nos salões mais escolhidos. As costureiras francesas instalavam-se nos hotéis com as suas novidades e regressavam com as malinhas bem recheadas. O Leitão esmerava-se na arte suprema das jóias de preço, e o Peixinho, da Rua do Carmo, a disputar primazias à Marius Lathelize, da Rua do Ouro, não se esquecia de se precipitar da sua loja com um perfumado e colorido ramo de flores, quando as rainhas passavam nos *landaus* entre titulares que, de chapéu alto, lustroso, na mão, curvavam a linha elegante das sobrecasacas numa vénia rebuscada.

Importara-se, então, a moda das capas para senhora, muito rodadas em baixo, apertadas no pescoço e gola ampla, erguida. A lira popular e às vezes bem pouco poética de *Esculápio*, comentava na Secção Alegre, do *Século*:

As capinhas das senhoras
Voltam a ser desusadas,
E de rir às gargalhadas
Ver as damas sedutoras,
Com as formas tentadoras
Metidas numa borjaca,
Fazem lembrar uma saca,
Atada junto ao topete,
Umás cor de rabanete
E outras cor de mão de vaca.

12 de Março caiu a um domingo. E foi um estadear de elegâncias no Campo Grande e na Avenida em cujo coreto a banda da Guarda Municipal tinha um público certo e paciente. O cronista do *Diário Ilustrado*, numa linguagem de cândido preciosismo, marchetada de francês caixeiral, que por si só nos exprime uma época, escrevia delicioso:

«Tarde de Verão, convidativa. Um céu azul puríssimo. Toda a Lisboa na rua. As 4 horas, o Campo Grande apresentava um aspecto digno do pincel de Marchetti!

Equipagens magníficas, por todo o parque adiante, cruzando-se com grandes grupos de amazonas e cavaleiros, e velocipedistas de ambos os sexos davam a nota do sport. Junto do *chalet* Cordeiro, numa *etalage* de luxo e de elegância, as mais distintas senhoras da nossa sociedade conversavam». Agora, o cronista excede-se no rebuscado da sua literatura de valsa a prémio. Ouçam V. Ex.^{as}: «E disseminados pelo Campo fora, sentados na relva na alegria que impõe um dia bonito, bons burgueses jantavam em comum, e de vez em quando gargalhadas sinceras partiam dos seus grupos, e vinham ferir os ouvidos da elegância que passava, reclinada nos *landaus*, sorrindo nas *vitórias*, reclinando-se nos *coups*...».

Esta mesma literatura pretensiosa, género pastel de nata, extravaza-se na notícia de outro jornal sobre a batalha das flores, que se realizou no 1.º de Maio, na Avenida da Liberdade. Chegaram o sr. D. Carlos, a sr.^a D. Amélia, a rainha viúva sr.^a D. Maria Pia, o sr. infante D. Afonso e os príncipes. Puxados os punhos de renda, o meu defunto colega vincava na alvura do papel: «Começa, então, o tiroteio. Já não há peias, nada prende os combatentes. Oh! a deliciosa luta com flores e pequeninos sacos de bombons — balas, que não ferem e que, pelo contrário, são mais macias e suaves do que beijos!...» Segue-se a enumeração das carruagens enfeitadas. Poupou V. Ex.^{as} à estridada lista; mas permito-me supor que, principalmente para aqueles que recordam essa época, sejam curiosas três ou quatro notas breves. Entre as equipagens que faziam o *corso*, notou o

jornalista — a da sr.^a D. Palmira Feijão (que haveria de morrer nesse mesmo ano de 1899), esposa do distinto médico Feijão, numa *caleche* artisticamente enfeitada com lilazes, tendo em vez de lanternas dois lindíssimos ramos de lilazes roxos; a do sr. José Luciano de Castro, uma magnífica *caleche*, conduzindo a esposa daquele estadista, a sr.^a D. Maria Emília Seabra de Castro, e suas gentilíssimas sobrinhas; a da actriz Mercedes Blasco, adornada pelo sr. Jerónimo Silva, tendo uma riquíssima colcha da Índia, cor de rosa, bordada a matiz, representando o desenho uma grande água e pavões. Mercedes trajava uma *toilette* de setim branco e chapéu lilás; a da sr.^a duquesa de Palmela, uma americana à Daumont, circundada por uma faixa de rosas amarelas».

De Verão a corte e os que pretendiam ser corte, acompanhavam os soberanos nas vilegiaturas, primeiro em Sintra e, depois, em Cascais; e o sr. D. Carlos entremeava as agruras da coroa com explorações oceanográficas no seu *Yacht D. Amélia* e com as caçadas por terras de Vila Viçosa e de Monforte.

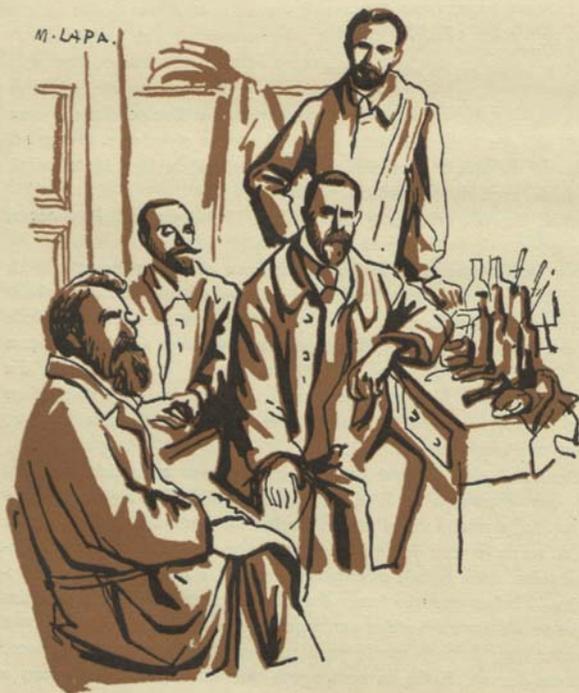
Neste ano de 1899 abriu-se a cruzada da Assistência Nacional aos Tuberculosos, cuja obra, ainda que sem a extensão que todos desejaríamos, continua a prestar valiosos serviços. Ficaria de mal com a minha consciência e com as minhas responsabilidades de cidadão e de jornalista independente se não prestasse a mais rendida homenagem à iniciativa da sr.^a D. Amélia. Foi ela quem, com a sua dedicação, o seu dinheiro e a sua pertinácia, ergueu essa obra que já tardava. De resto, os sentimentos da rainha, o seu constante interesse pelos que sofrem, provou-se, ainda,

quando em Agosto se declarou no Porto a epidemia da peste bubónica, enlutando a ciência portuguesa, desfalcada, quatro meses antes, pelo desaparecimento de Manuel Bento de Sousa, com a trágica morte de Câmara Pestana, alto e nobre exemplo das mais raras virtudes médicas, nome que não pronuncio sem profunda comoção.

Foi no Porto, durante a autópsia de um pestífero, que sofreu uma picada de lanceta. Estávamos em Novembro. Câmara Pestana regressou à capital para continuar os seus apaixonados estudos. O mal surgira embrulhado na Morte. Compreendeu-o Câmara Pestana com nitidez. Levaram-no para o hospital de Arroios.

— Isto está por pouco!
Sei que estou perdido!

Aparecera-lhe o bubão
no pescoço. Era irremediável!



Na madrugada de 15, o estado do generoso sábio agravava-se a cada momento. A Intrusa, invisível, impalpável, avançava com passos fofos, um gelado frio a envolvê-la.

Às 3 horas, os médicos e, entre eles, o professor francês Salimbeni, que, pelo Instituto Pasteur, de Paris, viera estudar o morbo, aplicaram-lhe uma injeção intra-venosa do soro de Yersin. Falava-se baixo, a medo... A dor estrangulava os corações. Abafava-se.

A um colega que se aproximara, Câmara Pestana quase gritou:

— Não te chegues! Não te chegues!... O meu hálito pode ser perigoso!...

Em seguida, chamou Belo Morais:

— A morte está para breve!

E ditou-lhe uma carta à rainha D. Amélia, pedindo que se interessasse junto do Governo a fim de que fossem nomeados definitivamente para o Instituto Bacteriológico os médicos que com ele tinham colaborado em tão perigoso combate. Nada para si; nada para a velha mãe; nada para a filha, criança de 10 anos... A sua dignidade era de alto quilate! É necessário que a tèmpera de um homem seja de excepção para que, sabendo que lhe restam poucas horas de vida, ardo em febre, sofrendo horrores, guarde a pureza do seu espírito de sacrificio e da sua isenção!

No quarto, mal alumiado, sombras bailando à volta uma farândola patética, um denso cheiro a desinfectantes, alguém pronunciou a meia voz o nome de Ricardo Jorge, que, desinteressando-se de ódios populares, apedrejada a sua casa, vaiado, invectivado, insultado, honradamente cumpria o seu dever não hesitando perante enérgicas medidas para dominar, como dominou, o tremendo flagelo.

— Digam ao Ricardo que entre!... — balbuciou Câmara Pestana — Entre, se tem coragem para assistir a uma das cenas mais tristes, que deve ter presenciado na sua vida!...

Esmagado, as lágrimas a quererem saltar-lhe, os músculos da face tensos, a barba revolta, o notável bacteriólogo portuense despediu-se do amigo, do mestre e do companheiro. Médicos, calejados na visão dos estertores, voltavam a cara para que os não vissem chorar.

Câmara Pestana quis despedir-se da mãe. Uma cabeça branca, um rosto desfeito, olhos que a dor queimava, olhos que só viam o filho desventurado, assomou à porta, que, obedecendo a naturais cautelas, carinhosamente lhe impediram transpuser. O moribundo esboçou um doce sorriso. Lentamente, por entre a respiração apressada, o peito arfante, o suor a escorrer pela face amarelecida e seca, suplicou-lhe velasse pela sua menina.

Ficou prostrado pelo esforço. Depois, num murmúrio: — Adeus! Vai começar a agonia!...

Minhas Senhoras e meus Senhores, descubramo-nos!

E já que a Morte passa!... A 20 de Janeiro, num quarto andar da Calçada do Forno, dias depois de ter aparecido o seu livro de versos, *Fel*, morre José Duro, no começo da mocidade, roído pela tísica. Não se tinham doado dois meses exalava o último suspiro José Simões Dias, o poeta intensamente lírico, fresco e delicado das *Peninsulares*, que com doçura portuguesa amara a Mulher, admirara a Mulher, cantara a Mulher. Algumas quadras da poesia *A tua roca*, tão fluida e tão mimosa, recordarão a V. Ex.^{ma} a beleza do seu espírito:

Quando te vejo, à noitinha,
Nessa cadeira sentada,
O chale posto nos ombros,
Na cinta a roca enfeitada

Os olhos postos na estriga
Volvendo o fuso nos dedos,
Os lábios cantando ao fio
Da tua boca os segredos,

Eu digo sempre baixinho
Pondo os olhos na tua roca:
«Se eu pudesse ser estriga
Beijaria aquela boca!»

.....
Meu amor, quando acabares
De esfriar a tua estriga
E ouvires por alta noite
Em voz baixa uma cantiga,

Sou eu que estou a lembrar-me
Dos beijos da tua boca,
E penso que em mim são dados
Os beijos que dás na roca.

Os Teatros de Lisboa. 1899 pertence ao período áureo. Com que tristeza de saudade se olha o panorama! Companhias estáveis, com actores de primeira categoria em qualquer dos géneros, dramas, comédias, farsas, revistas, mágicas acarinhadas pelas platéias; *troupes* estrangeiras encaçadas por artistas mundiais.

Quando, na casa onde nasci — vejo-a, agora, aqui mesmo, com tão suave ternura! — meu Pai anunciava que tal noite iríamos ao teatro, o nosso espírito começava a preparar-se para o acontecimento. Não se falava noutra coisa à mesa de jantar e ao serão. Inexplicavelmente, um calor subia-nos às faces, em torno dir-se-ia que o conforto era maior, que havia um perfume muito bom, muito leve, espalhado na atmosfera. Ir ao teatro!..

E suponho que era assim em todas as casas, pelo menos em todas as casas burguesas. Como então se amava o teatro, se falava dos actores, se recordavam as passagens mais emotivas das peças, as graças que um dizia, as expressões que tomava, a voz musical da Rosa Damasceno, os rompantes de génio de Joaquim de Almeida, os olhares cómicos do Cardoso rebolando no carão vermelho, a naturalidade da Lucinda Simões, a galantaria de Palmira Bastos, a laracha espontânea do Alfredo Carvalho, a nobreza e a verdade dos Rosas, os arrepios trágicos do Brasão! Pergunto a mim próprio por que motivo vai isso tão longe e esquecido! E não encontro resposta!..

Logo a 5 de Janeiro, estreia-se no D. Amélia *O que morreu de amor*, de Júlio Dantas, que inaugurava a admirável carreira teatral do eminente homem de letras. O crítico do *Século* confessava: «É consolador neste período em que a decadência parece acentuar-se entre nós, ver surgir um verdadeiro talento emancipado do convencionalismo de escolas, talento servido pelo trabalho árduo, sincero e honesto. Júlio Dantas... desde os seus primeiros passos na carreira literária afirmou-se como um triunfador. De princípio notou-se-lhe nas suas obras uma tristeza, que a muitos parecia postiça, uma tendência para o tético, na forma e na ideia, tendência que, neste meio descuidado, sob este belo céu azul, ambiente de alegria e de folguedos, punha uma nota mal soante e que nos incomodava. Se era postiça ou não essa maneira pouco importa: a verdade é que revelava qualidades poderosíssimas de intelectualidade e uma sensibilidade comunicativa e vibrante».

14 Ferreira da Silva, Virgínia, Augusta Cordeiro, Melo, Carlos Santos e Delfina Cruz recebem calorosos aplausos, chamadas de um público encantado, quando, na noite de 11 de Fevereiro, se estreou, no D. Maria, a graciosa aguarela *Peraltas e Sécias*, de Marcelino. Dez dias passados, no Rua dos Condes, Schwalbach, em pleno prestígio do seu enorme e ductil talento, marca um êxito com a revista *Agulhas e Alfinetes*, apesar de se saber (comenta o crítico a quem era impossível prever o futuro) «quanto é difícil escrever actualmente uma revista do ano que a todos agrade.

A censura policial eliminou o que neste género de peças era mais apreciado pelas platéias populares, admitindo apenas leves alusões pessoais, que correm risco de passar despercebidas, tão ligeiras têm de ser».

A meio do ano, o Avenida apresenta a revista-mágica *Está no seu direito*, de Baptista Dinis. Descubro um sorriso nos lábios de algumas pessoas da minha idade. Estão a lembrar-se daquelas chalaças fortes, mas que provocavam no *galinheiro* e na geral catadupas de gargalhadas, enquanto as senhoras ocultavam os rostos avermelhados com os leques. O Apolo inaugura a época de 99-900. Adelina Ruas, o mais pequeno frasco de talento que tenho conhecido, mas talento tão grande que illustrou aquele e o nome de Adelina Abranches, campeia num drama violento, popular, *Vida Airada*, arrancando rios de lágrimas em todos os sectores e até exclamações de um pitoresco ingénuo.

— Ó seu Pato Monis, tome cautela!... Está ali o malvado para o matar!...

E as pateadas, enormes, trovejantes, desabavam sobre o cínico que, enternecido, agradecia em mesuras sorridentes.

O *Relógio Mágico*, opereta fantástica, encheu o Trindade durante o Inverno. Rosa Pais, Teresa Matos, Carmen Cardoso, Dolores Rentini, Amélia Barros, Santinhos, Queirós, Conde, Augusto, já representavam sem ponto.

As companhias estrangeiras permitem medir a categoria do público. O D. Amélia que, em Abril, assistira à estreia de Maria Guerrero e Diaz de Mendonza com a *Niña Boba*, abre as suas portas, a 10 de Novembro, para a grande Sara Bernhardt, dominando na *Tosca*, na *Dama das Camélias*, no *Hamlet*. Inauguram-lhe uma lápida no *foyer* ao som do hino real português e da *Marselhesa*; discursa Magalhães de Lima. Na última noite, os estudantes esperam-na à saída, desatrelam os cavalos da carruagem e, no meio do delírio, arrastam-na ao palácio Palmela, onde a majestosa duquesa oferece à artista uma ceia e uma riquíssima pulseira de ouro, com um berloque de enormes brilhantes e rubis.

Alguns dias passados, Jane Garnier estreia-se, no mesmo teatro, com *Les Amants*, de Donnay; seguindo-se Jane Hading que abre a sua série com *Aventureira*, de Augier.

S. Carlos, teatro da corte, deslumbrante de luzes, de mulheres decotadas, de jóias, de casacas, de velhos e novos brasões, quer aristocráticos, quer argentários, replica com a Réjane. Aquela mesma imponente sala que, na época precedente, escutara, deliciada e comovida, a voz de Tétrazini, da Ragni, do Ancona e do Campini, na estreia da *Serrana*, de Keil e Lopes de Mendonça, vibra, no começo da primeira quinzena de Dezembro, com a *Bohème*, de Puccini.

Eu bem dizia a V. Ex.^{ta} que iam desfilar sombras, que não fantasmas, sombras gloriosas!

Já não falo nas touradas, o divertimento favorito do povo, antes que o futebol o arrebatasse. Não lhes evoco o Fernando de Oliveira, morto numa soalhenta tarde de corrida no Campo Pequeno; nem o Manuel Casimiro, nem o Calabaça, o Teodoro, o Cadete, o Torres Branco, e a nuvem de *espadas*, grandes de Espanha. Para quê lembrar-lhes as touradas à antiga, em benefício do Instituto Infante D. Afonso, em que, a cavalo, bravos e garbosos, revoluteavam na arena os cavaleiros D. Luis do Rego, D. António Siqueira (S. Martinho), os viscondes de Alverca e da Várzea; e os capi-nhas se chamavam Pedro Figueira, Alexandre Caldas, Júlio dos Santos Costa Freire e Paulo David?

Saudades! Saudades! Saudades!

O que uma rápida passagem de amarellecidos jornais evoca! São os mortos que regressam, são os acontecimentos que revivem, são as saudades que se esfolham!

27 de Abril — «Voltou da Madeira o talentoso poeta do *Só*, António Nobre».

11 de Maio — «Parte brevemente do Porto para França o sr. Eça de Queirós, consul de Portugal em Paris. O sr. Eça de Queirós tem estado com o sr. dr. Luís de Magalhães, na quinta da Moreira».

23 de Setembro — «O sr. cons. Luís de Soveral, nosso ministro em Londres, parte na segunda-feira, a bordo do «Clyde», para aquela capital».

29 de Outubro — «Realizou-se, à uma hora da tarde, na igreja paroquial de Santa Catarina, o enlace matrimonial da sr.^a D. Elisa Baptista de Sousa, encantadora filha dos srs. viscondes de Camaxide, com o sr. dr. Alberto Pedroso, rapaz inteligentíssimo, apreciado e querido por todos que com ele convivem. Foi celebrante o sr. D. António Barroso, bispo do Porto. Serviram de testemunhas, por parte da noiva, sua mãe, a sr.^a viscondessa de Camaxide, e o sr. dr. Adriano Antero, e, por parte do noivo, sua mãe, sr.^a D. Elvira Pedroso, e o sr. Cons. João Franco. Os noivos partiram de tarde para Camaxide».

As notícias oficiais são tão sugestivas como os «Écos Mundanos».

26 de Janeiro — «Deve ir hoje à assinatura o decreto, promovendo a lente catedrático da faculdade de Direito da Universidade de Coimbra o sr. dr. Afonso Costa».

10 de Março — «Foram ontem à assinatura real os seguintes decretos: promovendo na arma de infantaria a coronel o tenente-coronel José Maria Gomes Pereira e na de cavalaria a tenente o alferes António Oscar de Frago Carmona..., colocando na guarda municipal o alferes de cavalaria Ernesto Maria Vieira da Rocha».

22 de Junho — «Vai hoje à assinatura real o diploma nomeando consul de Portugal em Kobe e Osaka, no império do Japão, o sr. Venceslau José de Sousa Morais». Pobre Venceslau de Morais que, velho e quase mendigo, haveria de morrer divorciado da civilização europeia, a queimar sagradas varinhas de rezina ao espirito delicado e sofredor de Ko-Haru!

24 de Junho — «O sr. Gago Coutinho, 1.º tenente da Armada, regressou de Timor e apresentou-se ontem na direcção-geral do ultramar. O sr. Gago Coutinho foi também à comissão de cartografia onde entregou as cópias dos trabalhos topográficos relativos à zona da fronteira luso-holandesa de Timor».

Basta de efemérides!

Lisboa acorda cedo e lépida. Mal o dia desponta, ala para o trabalho. Os carros circulam ao chouto das muares; os mercados onde se conclui a distribuição dos legumes e frutos, começam lentamente a encher-se de compradores e de regateios. As carroças esmagam o empedrado com as rodas ferradas.

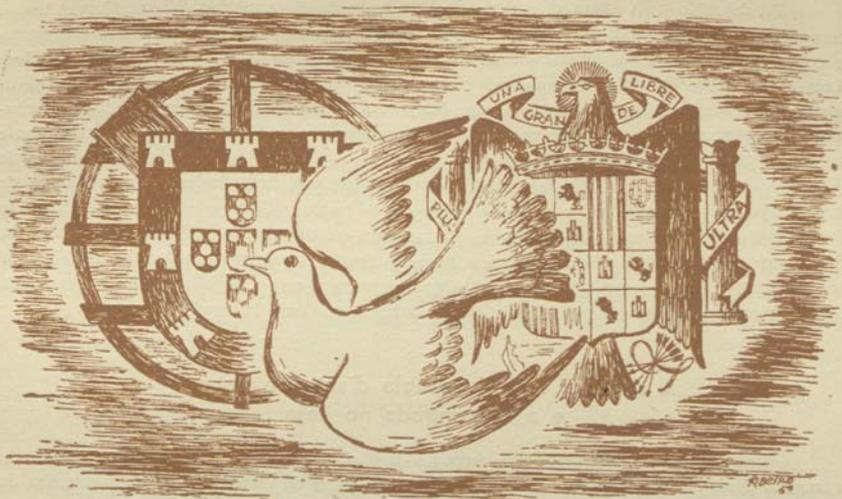
Uma sineta, um silvo agudo. Largam do Cais do Sodré os primeiros comboios. Carteiros batem sonòramente as portinholas dos marcos postais, e afastam-se, a bolsa de couro atochada de cartas e postais — notícias e devaneios, negócios e suspiros, inquietações e palavras de confiança, fórmulas simples de cortesia, gritos de alma, malabarismos, a vida... Operários arsenalistas, vestidos de ganga, sobraçam o farnel, se logo, ao meio dia, as mulheres não lhes levam o almoço, ou compram, nas tabernas do Corpo Santo e do Aterro, fanecas, bogas, carapaus e sardinhas, enfiados em guitas, tudo já frito e pronto a tasquinhar. Ao longo da Rua 24 de Julho, pelo Calvário e por Alcântara, em Santa Apolónia e Xabregas, o povo operário começa a labuta, um cálice da «rija» sorvido às pressas em qualquer tasco. Saltam nos andaimes os da construção civil. Nas lojas tiram-se os taipais ou levantam-se as portas onduladas, que ainda não há regulamentação e abre-se cedo e fecha-se tarde.

Desatracam os primeiros vapores para Cacilhas. O rio parece um espelho, de calmo. Acentuam-se os relevos da Outra Banda, desenham-se os pormenores. Sobem no ar pregões de jornais. As varinas, descalças, em passo apressado, as saias rodadas dançando-lhes ao redor das sólidas ancas, lançam «a vivinha da costa» e «quem quer postas de pescada».

— Pst!... Pst!...

— Ó freguesa, venha abaixo!...

(Continua na página 43).



A VISITA A LISBOA DO CHEFE DE ESTADO ESPANHOL, GENERALÍSSIMO FRANCISCO FRANCO

As primeiras homenagens de Portugal

Como expressão cimeira de uma época de transcendente colaboração política, económica e cultural entre Portugal e Espanha — consequência lógica da assinatura do Tratado de Paz e Não-Agressão firmado pelos dois estados peninsulares em 1939 — se deve encarar a visita que S. Ex.^a o general Don Francisco Franco, magistrado máximo da Monarquia Espanhola, se dignou fazer a Lisboa no mês de Outubro de 1949.

Apresentada, sob o ponto de vista diplomático, como simples retribuição da que, em 1928, S. Ex.^a o marechal António Oscar de Fragoço Carmona, presidente da República Portuguesa, efectuou a Madrid, a visita do Chefe de Estado espanhol teve, para além da efectiva amizade luso-espanhola, um transcendente significado político internacional que a Imprensa e Rádio de todo o mundo não deixaram de assinalar devidamente.

17

Tendo saído na véspera da cidade de Vigo a bordo do cruzador «Miguel Cervantes», e trazendo como escolta uma esquadra constituída pelos cruzadores «Galcía» e «Almirante Cervera» e contratropedeiros «Jorge Juan», «Almirante Valdés», «Sanchez Barcaiztegui», «Ciscar», «José Luis Díez» e «Almirante Antequera», o mais alto magistrado de Espanha, cumulativamente Generalíssimo dos exércitos de Terra, Mar e Ar, Don Francisco Franco, — também chamado Caudilho do povo espanhol por ter chefiado a rebelião patriótica que o levou ao Poder e colocou o país vizinho na senda do seu destino histórico, — recebeu as primeiras homenagens de Portugal na manhã do dia 22 de Outubro, apresentadas pelas tripulações de uma divisão de contratropedeiros formada pelas unidades «Vouga», «Douro», «Dão» e «Lima» que foram ao seu encontro e com a esquadra espanhola se cruzaram em águas das Berlengas. Saudações lhe foram expressas também pela Aeronáutica Naval portuguesa, representada por hidroaviões que sobrevoaram os navios espanhóis no momento do seu encontro com a divisão naval lusitana e que, conjuntamente com aquela, deram, depois, escolta de honra ao Chefe de Estado visitante.

A Armada Luso-Espanhola diante de Cascais e a sua entrada no Tejo

Quando a armada luso-espanhola chegou à baía de Cascais já ali se encontrava fundeada a fragata «Nuno Tristão», pronta a disparar a primeira salva de vinte um tiros — a primeira da Marinha portuguesa — em homenagem ao pavilhão do Chefe do Estado Espanhol arvorado no «Miguel Cervantes», tendo alinhado nos convezes, de popa à proa, a sua guarnição que, à chegada daquele se descobriu e deu os «vivas» da ordenança.

Embarcações de recreio e desporto, de elegantes velas brancas ou de estrepitosos motores, em constantes evoluções aproximavam-se e rodeavam os navios de guerra. Nos barcos de pesca, que também animavam a baía, as tripulações aglomeravam-se a uma borda, fazendo-os adernar ligeiramente. Toques de sereias enchiam o espaço, enquanto aviões riscavam o azul do céu um pouco embaciado de nuvens. Em terra, milhares de pessoas seguiam, curiosamente, o histórico espectáculo. O ambiente era verdadeiramente festivo.

A certa altura, a Armada, que vinha num andamento muito lento, parou. É que uma «vedeta» largara nesse momento do pequeno molhe do Clube Naval — eram precisamente 11 e 15 — conduzindo, para bordo do «Miguel Cervantes», o ministro da Marinha português, comandante Américo Tomás, que trajava uniforme de grande gala; o embaixador de Espanha, Don Nicolas Franco; o adido naval à Embaixada de Espanha em Lisboa, barão de Finestrat, e os oficiais colocados às ordens do Generalíssimo Don Francisco Franco: srs. general Dom Miguel Pereira Coutinho, Governador Militar de Lisboa; coronel Júlio Nunes Pereira de Oliveira, major Alberto Andrade e Silva e major Jorge Botelho Moniz. Com o representante do Governo português, tomaram também lugar no «gasolina» os oficiais que iam colocar-se às ordens do ministro da Marinha espanhol, vice-almirante Don Francisco Regalado, que acompanhava o seu Chefe de Estado, e do comandante-chefe da esquadra espanhola, almirante Don Salvador Moreno e ainda do Chefe do Estado Maior Central do Exército Espanhol, general Don Juan Vigón, também a bordo do «Miguel Cervantes».

18 Ao portaló da imponente nave de guerra, o nosso ministro da Marinha, o embaixador e toda a officialidade que os acompanhavam foram recebidos pelo ministro da Marinha espanhola e pelo comandante-chefe da esquadra que, após os cumprimentos e passada em revista a guarda de honra constituída por fusileiros navais, os encaminharam para os aposentos privativos do Generalíssimo Franco onde o sr. comandante Américo Tomás lhe apresentou as pri-

meiras saudações em nome do Governo português. Seguidamente, o Chefe do Estado Espanhol veio ao convés agradecer as manifestações populares, dando, nesse momento, a artilharia da fragata «Nuno Tristão» uma salva de vinte e um tiros, enquanto a sua guarnição, ainda alinhada de popa à proa, se descobria e soltava os sete «vivas» da tradição naval.

Momentos depois, os treze navios da Armada luso-espanhola, conservando a formação em coluna dupla em que vinham desde as Berlengas, isto é: com dois contratorpedeiros portugueses abrindo o desfile, logo seguidos pelo «Miguel Cervantes», e fechando com os dois outros barcos da nossa Marinha de guerra, puseram-se novamente em marcha, em andamento lento, tomando por um dos enfiamentos da barra e subindo o Tejo.

No entretanto, e apesar daquele dia de sábado só ter sido considerado feriado da parte da tarde, milhares de pessoas das povoações da Costa do Sol, ou para ali transportadas em comboio e automóveis, postadas ao longo da margem do rio, contemplavam o imponente desfile das esquadras, o cortejo dos barcos de recreio, e os arriscados voos dos aviões militares e civis que sobrevoavam a Armada dos dois países a baixa altura.

A espectativa popular em Lisboa

A essa hora, já milhares de pessoas formigavam pelas ruas da parte baixa de Lisboa, encaminhando-se para a Praça do Comércio (Terreiro do Paço), ou tomavam lugar ao longo das ruas do percurso por onde o cortejo presidencial não tardaria a passar. Forças da Polícia de Segurança Pública, da «Legião Portuguesa» e jovens filiados da «Mocidade Portuguesa», alinhavam-se de um e outro lado das mesmas, em guarda de honra. Bandeiras nacionais e espanholas, pavilhões estrangeiros, e garridas colgaduras pendentes das janelas — onde, também, se viam muitas pessoas, na maioria senhoras — davam um ar festivo ao centro comercial da cidade que, sem o ruído característico das milhares de viaturas automóveis que o animam e sufocam diáriamente, se mostrava estranho, diferente, aos olhos dos lisboetas. Os estabelecimentos comerciais, fechados, apresentavam todos eles, ou quase todos, os seus escaparates decorados a propósito com motivos inerentes aos dois países, como sejam as vistosas cores nacionais de ambos e, sempre em destaque, grandes retratos dos chefes de Estado de Espanha e Portugal. Porém, era na Praça de Dom Pedro IV (Rossio) onde o ambiente se mostrava mais festivo, pois, do lado oriental e do lado sul avultavam esteticamente manchas berrantes, dadas pelas cores nacionais das duas nações peninsulares, destacadamente no edifício que torneja para a Rua Augusta que se apresentava decorado com longos panejamentos de alto a baixo. E enquanto a multidão aguardava a passagem do cortejo, alto-falantes inundavam o espaço de música, alegrando os espíritos com os acordes de marchas militares conhecidas ou com as notas joviais dos «pasodobles» castiços...

No Terreiro do Paço, guarnecido em todo o seu perímetro por uma multidão compacta e inquieta, que ali fora para ver e saudar o Chefe de Estado e Caudilho do povo espanhol, fora erguida, junto ao conhecido Cais das Colunas, uma elegante tribuna, cujas linhas singelas e discreta ornamentação se harmonizavam bem com a magestosa arquitectura daquela tão linda praça lisboeta, verdadeira sala de visitas da Capital do Império. Toda a sua enorme placa central fora reservada para a guarda de honra — cinco mil soldados das unidades da guarnição militar de Lisboa que, sob o comando superior do sr. brigadeiro Aníbal de Faro Viana, geométricamente, num alinhamento impecável, tomaram lugar de um e outro lado, e à frente, da imponente estátua equestre do rei D. José. Só por si, esta parada militar constituía espectáculo digno de admiração naquele ambiente de festiva espectativa a que não faltavam bandeiras em todo o redor da praça.

Preparativos para o desembarque

Cerca de uma hora antes do momento previsto para o desembarque do Chefe de Estado espanhol — 14 e 30 — no meio da generalizada curiosidade do povo lisboeta que ali, no Terreiro do Paço, e de todos os pontos altos da cidade tinha os olhos postos no Tejo, o cruzador «Miguel Cervantes» entrou no chamado quadro dos navios de guerra e fundeou a menos de duzentos metros de terra. Ouviu-se, nesse momento, uma salva de vinte e um tiros — era o aviso de primeira classe «Afonso de Albuquerque» que saudava ao pavilhão do Generalíssimo Franco arvorado naquele. Mas, não só esta unidade da Marinha de Guerra portuguesa prestou homenagem ao Chefe de Estado visitante, pois que todos os demais barcos da Armada nacional surtos no Tejo, devidamente embandeirados, apresentavam as guarnições alinhadas de popa à proa, as quais, à passagem do «Miguel Cervantes», se descobriram e deram os «vivas» da ordenança.

Por essa altura, já se encontravam, na tribuna de honra, muitos dos elementos oficiais, civis e militares, que ali haviam de aguardar o Chefe de Estado visitante. Sucessivamente, foram chegando automóveis que transportavam membros do Governo, oficiais gerais do Exército, Armada e Aviação; altos magistrados, os presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, o governador civil do distrito e o presidente da Câmara Municipal, respectivamente srs. dr. Mário Madeira e tenente-coronel Alvaro Salvação Barreto, etc.

A esposa do Chefe de Estado espanhol, Ex.^{ma} Senhora Dona Carmen Polo Franco, que na véspera havia chegado de comboio a Lisboa — e a quem, na estação de Entre-Campos, fora dispensado um acolhimento de muita simpatia — tomou também, entretanto, lugar na tribuna. Receberam-na o director do Protocolo oficial, sr. dr. Henrique Viana, o sr. Presidente do Município e outras personalidades.

Pouco antes das 14 horas chegou o ministro da Guerra, sr. tenente coronel Santos Costa, a quem as tropas em parada prestaram a devida continência, e logo depois o Presidente do Conselho de Ministros, sr. prof. Doutor António de Oliveira Salazar, a quem foi, igualmente, dispensada a mesma homenagem militar. Ouviu-se, nesse momento, uma calorosa salva de palmas que o ilustre estadista agradeceu com ligeiros acenos de mão. E, após ter cumprimentado a esposa do Generalíssimo Franco e demais senhoras que a rodeavam e em seguida aos cumprimentos recebidos, foi postar-se ao cimo da escadaria do lado norte da tribuna, afim de aguardar S. Ex.^a o Presidente da República, a chegar dentro de momentos.

Entretanto, de automóvel, e acompanhado do seu secretário, chegou S. E. o Cardeal Patriarca de Lisboa, Dom Manuel Gonçalves Cerejeira que, depois de cumprimentar Dona Carmen Polo Franco, recebeu as homenagens de todos os circunstantes.

Precisamente às 14 e 23 parava em frente da tribuna o carro com o sr. marechal Carmona, trazendo, como escolta, uma força de motociclistas da Polícia e precedido de um automóvel transportando elementos das suas Casas Militar e Civil. Acompanhava S. Ex.^a sua esposa, Ex.^{ma} Senhora Dona Maria do Carmo de Fragozo Carmona.

E enquanto o pavilhão do Chefe do Estado subia num mastro da tribuna, as bandas do Batalhão de Caçadores n.º 5 e do Regimento de Infantaria n.º 1, tocavam o hino Nacional e as forças em parada perfilavam-se impecavelmente, apresentando armas... O sr. Presidente da República, envergando grande uniforme e ostentando ao peito o colar e banda da Ordem de Carlos III e o colar das «Flechas», subiu os primeiros degraus da tribuna e, virando-se para a formação militar, retribuiu a continência. O sr. Presidente do Conselho foi, então, imediatamente ao seu encontro e acompanhou-o, em seguida, até junto de Dona Carmen Polo Franco, a quem foi apresentado por sua esposa. Depois, recebeu os cumprimentos do Governo, de S. E. o Cardeal Patriarca e autoridades civis e militares.

O momento do desembarque aproximava-se. O sr. Presidente da República, Presidente do Conselho, ministros, e as inúmeras individualidades presentes foram postar-se de um e outro lado da escada de acesso à tribuna da banda do rio, ficando o sr. marechal Carmona, o sr. Doutor Oliveira Salazar e o sr. Doutor Caeiro da Mata, ministro dos Negócios Estrangeiros, ao cimo da mesma.

A ambos os lados de uma larga e comprida passadeira vermelha, que se estendia até ao pequeno molhe de madeira, construído propositadamente para maior segurança, alinhavam-se, em guarda de honra, com bandeira, os alunos da Escola Naval. Em volta, em todo o Cais das Colunas, dezenas de jornalistas, nacionais e estrangeiros, na sua maioria espanhóis; fotógrafos, operadores de cinema e locutores da rádio, tomavam as posições que melhor lhes convinha para escrever, registar e narrar a histórica cerimónia que, dentro de momentos, ali se iria efectuar.

Enchendo o horizonte, diante dos nossos olhos, a imponência bélica dos três grandes cruzadores alinhados — o «Miguel Cervantes» ao centro — e mais para lá, como uma larga cortina cinzenta, os restantes navios das duas esquadras, irmanadas, no mesmo desejo de paz: num total de quase duas dezenas de unidades. Com efeito, só por si, aquela grande parada naval constituía espectáculo de verdadeiro agrado a um povo de marinheiros, como é o português. Entretanto, esquadrilhas de aviões, em formações de combate, evoluçionavam velozmente sobre o Tejo e pelos caminhos do céu... A expectativa era geral...

O desembarque

Em «gasolinas» foram chegando ao Cais das Colunas todos os oficiais portugueses que, na bafa de Cascais, haviam embarcado no «Miguel Cervantes» e individualidades da comitiva do Chefe de Estado espanhol. No desembarcadero encontravam-se já para receber em primeiro lugar o Generalíssimo Franco os srs. presidente do Município; capitão do porto de Lisboa, comandante Guerreiro Brito e o director dos Serviços Marítimos, comandante Magalhães.

Às 14 e 26, precisas, viu-se perfeitamente de terra o Caudilho descer a escada do portaló do cruzador e entrar numa vedeta do nosso Ministério da Marinha, para o efeito decorada, que o havia de conduzir ao Terreiro do Paço. E, momentos depois, a elegante embarcação, que transportava também os dois ministros espanhóis — o da Marinha e o de Assuntos Exteriores — o nosso ministro da Marinha e o embaixador Don Nicolas Franco, partiu velozmente em direcção ao Cais das Colunas: ouvindo-se, nessa altura, nitidamente de terra os acordes do Hino Nacional espanhol, ao mesmo tempo que as tripulações de todos os barcos, alinhadas nos convezes, de popa à proa, se descobriram e soltavam os «vivas» da tradição naval. Enquanto isto sucedia, os canhões do «Miguel Cervantes» disparavam nova salva de vinte um tiros — e todos os navios portugueses, e ainda uma bateria de artilharia colocada no Castelo de S. Jorge, o secundaram imediatamente, dando salvas de outros tantos tiros, prestando também homenagem ao Generalíssimo dos exércitos de Terra, Mar e Ar e Ilustre Chefe de Estado da nação vizinha e irmã.

O momento era deveras solene, magestoso. Ao ruído cavo das explosões juntava-se o roncar monocórdio de dezenas de aviões militares em constantes voos a baixa altura, e a multidão, concentrada na vasta praça, e enegrecendo também, com a sua presença, os cais em volta da estação de Sul e Sueste e todas as janelas das imediações, vivia plenamente a cerimónia.

A certa distância do cruzador, a vedeta parou por momentos, e virou sobre estibordo em direcção às esquadras — Franco correspondia aos cumprimentos. . E às 14 e 31, precisamente, envergando o uniforme de grande gala de capitão general da Armada, a mais alta patente da Marinha espanhola, que lhe foi atribuída e que, antigamente, correspondia, por tradição, aos reis de Es-

panha, pisou, pela primeira vez, terra de Portugal. Sobre o peito, ostentava a banda azul e o colar da Ordem da Torre e Espada, na mão: o bastão de capitão general. Recebido pelas entidades atrás referidas, avançou, sorridente, ao encontro, do sr. Presidente da República que, seguido pelo sr. Presidente do Conselho, sr. ministro dos Negócios Estrangeiros e outras personalidades havia, entretanto, descido da tribuna para o saudar.

E o momento mais impressionante da cerimónia foi, verdadeiramente, o do prolongado aperto de mão, trocado entre os dois altos magistrados de Portugal e Espanha. O silêncio que então se fez, disso foi prova irrefutável. Mais cumprimentos. Uma breve continência a retribuir a que lhe era prestada pelos cadetes da Escola Naval e os dois chefes de Estado encaminharam-se para a tribuna, seguidos de todos os acompanhantes, onde, durante algum tempo, se trocaram efusivas saudações. De toda a parte, então, ecoaram palmas e «vivas», ovação que foi mais forte quando, num mastro da tribuna, à direita do estandarte verde com o escudo das quinas do Presidente da República Portuguesa subiu o pavilhão vermelho e ouro do Chefe do Estado Espanhol. A um lado, uma numerosa representação da não menos numerosa colónia espanhola de Lisboa, agitando bandeiras do seu país, gritava, repetindo o nome do seu Caudilho: «Franco! Franco! Franco!» e dava «vivas» a Portugal e a Carmona. E, em toda a volta do Terreiro do Paço, a multidão, empunhando também pequenas bandeiras espanholas, agitava-se, dando palmas e vitoriando.

Um clarim tocou «a sentido», toque que é ampliado pelas autofalantes. . . Então, a guarda de honra — como dissemos: cinco mil homens armados, com bandas de música, ternos de clarins e bandeiras — automaticamente, com uma impressionante coordenação de movimentos, posta-se em continência ao Chefe do Estado Espanhol. As bandas rompem com os acordes do Hino Nacional do país vizinho, que executam na íntegra, e a que se seguem as notas vibrantes de «A Portuguesa». Virados para a praça, os dois chefes de Estado perfilam-se, em continência. E em continência ou descobertas se encontram também todas as altas personalidades que os rodeiam na tribuna. À direita de ambos, de pé, viam-se as suas respectivas esposas.

O desfile militar

Feito silêncio, de novo se repetiram as palmas e aclamações. Ia principiar a segunda parte da cerimónia — o desfile de cinco mil soldados da guarnição de Lisboa auto-transportados em motocicletas e carros ligeiros, com baterias de artilharia motorizadas, auto-metralhadoras, tanques, estações de T. S. F., etc. Enfim, centenas de viaturas representando a última palavra em material de guerra, tripuladas por pessoal perfeitamente adestrado, em demonstração do alto nível técnico do soldado português.

Era a seguinte, a composição da força motorizada que desfilou durante quarenta minutos, no sentido W.E., em frente da tribuna e como homenagem do Exército ao ilustre visitante:

22 À frente, um carro ligeiro de campanha no qual seguia o comandante da composição, sr. brigadeiro Manuel Holbeche Correia de Freitas, comandante da Frente de Defesa Marítima de Lisboa. Seguiam-se-lhe dois carros com os seus oficiais ajudantes. Depois, uma companhia de atiradores motociclistas, a dois pelotões. Outra companhia de atiradores, também em motocicletas. Imediatamente a seguir: três companhias de metralhadoras montadas em carros ligeiros do tipo «jeep» e uma companhia de engenhos constituída por um pelotão anti-aéreo e outro de canhões. Logo, dois grupos de artilharia ligeira, três baterias de outras peças e dois grupos de artilharia pesada. Mais artilharia rebocada por caminhões-tractores e, seguidamente, todo o Regimento de Cavalaria N.º 7, com os seus grupos de carros de assalto, auto-metralhadoras, carros granadeiros e temerosos tanques dos tipos «Valentine» e Centauro».

Toda esta formação, que impressionou agradavelmente a assistência, desfilou em marcha acelerada no sentido W.E. — repetimos — isto é: vinda da nova Avenida da Ribeira das Naus e seguindo pela não menos nova Avenida do Infante D. Henrique.

Finda esta homenagem do glorioso Exército português ao Generalíssimo espanhol — a quem, durante a mesma, o ministro da Guerra, sr. tenente coronel Santos Costa foi fornecendo explicações de carácter técnico — o sr. Presidente da República ergueu-se e convidou o seu ilustre hóspede a acompanhá-lo ao Palácio de Queluz, residência posta à disposição do Caudilho e do seu séquito durante a sua permanência em Portugal. Toda a assistência imediatamente se levantou. Avançou, então, o terceiro núcleo das forças militares: o Regimento de Lanceiros N.º 2, inteiramente motorizado, comandado pelo sr. tenente-coronel Ivens Ferraz e destinado a dar escolta aos chefes de Estado.

O cortejo presidencial

Depois dos batedores e guarda avançada, constituídos por motociclistas e carros «jeep» terem feito alto na rua oriental da Praça do Comércio, o grosso da escolta parou muito antes de atingir a tribuna. Então, um belo automóvel descoberto, seguido de outros, aproximou-se, por sua vez. E logo que os chefes de Estado principiaram a descer a escadaria da tribuna, as bandas de música irromperam com os acordes do Hino Nacional espanhol, a que se seguiu o português, ao mesmo tempo que toda a grande formação militar em parada, em que se destacavam, ao fundo, o Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana, de grande uniforme, apresentava armas. Seguidamente, os ternos de clarins, a cavalo, postados do lado oriental da praça, executaram a Marcha de Continência.

E após breves cumprimentos, trocados entre os dois chefes de Estado e as altas personalidades portuguesas e espanholas presentes, que acompanharam os dois altos magistrados até ao leito da rua, o sr. Marechal Carmona subiu para o automóvel descoberto, sentando-se logo a seguir, à sua direita, o Generalíssimo Franco. Nessa altura, toda a assistência, de um e outro lado da tribuna, irrompeu novamente em calorosas aclamações.

Noutro automóvel, entraram depois as esposas dos dois chefes de Estado. E, entretanto, organizou-se o cortejo que, no meio de carinhosas ovações iniciou a sua marcha seguindo pela Rua Augusta, Praça de D. Pedro IV (Rossio), Largo de D. João da Câmara, Rua do Príncipe, Praça dos Restauradores, Avenida da Liberdade, Praça do Marquês de Pombal, Rua de António Joaquim de Aguiar e Auto-estrada, em direcção a Queluz.

O cortejo era constituído por nove grandes automóveis, seguindo os dois chefes de Estado no nono, que levava à sua esquerda um «jeep» onde se via o comandante da escolta, e seguindo-se-lhes três esquadrões de pequenos carros, também do modelo «jeep», isto é: o grosso da escolta. Nos oito primeiros automóveis, seguiam os ajudantes dos chefes de Estado, chefes de Protocolo dos dois países, ministros da Marinha, português e espanhol; ministros dos Negócios Estrangeiros, de ambas as nações; as esposas dos chefes de Estado e comandantes da Polícia portuguesa e directores da P. V. D. E. e da «Seguridade» espanhola.

2.100 homens e 2.000 rapazes, respectivamente da Legião Portuguesa, da Brigada Naval, da Polícia de Segurança Pública e da «Mocidade Portuguesa», alinhavam-se em guarda de honra, frente a frente, ao longo das ruas do percurso, desde o arco da Rua Augusta até ao viaduto de Duarte Pacheco, na Auto-estrada, limite «urbano» da cidade. E da referida ponte até ao Palácio de Queluz o policiamento era feito por guardas da Polícia de Viação e Trânsito.

Por todo o percurso urbano, milhares de pessoas de todas as condições sociais aclamaram calorosamente o Caudilho de Espanha e Generalíssimo dos exércitos, Don Francisco Franco. Po-

rém, os aplausos foram maiores no Rossio, onde, por toda a parte, nos passeios, nas janelas, nos telhados, nas árvores e até na base da estátua de D. Pedro IV havia gente, muita gente, que à passagem dos chefes de Estado, aclamou demoradamente o ilustre visitante.

A primeira saudação de Franco ao povo português

Pouco depois da sua chegada ao Palácio Nacional de Queluz, o Chefe de Estado espanhol proferiu ao microfone da «Emissora Nacional de Radiofusão» as seguintes palavras, que foram depois retransmitidas por todas as rádio-emissoras do país vizinho:

«Ao enviar as minhas saudações ao povo português, nesta hora feliz da chegada à sua terra, não posso deixar de evocar aqueles primeiros meses da nossa cruzada, em que a Rádio de Portugal, integrando o sentido do seu povo, foi uma voz amiga que, com intuição maravilhosa e fidelidade exemplar, levou ao Mundo o eco das nossas vitórias.

O meu coração vibra de gratidão e afecto ao gritar — Viva Portugal!».

Visita do Chefe do Estado Espanhol ao Senhor Presidente da República

Vindo de Queluz, onde permaneceu breves momentos, o Chefe de Estado espanhol chegou pelas 17 e 15 ao Palácio de Belém, afim de retribuir e agradecer os cumprimentos que lhe foram apresentados pelo sr. Presidente da República no Terreiro do Paço. Acompanhavam-no os srs. Don Martin Artajo, seu ministro de Assuntos Exteriores; Don Nicolas Franco, seu irmão e seu embaixador em Lisboa; os generais Don Martin Alonso; o sr. marquês de Hueter Santillana, chefe da sua Casa Civil; os seus ajudantes srs. coronéis Girona e Ecija e capitão de mar e guerra Nieto, os oficiais portugueses colocados às suas ordens, e ainda os comandantes geral da Polícia portuguesa e comandante da Polícia de Lisboa.

Centenas de pessoas aguardavam a chegada do Generalíssimo na Praça de Afonso de Albuquerque. E quando o cortejo, constituído por cinco grandes automóveis e escoltado por uma força motorizada da G. N. R., entrou na praça a multidão vitoriou carinhosamente o Caudilho que, com ligeiros acenos de mão, agradeceu, sorridente. Seguidamente, o cortejo atravessou o portão principal do palácio e subiu a rampa que conduz ao Pátio dos Bichos, onde um batalhão da G. N. R. prestou honras, enquanto a banda de música executava o Hino Nacional espanhol.

Ao princípio da escadaria que serve a Sala das Bicas, o Generalíssimo era aguardado pelos srs. dr. Henrique Viana, chefe do Protocolo do Estado, capitão de mar e guerra Nuno de Brion e major Carvalho Nunes, ajudantes de campo do sr. Presidente da República que o acompanharam, em seguida, à Sala Dourada, na qual foi recebido pelo sr. Marechal Carmona que tinha a seu lado os ministros dos Negócios Estrangeiros e do Interior, respectivamente srs. Doutor Caeiro da Mata e eng. Cancela de Abreu, e Doutor Carneiro Pacheco, embaixador de Portugal em Madrid.

Porém, foi na Sala das Recepções onde, em breves palavras, o Chefe de Estado espanhol disse do seu reconhecimento ao sr. Presidente da República por se ter dignado ir esperá-lo ao Terreiro do Paço. Assistiram a este acto, que foi muito pouco demorado, além das entidades já referidas, os srs. comandante Jaime Athias, secretário geral da Presidência da República; dr. Leite de Faria, secretário geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros; dr. Oscar Carmona Silva e Costa, secretário particular do sr. Marechal Carmona; marquês de San Paio do Protocolo do Estado; dr. Sampaio Garrido, 1.º secretário da Embaixada de Portugal em Madrid e dr. José de Figueiredo, secretário do ministro dos Negócios Estrangeiros.

TRIBUNA DE RECEPÇÃO
NO TERREIRO DO PAÇO



OS DOIS CHEFES DE ESTADO
EM CONTINÊNCIA



CUMPRIMENTOS
NO PALÁCIO DE BELÉM





CHEGADA DO GENERALÍSSIMO
AOS PAÇOS DO CONCELHO



ASSINATURA DO LIVRO DE OURO



O PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL SAUDA
O GENERALÍSSIMO FRANCO

O GENERALÍSSIMO AGRADECE
AS SAUDAÇÕES DO PRESIDENTE
DA CAMARA MUNICIPAL



TOURADA DE GALA
NO CAMPO PEQUENO

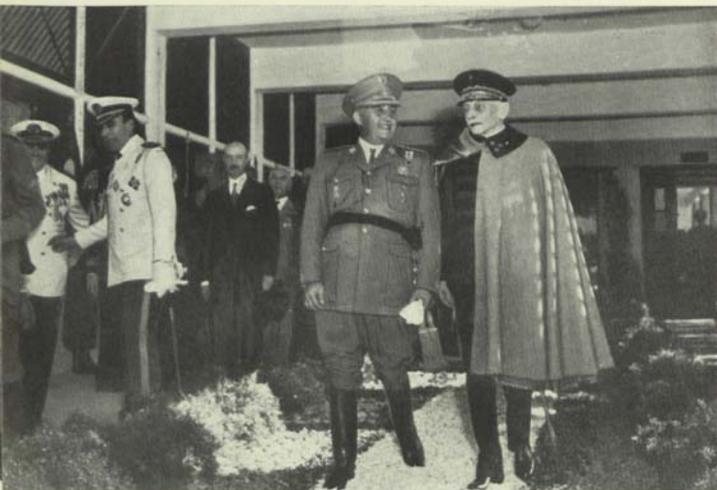


TOURADA—UM ASPECTO
DA TRIBUNA PRESIDENCIAL





DESPEDIDA NO AEROPORTO



OS DOIS CHEFES DE ESTADO
NO AEROPORTO



O GENERALÍSSIMO FRANCO
DESPEDA-SE DO PRESIDENTE
DO CONSELHO

Os dois chefes de Estado passaram seguidamente à sala de visitas privativa do sr. Marechal Carmona de onde, após alguns minutos de conversação afectuosa, voltaram à Sala «Luís XV» sendo, depois, o Generalíssimo Franco acompanhado até à Sala Dourada pelo sr. Presidente da República e demais individualidades.

Após os cumprimentos de despedida, o Chefe de Estado espanhol voltou a entrar no automóvel, porém, desta vez acompanhado pelo sr. ministro do Interior e pelo sr. embaixador de Espanha, tendo-lhe sido dispensadas honras militares iguais às prestadas à sua chegada e pelo mesmo batalhão da G. N. R., nessa altura alinhado junto ao palácio, na Praça de Afonso de Albuquerque, onde o cortejo, ao tomar a direcção dos Paços do Concelho, foi outra vez admirado pela multidão que, de novo, vitoriou o ilustre visitante.

O Caudilho do povo espanhol recebe as saudações da cidade

Grande multidão esperava o Chefe de Estado visitante na Praça do Município para o ver e aclamar uma vez mais. E quando ele desceu do automóvel, acompanhado das individualidades atrás citadas, os milhares de pessoas ali aglomeradas irromperam em «vivas» a Espanha e Portugal, a Franco e a Carmona, dispensando ao Caudilho do povo espanhol uma demorada e calorosa salva de palmas.

Junto aos Paços do Concelho, o Batalhão de Sapadores Bombeiros prestou as devidas honras ao ilustre visitante e a sua banda de música tocou os hinos nacionais dos dois países peninsulares.

À porta do palácio, aguardavam o Generalíssimo Franco o sr. tenente-coronel Salvação Barreto, presidente da Ex.^{ma} Câmara Municipal, acompanhado dos vereadores srs. conde de Carnide e Francisco Marques, ambos da comissão de recepção. Já ali se encontravam, igualmente, os srs. ministros de Assuntos Exteriores e da Marinha, de Espanha, assim como outras altas individualidades do país vizinho, oficiais generais; o presidente da Câmara Corporativa, sr. prof. Doutor Gabriel Pinto Coelho e representantes do Comércio e Indústria da cidade.

Após breves cumprimentos, o Chefe de Estado espanhol, acompanhado pelo sr. presidente da Ex.^{ma} Câmara Municipal, srs. vereadores, e demais entidades, subiu a larga escadaria por entre filas de guardas da Polícia Municipal, de grande uniforme, e entrou no gabinete do sr. tenente-coronel Salvação Barreto, onde descansou alguns momentos depois do que deu entrada no Salão Dourado, sendo-lhe, seguidamente, apresentados os srs. Vereadores.

Ao centro do salão, sobre uma mesa, encontrava-se o «Livro de Ouro» do Município e o almoxarife do palácio, sr. Elmano Simões Coelho, indicou ao ilustre visitante as páginas assinadas pelos chefes de Estado estrangeiros que visitaram Lisboa, após o que o Caudilho após também a sua assinatura no referido livro.

Quando o Chefe de Estado espanhol entrou no Salão Nobre a selecta assistência dispensou-lhe uma prolongada e calorosa salva de palmas, traduzindo carinhosa simpatia, finda a qual o sr. tenente coronel Salvação Barreto em nome da população da cidade de Lisboa, ali representada pelo seu Município e pelas personalidades mais representativas das suas actividades culturais, do seu comércio e da sua indústria, apresentando a Sua Ex.^a os cumprimentos de «boas-vindas» e os agradecimentos por tão honrosa visita àqueles Paços do Concelho, sede municipal duma velha cidade de secular tradição, gémea das mais antigas cidades peninsulares e como elas obreira da história do mundo cristão.

Acrescentou que nos anais da Câmara a visita do Chefe de Estado da Espanha ficará registada como honra insigne e inesquecível. E acrescentou que *a memória desta visita falar-nos-á pelos tempos fora das boas relações dos dois povos peninsulares, cujas afinidades históricas na evolução do mundo civilizado continuam, hoje, como sempre, a verificar-se nas rotas prosseguidas.*

Disse, depois, o presidente do Senado de Lisboa que a população desta cidade conhece e compreende a missão histórica da Espanha imortal na evolução do mundo cristão. Paredes meias, os portugueses viveram, senão a vida de infortúnios na guerra de Espanha, as ansiedades e inquietações do povo espanhol, com as suas glórias e os seus heróis. Compreendem assim que as duas nações prosigam nos mesmos caminhos paralelos na defesa dos direitos da pessoa humana e das nações livres.

E continuou:

Concentrando o espírito nesta ideia de solidariedade quanto à defesa da civilização cristã, conscientemente e muito devotadamente o Município desta velha cidade de Lisboa formula os mais ardentes votos pelas prosperidades da nação espanhola e pela longa vida do seu Chefe.

As palavras do sr. tenente-coronel Salvação Barreto foram muito aplaudidas.

A estas palavras, respondeu o Chefe de Estado espanhol com o curto improvisado que registamos seguidamente e que foi escutado com o maior interesse:

«Senhor presidente e representações desta cidade aqui reunidas:

São as minhas primeiras palavras para prestar rendido agradecimento, bem do fundo do coração, para agradecer o acolhimento tão carinhoso que encontrei nesta velha Lisboa. Basta a história gloriosa do seu passado, de um passado de navegadores, para que a nossa nação, vos esteja sempre muito querida. Fostes vós que abristes o caminho para o Atlântico, e dessa descoberta, guarda a Espanha a memória duma época gloriosa que tornou grandes as duas nações.

E evocou a figura do Infante D. Henrique — «o infante navegador» — que a ambas as nações abriu o mar Atlântico.

E terminou dizendo que saudava Portugal «com o coração vibrando de carinho e emoção».

Aplausos vibrantes entre «vivas» a Espanha e a Franco puseram um simpático ponto final nesta visita.

Momentos depois, de novo acompanhado, até à saída, pelo sr. ministro do Interior, sr. presidente do Município, srs. vereadores e demais personalidades portuguesas e espanholas, o Generalíssimo Franco retirou-se, tendo-lhe sido dispensadas iguais honras prestadas à sua chegada, e entre os aplausos da vasta representação popular, concentrada na praça em frente.

Um banquete no palácio da Ajuda

No imponente Palácio Nacional da Ajuda, residência que foi de reis e onde têm decorrido algumas importantes cerimónias do regime republicano, efectuou-se na noite do próprio dia da sua chegada, um grandioso banquete, seguido de recepção, em honra do Chefe de Estado espanhol e a que assistiram centenas de convidados.

O sr. Presidente da República, acompanhado de sua esposa e dos funcionários das suas Casas, militar e civil, chegou ao palácio cerca das 20 e 30. Um batalhão da G. N. R., postado no pátio interior, prestou-lhe as devidas honras, enquanto a banda de música tocava o Hino Nacional.

E às 21 e 30, ladeado por uma escolta de honra, seguido pelos automóveis em que vinham personalidades militares e civis do seu séquito e ainda os oficiais portugueses às suas ordens, chegou em automóvel o Generalíssimo Franco e sua esposa, a quem foram igualmente dispensadas homenagens pelo batalhão da G. N. R. ao som do Hino Nacional espanhol e dos primeiros acordes de «A Portuguesa» que o Caudilho escutou perfilado.

Subida a escadaria principal do palácio, por entre filas de soldados de cavalaria da G. N. R., de grande uniforme, o Chefe de Estado espanhol e sua esposa foram recebidos ao cimo da mesma pelo sr. Presidente da República e senhora Dona Maria do Carmo Fragoso Carmona que, após breves cumprimentos, os conduziram à Sala do Trono, onde o sr. Marechal Carmona apresentou os seus illustres hóspedes aos chefes das missões diplomáticas acreditados junto da sua veneranda pessoa.

Formou-se, em seguida, um cortejo de convidados para a sala de jantar do palácio, contígua aquela. Abriam-no os dois chefes de Estado — à frente o sr. Presidente da República dando o braço à senhora Dona Carmen Polo Franco; a seguir: o Generalíssimo Franco que dava o braço à senhora de Fragoso Carmona.

Na enorme mesa em «U» do banquete, que reuniu cento e cinquenta talheres, os dois chefes de Estado tomaram a presidência, lado a lado, tendo os restantes lugares a seguinte distribuição:

À direita do Chefe do Estado espanhol a sr.^a D. Maria do Carmo de Fragoso Carmona, Sua Eminência o sr. Cardeal Patriarca de Lisboa, sr.^a de Martin Artajo, monsenhor Pietro Ciriaci, sr.^a de Leão-Gracie, embaixador D. Nicolas Franco Bahamonde, sr.^a de Regalado, presidente da Assembleia Nacional, sr.^a de Rodrigues Tomás, ministro da Marinha de Espanha, sr.^a de Renard y Valenzuela, ministro do Interior, sr.^a de Casal Ribeiro Ulrich, ministro da Noruega, sr.^a de Azula Barrera, ministro das Colónias, sr.^a de Caeiro, ministro da Suíça, sr.^a de Ferro, presidente do Supremo Tribunal de Justiça, sr.^a de Mariátegui, ministro da Islandia, sr.^a de Chaves, major-general da Armada, sr.^a de Maree, director-geral dos Negócios Políticos, sr.^a de Salgado Araújo, conselheiro encarregado de Negócios da Grécia, marquesa de S. Paio, director-geral da Seguridad, sr.^a de Cayola Zagalo, conselheiro Alfred Tyrrel Nester, dos Estados Unidos, primeiro secretário encarregado de Negócios, interino, da República Dominicana, J. C. H. Maree, secretário da Legação da União da África do Sul, capitão de mar e guerra D. Pedro Nieto Antunes, o official da Guarda Nacional Republicana em serviço no Palácio e Álvaro Augusto da Fonseca, da Presidência da República.

À esquerda do Chefe do Estado português ficaram: a sr.^a de Franco, o sr. Presidente do conselho, sr.^a de D. Nicolas Franco, ministro dos Assuntos Exteriores de Espanha, sr.^a de Carneiro Pacheco, embaixador do Brasil, sr.^a de Cancela de Abreu, presidente da Câmara Corporativa, sr.^a de Alf Hassel, tenente-general D. Juan Vigon y Suerodiaz, sr.^a de Brunner, ministro da Marinha, sr.^a de Gomes Araújo, ministro do Chile, sr.^a de Benediktsson, ministro da Economia, sr.^a de Gusmão Madeira, ministro das Comunicações, condessa O'Kelly de Gallagh, o subsecretário da Educação Popular de Espanha, sr.^a de Gray, vice-almirante D. Salvador Moreno Fernandez, sr.^a de Sotolongo y Sainz, director-geral da Política Exterior de Espanha, sr.^a de Norton de Matos, director-geral dos Negócios Económicos e Consulares, sr.^a de Ferraz, barão Christian Marcotte de Saint-Marie, conselheiro da França, sr.^a de Carvalho Nunes, conselheiro Encarregado de Negócios, interino, de Cuba primeiro secretário Henry Quérin, da Bélgica, capitão de mar e guerra Manuel Armando Ferraz, tenente-coronel D. Carmelo Medrano, adido militar de Espanha, capitão de mar e guerra Nuno de Brion, major Carvalho Nunes, dr. Cayola Zagalo, official da Polícia de Segurança Pública e dr. João de Mendonça.

Na parte interior da mesa, do lado direito, sentaram-se a sr.^a Van Buttingha Vichers, ministro dos Negócios Estrangeiros, sr.^a de Santos Costa, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da Dinamarca, Marquesa de Villatorgas, ministro da Justiça, sr.^a de Duarte, ministro das Obras Públicas, baronesa de las Torres, ministro da Venezuela, sr.^a de Faria,

ministro do Uruguai, sr.^a de Esteves Fernandes, tenente-general marquês de Villatorgas, sr.^a de Tyrrel Nester, marquês de Hueter de Santillana, sr.^a de Brown, governador militar de Lisboa, sr.^a de Ginebra Hernández, encarregado de Negócios do Peru, sr.^a de Caeiro da Mata, director da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, «mademoiselle» de Adérito Carmona, director-geral dos Negócios Políticos, encarregado de Negócios da Suécia, ministro-conselheiro D. Rafael Forns y Cuadra, monsenhor dr. Carneiro de Mesquita, coronel Júlio Botelho Moniz, coronel Girona, dr. Carmona e Costa e dois oficiais da G. N. R.

Também na parte interior, mas do lado esquerdo, ficaram a sr.^a de Cavaleiro Ferreira, embaixador Cameiro Pacheco, Marquesa de Hueter de Santillana, ministro da Guerra, sr.^a de Castro Fernandes, ministro da Itália, sr.^a de Erice, ministro da Educação Nacional, sr.^a de Pereira Coutinho, ministro da Colombia, sr.^a de Sourlas, procurador-geral da República, sr.^a de Cunha, barão de las Torres, sr.^a de Quérin, governador civil de Lisboa, sr.^a de Botelho Moniz, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sr.^a de Brion, secretário nacional da informação, sr.^a de Adérito Carmona, conselheiro da Grã-Bretanha, encarregado de Negócios, interino, do Equador, general D. Francisco Salgado Araújo, conselheiro da Argentina, ministro plenipotenciário e chefe do gabinete diplomático D. Antero de Ussia, dr. Luís Norton de Matos, coronel Esmeraldo Carvalhais, engenheiro Basílio da Mata, oficial da G. N. R., dr. José de Figueiredo e marquês de S. Paio.

Na cabeceira da direita via-se o sr. comandante Jayme Athias, secretário-geral da Presidência da República; e na da esquerda, o sr. dr. Henrique Viana, do Protocolo.

A sobremesa, foram trocados entre os dois chefes de Estado amistosos brindes, como remate dos transcendentais discursos pronunciados e que foram radiofundidos pelas estações dos dois países e registados, na íntegra, no dia seguinte pela Imprensa peninsular.

A loureda à antiga portuguesa

Estava lindíssima a Praça de Touros do Campo Pequeno na tarde de domingo, 23. Opulência e colorido, eram as duas notas predominantes naquele circo taurino lisboeta. Velhas colgaduras armoriadas, pendentes de camarotes e galerias, recordavam passadas glórias de Castela e Portugal; auriflamas e galhardetes com as cores nacionais dos dois países ibéricos punham alegria na orla dos telhados; laçadas berrantes abraçavam-se nas colunas ou nos céstos de vime pletóricos de belas flores; bandeiras desfraldadas, ondulando ao sabor da brisa: eis, em apontamento, o ambiente festivo da velha praça de touros de tão grandes tradições na vida da Capital. E se dissemos ainda que no meio desta decoração deslumbrante sobressaía a tribuna de honra, embelezada com um panejamento de veludo granadino encimado por um peitoril que era um longo friso de flores amarelas — e, no qual se viam, lado a lado, os braços nacionais dos dois Estados — teremos, em síntese, uma visão daquele conjunto magnífico que se ficou devendo, como tantas outras realizações do género, que Lisboa tem contemplado, ao talento estético do grande artista que é José Leitão de Barros.

É certo que faltou naquela tarde de touros à antiga usança nacional, e em que tomaram parte os melhores artistas da especialidade, a luz, a alegria do Sol, porém, essa falta foi sobremaneira compensada com o entusiasmo de uma assistência que, por completo, enchia a praça e que recebeu de pé e dispensou uma carinhosíssima ovação ao Chefe de Estado espanhol, à senhora sua esposa, à senhora de Fragoso Carmona e ao sr. Presidente do Conselho de Ministros. Iguais, ou mesmo maiores, ovações lhe foram tributadas no final da corrida que agradou, dado que todos os artistas fizeram o melhor que puderam e sabiam.

Exercícios de projectores de luz, concertos por bandas militares e fogo de artifício junto ao Tejo

Distribuídos por diversos pontos da cidade, foram colocados nesta potentes «projectores» pertencentes ao Quartel da Defesa Anti-Aérea, de Queluz, e que, das 22 às 23 horas de domingo, 23, em jogos de luzes de vistoso efeito, alternando as cores branca, rosada, amarela e verde, iluminaram alguns edifícios públicos, convergindo, no final, todos os seus feixos sobre o Tejo, onde as esquadras espanhola e portuguesa se encontravam ainda fundeadas. Estes exercícios foram seguidos com muita curiosidade pela população de Lisboa e dos arrabaldes.

Ao mesmo tempo que tal sucedia, num coreto para o efeito erguido no Terreiro do Paço, as bandas de música da Polícia e da G. N. R. tocaram alternadamente para os milhares de pessoas que, em redor, escutavam o concerto.

Nessa noite, os edifícios públicos da Capital apresentavam uma artística iluminação e, entre eles, o da Câmara Municipal impunha-se pela beleza que irradiava da sua magnífica frontaria banhada de uma luz que fazia sobressair as suas obras de arte.

Porém, devido à chuva que durante a tarde caiu durante algum tempo, o anunciado fogo aquático, tão do gosto dos lisboetas, teve de ser queimado em terra. Isto roubou quase toda a beleza ao prometido espectáculo. Mas, apesar disso, foram ainda muitos os milhares de pessoas que do Terreiro do Paço e dos pontos altos da cidade deliciaram os olhos com as centenas de foguetões lançados e com o fogo preso queimado junto da estação do Sul e Sueste. Este, como aquele, foi confeccionado pelos pirotécnicos de Lanhelas, Ponte da Barca e Viana do Castelo, os quais revelaram mais uma vez a sua apreciada técnica nas girandolas de foguetões e muito principalmente nas peças que terminaram com as seguintes legendas VIVA FRANCO — SEJA BENVINDO; VIVA CARMONA — VIVA SALAZAR e VIVA PORTUGAL — VIVA ESPANHA.

O Chefe de Estado espanhol, sua esposa, os dois ministros espanhóis, o sr. ministro do Interior, os srs. embaixador de Espanha em Lisboa e de Portugal em Madrid, personalidades da comitiva do Generalíssimo Franco, acompanhados por altas individualidades portuguesas, seguiram, durante algum tempo, a queima do fogo de artifício dos balcões do Palácio da Sociedade da Cruz Vermelha, na Rocha do Conde de Óbidos.

Récita de gala em «São Carlos»

Um público muito selecto encheu completamente a sala do Teatro de São Carlos na noite de segunda-feira, dia 24, para assistir à récita de gala oferecida em honra do Chefe do Estado Espanhol, de sua esposa e altas personalidades do seu séquito. Ao espectáculo compareceu o ilustre estadista visitante, — a quem tanto à entrada como à saída do teatro foram dispensadas as devidas honras militares, — a senhora sua esposa, os srs. Presidentes da República e do Conselho de Ministros, membros do Governo, embaixadores de Espanha em Lisboa e de Portugal em Madrid, Corpo Diplomático, Governador Civil e Presidente do Município da cidade, altas patentes do Exército e Armada dos dois países, etc.

Actuaram na primeira parte do espectáculo a Orquestra Sinfónica Nacional que, sob a regência do maestro Pedro de Freitas Branco, interpretou a rapsódia «Espanha», de Chabrier, e a conhecidíssima composição de Manuel de Falla «Noites nos Jardins de Espanha» e, conjuntamente com o grupo coral do teatro, tendo como solista ao piano Maria Levêque de Freitas Branco, agora sob a direcção do maestro Mário Pelligrini a introdução e hino da ópera «Iris», de Mascagni. A segunda parte foi totalmente preenchida com bailados do grupo «Verde Gaio», a que prestou também a sua colaboração a Orquestra Sinfónica Nacional dirigida pelo maestro Frederico de Freitas.

Um banquete na embaixada de Espanha

No velho e histórico Palácio de Palhavã, onde hoje se encontra instalada a Embaixada de Espanha, o Generalíssimo Don Francisco Franco ofereceu na noite de 26, véspera do dia da sua partida de Portugal, um banquete em honra do sr. Presidente da República, a que assistiram, sua esposa, o sr. Doutor Oliveira Salazar, chefe do Governo, e quase todos os membros deste, além de muitas personalidades portuguesas. Em seguida ao banquete houve recepção a que compareceram centenas de convidados.

A partida de avião do generalíssimo Franco

Com destino a Madrid, às 8 e 50 do dia 27, acompanhado pelo sr. Doutor Oliveira Salazar, presidente do Conselho de Ministros, e levando como escolta de honra um regimento motorizado da G. N. R., saiu do Palácio Nacional de Queluz, o ilustre Chefe do Estado Espanhol que, deste modo, terminava a sua afectuosa visita de cinco dias ao nosso país. Ainda em Queluz, ao longo da Estrada Nacional, prestou-lhe honras militares um batalhão de Infantaria da G. N. R., de grande uniforme. E formando cortejo, seguiam o automóvel da Presidência da República que o conduzia ao Aeroporto da Portela de Sacavém outros carros com diversas personalidades portuguesas. Na Praça do Marquês de Pombal, incorporou-se na escolta um outro regimento de Cavalaria da G. N. R., também de grande uniforme.

Desde a Praça do Arieiro ao Aerodromo, ininterruptamente, de um lado e outro da bela avenida, soldados da Guarnição Militar de Lisboa, armados e de grande uniforme, a que se juntavam 460 legionários, Guarda Fiscal e infantaria da G. N. R., cadetes das Escolas Militar e Naval, alunos do Colégio Militar e dos «Pupilos do Exército», também armados e de grande uniforme, e Polícia de Segurança Pública. Ao lado esquerdo do edifício do Aeroporto formava um batalhão da G. N. R., com bandeira e banda de música.

Naquela parte da cidade, de belas edificações e de amplas artérias, já conhecida pela designação de «Lisboa Nova», foi de festa a manhã do referido dia. Milhares de pessoas aglomeravam-se pelos passeios desde a Alameda de Dom Afonso Henriques até à praça fronteira ao edifício do Aeroporto e pelas janelas e balcões, onde se viam muitas senhoras, havia colchas e colgaduras que mais contribuíam para dar carácter ao ambiente já por si festivo.

As 9 e 30, de automóvel e levando como escolta uma força de motociclistas da P. S. P. de grande uniforme, chegou ao Aeroporto o sr. Presidente da República. Membros do Governo e altas personalidades portuguesas e espanholas já ali se encontravam para o receber. À sua passagem todas as forças em parada lhe prestaram as devidas honras e o batalhão da G. N. R., junto ao edifício, apresentou armas enquanto a banda executava os primeiros acordes do Hino Nacional.

Um quarto de hora depois chegou à praça do Aeroporto o Generalíssimo Franco. Calvalgava ao lado do automóvel que, como dissemos, também conduzia o sr. Presidente do Conselho, o sr. coronel Buceta Martins, comandante da escolta. A guarda de honra apresentou armas ao som do Hino Nacional espanhol — e o Caudillo perfilou-se, em continência. Ao cimo da escadaria esperavam-no o sr. Presidente da República, membros do Governo, ministros espanhóis e outras altas personalidades e, após os cumprimentos, seguiu-se o desfile, em continência, da escolta da G. N. R. Momentos depois os dois chefes de Estado, seguidos de todas as entidades presentes, encaminharam-se para a sala da Alfândega e dali até à pista passaram por entre alas de rapazes da «Mocidade Portuguesa» com os seus galhardetes e pisando uma passeadeira atapetada de flores. A poucos metros de distância encontrava-se o avião quadrimotor que haveria de conduzir o Caudillo a Madrid. Então, locutores da «Emissora Nacional de Radiofusão» e da «Rádio Nacional de

Espanha) aproximaram os seus microfones aos dois chefes de Estado, solicitando-lhes algumas palavras. O Generalíssimo, sorrindo, acedeu prontamente e assim se pronunciou: «*Parto profundamente satisfeito deste país, que me recebeu com carinho e amor e a que o povo espanhol corresponde inteiramente e, eu próprio, também muito intensamente. Viva Portugal!*» Por seu turno, o sr. Marechal Carmona disse: «*Desejando que o Caudilho chegue ao seu país satisfeito com a recepção que teve em Portugal, limito-me a dizer: Viva Franco! Viva Espanha! Viva Portugal!*». Em seguida, o ilustre estadista, com palavras de muita amizade agradeceu aos srs. Presidentes da República e do Conselho a forma como fora recebido em Portugal, e abraçou-os afectuosamente, posto o que se despediu de Sua Eminência o sr. Cardeal Patriarca — que também compareceu — dos membros do Governo e de outras altas personalidades.

A portinhola do avião fechou-se e, minutos depois, isto é: precisamente às 10 e 12, o quadrimotor levantou vôo em direcção a Espanha entre as aclamações da multidão que accorrera ao Aeroporto. O grande avião foi depois escoltado até à fronteira por dois grupos de aparelhos de caça das bases da Ota e Tancos, num total de 32 unidades. Com o Generalíssimo Franco seguiram os seus dois ministros que o acompanharam a Portugal, o nosso embaixador em Madrid e outras altas personalidades do seu séquito.

Luts de Quadros.

Notas de reportagem

1 — O programa oficial da visita, que foi cumprido inteiramente, era o seguinte:

Dia 22 — Os navios da esquadra espanhola e os contratorpedeiros portugueses que se lhe juntarão, de manhã, no mar das Berlengas, param antes de entrarem no Tejo, em ponto a determinar posteriormente, consoante o estado do tempo (baía de Cascais ou Caxias), a fim de embarcarem no cruzador «Miguel Cervantes» os srs. comandante Américo Tomás, ministro da Marinha, e embaixador D. Nicolau Franco, e, ainda, os nossos oficiais da Marinha e do Exército postos à ordem do Caudilho. Às 14,30, desembarque no cais das Colunas, onde o generalíssimo Franco será recebido pelos srs. Presidente da República, Presidente do Conselho e ministro dos Negócios Estrangeiros. Na tribuna aguardam-no as esposas dos dois chefes de Estado, os srs. presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, Governo, o presidente da Câmara Municipal e outras entidades, nesse momento a apresentar ao generalíssimo. Às 14,45, desfile militar às 15,15, partida do Cortejo Queluz; às 16,45, partida do cortejo para Queluz, às 16,45, visita do generalíssimo ao marechal Carmona, no Palácio de Belém; e às 17,30, visita aos Paços do Concelho. À noite, no palácio nacional da Ajuda, o sr. Presidente da República oferecerá um banquete seguido de recepção.

Dia 23 — Às 10,30, recepção à colónia espanhola, no palácio de Queluz. Neste almoço oferecido pelos srs. ministros dos Negócios Estrangeiros e da Marinha aos seus colegas espanhóis, no qual tomam parte oficiais da Marinha espanhola. A 16, tourada de gala à antiga portuguesa; às 22, exercício de «projectores» e concerto por bandas militares no Terreiro do Paço; e às 23, fogo de artifício no Tejo.

Dia 24 — Às 9, partida em automóvel para Mafra, onde, das 10 às 13, o Caudilho assistirá a exercícios militares; às 13,15, almoço com a oficialidade na Escola Prática de Infantaria; às 15,30, partida de automóvel para Sintra, com visitas ao palácio da vila e ao parque da Pena. Às 21,30, recita de gala em «S. Carlos».

Dia 25 — As 9,45, partida de combóio até ao Luso, fazendo-se a instalação no «Palace Hotel» do Buçaco. As 15,45, partida, também de combóio, para Coimbra; às 16,30, recepção na Estação Nova; às 17,30, chegada à Universidade, cumprimentos, descanso e visita à capela e biblioteca, de onde sai o cortejo para o «doutoramento» a realizar às 18 horas. As senhoras e outras pessoas da comitiva terão chegado ao Buçaco, de automóvel, às 17,45. As 20, jantar seguido de recepção, oferecido pela Universidade.

Dia 26 — As 10, partida do Buçaco, em automóvel; às 13,30, almoço no castelo de Leiria; e às 21,30, banquete na Embaixada de Espanha.

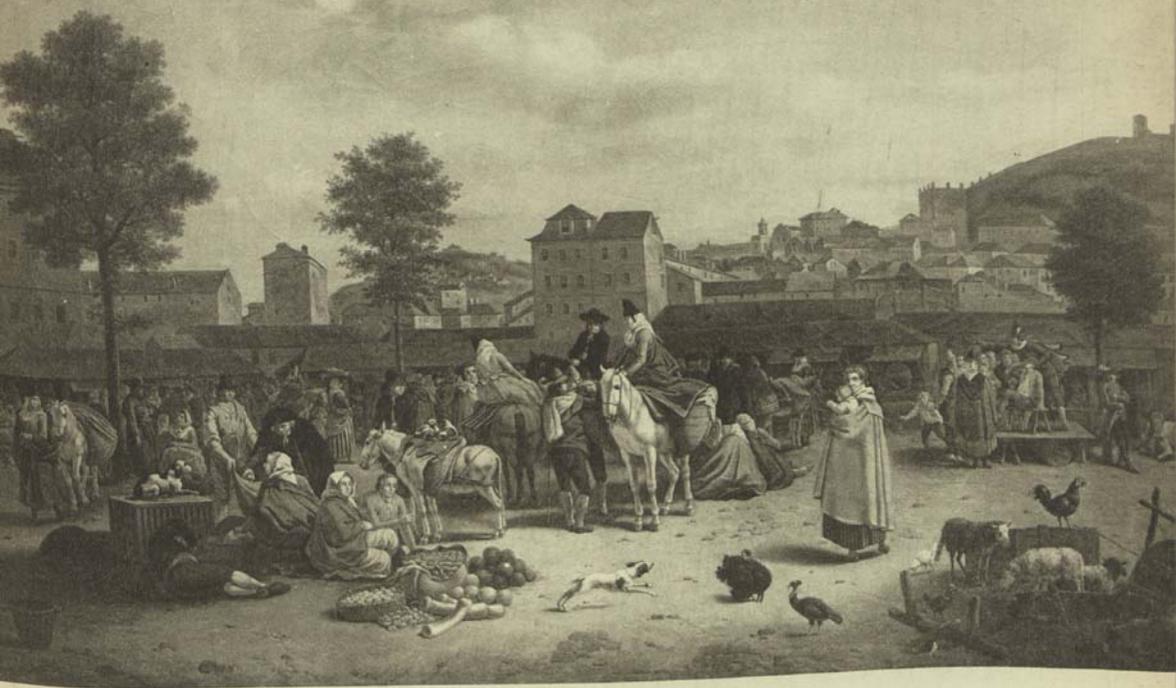
Dia 27 — As 10, formatura militar a caminho do Aeroporto; e às 11, partida de avião do Aeroporto.

2 — Os comandos da esquadra espanhola que veio ao Tejo com o Generalíssimo Franco estavam distribuídos deste modo:

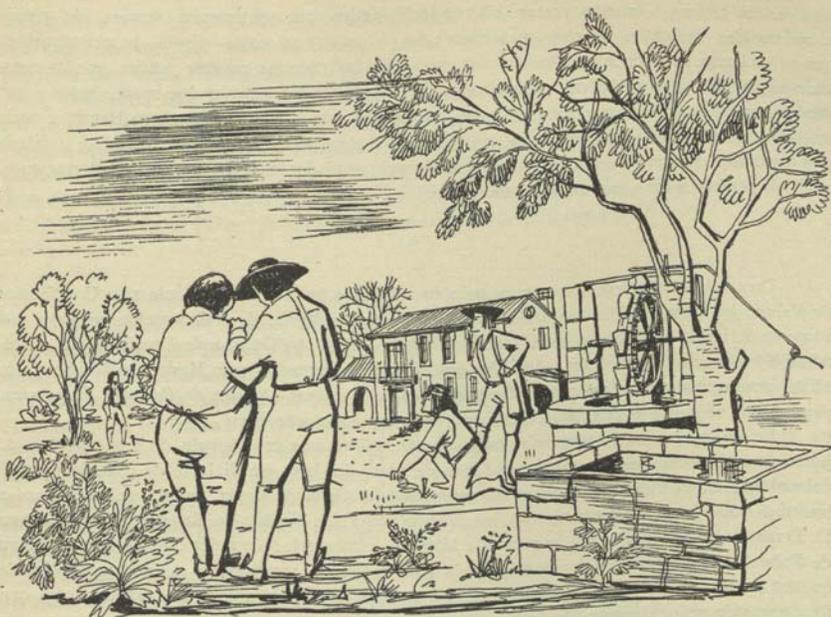
Comandante-chefe da esquadra, vice-almirante Salvador Moreno; chefe do estado-maior, capitão de mar e guerra Indalecio Nuñez; comandante-chefe da flotilha de contratorpedeiros capitão de mar e guerra Ricardo Calvar; chefe do estado-maior, capitão-tenente Vicente Alberto; comandantes dos cruzadores «Miguel Cervantes», «Galicia» e «Almirante Cervera», respectivamente, capitães de mar e guerra Manuel Sunico, Alejandro Molins e Alfonso Colomina; comandantes dos contratorpedeiros «Jorge Juan». «Almirante Valdés», «Sanchez Barcaiztegui», «Ciscar», «José Luis Diez» e «Almirante Antequera», respectivamente, capitães de fragata, Manuel Cervera, José Estran, Pedro Nuñez, António Díaz del Rio, Manuel Pasquin e Manuel Alvarez Osorio; e ajudantes do almirante-chefe, capitão-tenente José Camaño e 1.º tenente Juan Moreno, este ultimo, filho de D. Salvador Moreno.

L. de O.





NICOLAU DELERIVE
MERCADO DA PRAÇA DA FIGUEIRA — 1792
(Da Col. do Ex.^{mo} Sr. João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres)



A RUA DA PALMA

A lenda do Cavaleiro Henrique, em cuja jazida teria nascido uma palmeira, donde uma palma, tirada pelo nosso primeiro Rei (isto passava-se no tempo do cerco de Lisboa em 1147), e guardada num relicário no Mosteiro de São Vicente, foi por alguns imaginosos havida como motivo determinante da sinonímia da actual serventia «Rua da Palma» apesar da evidente fragilidade e inconsistência do relato chamado a capítulo, durou pelos séculos fora e chegou até os nossos dias. O Cavaleiro de Bona, justo varão ao que parece, morto durante o cerco à Lixbuna moirisca, e por cuja intercessão se operaram vários milagres, piedosamente relatados pelos escrevedores de outro tempo, não tem ainda a identidade determinada. O saudoso Júlio de Castilho, aceitando o ponto de fé da Lenda, tentou, de balde, identificar o cruzado entre um grupo de Henriques, mais ou menos coevos, cujas façanhas não passaram despercebidas nas crónicas nossas e alheias; mas não o conseguiu satisfatoriamente nem isso importava à poesia da Lenda. A explicação da palma, como razão daquela toponímia alfacinha, manteve-se assim, e alguns foram mais longe ainda, dizendo que ela se filiava particularmente no facto de tal rua, muitos anos depois, aberta em chãos dos Padres Vicentes, ter sido habitada por alemães que assim quereriam recordar e prolongar a memória do seu recuado compatriota.

Não temos o menor prazer em destruir lendas que entretecem sempre de poesia a rudeza das realidades charras, mas manda-nos o dever, na nossa missão de cavouqueiros, que se esclareça a verdade, oculta por elas, sem aliás bulirmos na matéria poética que as construiu e que não é senão o reflexo expressivo da maneira de ser das gerações que se sucederam e que produziram a nossa. E a verdade manda-nos que se diga que o bom do Cavaleiro Henrique nada teve com o nome da rua movimentada, em vésperas de desaparecer, e que ela jamais foi habitada por teutónicos que tentassem fixar a memória daquele ajudador do primeiro rei dos Portugueses. E passe-se a dar a razão dos nossos assertos.

*

Do apelido *Palma* encontram-se os primeiros vestígios no decorrer do século XIV. Um Nicolau de Palma, era o patrão de uma das naus genovesas que o Mestre de Avis apressou no Tejo, nas vésperas do cerco de Lisboa por D. João de Castela, em 1384 (*Crónica de Fernão Lopes*, Capítulo CX), e a um João de Palma, também genovês, foram coutados, pelo Mestre, então já rei, em 1408, umas terras no Algarve para nelas plantar cana de açúcar (*Épocas de Portugal Económico*, por J. Lúcio de Azevedo, pág. 226). Seriam parentes estes dois genoveses?

Pouco depois aparece nomeada por *quinta de Palma*, uma propriedade, no termo de Lisboa, junta com Alvalade, que figura como garantia de parte dos bens em dinheiro de contado (20.000 dobras) que D. Pedro de Meneses, primeiro Governador Geral de Ceuta, cedeu, em 1431, para a instituição do vínculo com que dotava sua filha herdeira, D. Beatriz de Meneses para casar com D. Fernando de Noronha. De aqui se gera a hipótese, admissível, de um dos dois (João ou Nicolau de Palma) terem interferido na nomeação da referida quinta arrabalдина, e ainda a suspeita de que tal apelido proviesse da ilha desse nome, bem explicável, pelo menos no mareante cuja nau fôra apresada pelo Defensor de Lisboa. Essa propriedade, que noutro tempo se chamara «de Curte Peles», era domínio directo dos frades de São Vicente de Fora.

«Palma a Velha», como depois se chamou, é a actual «Palma de Cima». A outra «Palma» (a de baixo) só aparece mais tarde.

Os *Palmas* portugueses, surgem a seguir, na pessoa (segundo os Nobiliários) de Rui Fernandes da Palma. Deste foram filhos, um Francisco Roiz da Palma, Moço da Câmara de D. João III, em 1528, e um Fernão Roiz da Palma, Tesoureiro dos Dinheiros do Reino, em 1535, Capitão da Guarda da Câmara de D. João III e Cavaleiro Fidalgo, com moradia, em 1539. Este teve três filhos, todos Moços da Câmara Real, um dos quais, Diogo da Palma, casou com D. Elvira Teixeira de Salazar, pais de vários filhos que deixaram larga descendência. Um deles, Fernão Dias da Palma, sucessor da casa paterna, foi muito rico, teve o foro de Cavaleiro Fidalgo da Casa Real, e vê-mo-lo nomeado Escrivão da Feitoria de Flandres e Criado da Rainha D. Catarina. Com os seus bastos cabedais adquiriu a herdade dos Godinhos em Souzel e comprou a capela da Madre de de Deus, na Igreja de São Nicolau de Lisboa (1), a quinta da Freiria, em São Quintino, e outras

(1) Esta capela chamava-se ao tempo de Carvalho da Costa, de São Sebastião, e era administrada pelo Capitão de cavalos José Ferreira Tibau, descendente do instituidor. O sucessor de tal capela foi Diogo Teixeira da Palma, filho de Fernão Dias da Palma, o instituidor, herdeiro, também da quinta da Freiria onde viveu e instituiu outra capelania. Casou este com D. Maria Tibau, filha de Afonso Martins Tibau, Fidalgo da Casa Real e de D. Isabel de Andrade, e faleceu em 1621. José Ferreira Tibau, devia ser neto dele.

Na mesma freguesia de São Nicolau, houve, antes de 1755, uma Ermida de Nossa Senhora da Palma que, em 1716, foi reformada pelos Irmãos dela, obtendo-se autorização da Câmara para uma ligeira obra de

propriedades. Pelo seu casamento com Catarina Pires, foi também senhor do domínio útil de uma casa e de uma horta, nas terras dos Vicentes, juntas com os canos da Moiraria, nas vizinhanças de São Domingos, vindo ainda a exercer o cargo importante de Tezoureiro das Obras Pias.

Uma outra filha de Diogo da Palma, irmã deste ricoço, foi Leonor Teixeira de Salazar, que veio a casar com um fidalgo, Nicolau Coelho (filho de André Coelho e de Isabel Pires) possivelmente irmão de sua cunhada Catarina Pires. Deste casal foram filhos Brás Coelho, Martim Coelho, e Francisca Coelho; e foi esta que, não sabemos por que critério familiar, veio a ser herdeira da casa e horta dos Canos da Moiraria que levou, possivelmente com outros bens, como dote, ao seu marido João da Palma, parente de certo, mas cuja filiação ignoramos (?).

As referidas casas e horta, entre São Domingos e o Muro da Cidade (pelo sul e norte) e entre as hortas de São Mateus e de São Domingos e a Rua dos Canos da Moiraria (pelo poente e nascente), tinham sido aforadas a Catarina Pires, mulher de Fernão Dias da Palma, e por escritura de 3 de Abril de 1515, houvera um conserto entre eles e os Vicentes, pelo qual o Palma e Catarina Pires, largavam aos frades a parte de baixo, da horta «desde onde estava feita uma casa térrea, junto com a nora da dita orta, para baixo, ao longo da rua com a volta da dita rua para o Poente, até entestar nas casas e chão de São Domingos que ora trás o dito Jorge Afonso, pintor, com 4 braças de craveira para dentro». O foro passará a ser em três vidas, por mais 200 réis, e dos emprazamentos para casas que se fizessem, metade seria para os Vicentes e metade para Catarina Pires e Fernão Dias da Palma.

Segundo as confrontações constantes da escritura, a «horta partia» do Levante, ao longo do muro, por antre o dito muro e a dita horta, e do sul com rua pública, que vai por antre a dita horta e o Mosteiro de São Domingos, e do poente, desde onde a dita horta, tem um sequeiro, parte o dito sequeiro com terra de São Mateus e com terra de São Domingos, e a dita horta em baixo

arranjo exterior, com a concessão de um pedaço de chão, para alargamento do beco para onde esquinava. O terremoto de 55 arruinou-a, e não se reedificou. Os «Elementos para a História do Município», a págs. 154 e 155 do seu tomo XI, trazem as confrontações e medições do templo. Ficava defronte do convento dos Torneiros, por detrás da capela mór de São Nicolau. Tinha uma porta alpendrada para o poente e outra para o nascente. Administrava-a uma Irmandade com três capelães. Já vem citada no «Sumário» de Cristóvam Roiz de Oliveira e no «Tratado da Abastança», de João Brandão.

Creemos que a invocação da Virgem nada tinha com os Palmas, e devia derivar de uma *palma* que a imagem tivesse na mão. Era assim que se representava antigamente, segundo Frei Apolinário da Conceição, a Senhora dos Mártires — com uma palma na mão e o Menino ao colo.

(?) Teve largas ramificações a descendência de Diogo da Palma. Seu filho Fernão Dias da Palma, dos seus dois casamentos, houve geração, sete filhos pelo menos, que se apelidaram Ferreiras da Palma e Teixeiras da Palma. Uma filha, Isabel Ferreira, senhora de grande dote, casou com Fernão Martins Mascarenhas de Almada, e, depois de viúva, comprou a Capela de N. S. do Egipto, no Convento de Jesus dos Cardais, à qual vinculou vários bens, dos quais ficou a administração a seu filho, Francisco Teixeira Tibau; outro, Diogo Teixeira da Palma, casou também na família Tibau, como outro, André Ferreira da Palma, casou com Faustina Vezata e foram pais de João da Palma e de Leonor da Palma que casou e foi mãe de Fernão Barradas de Mendonça Arrais; outra Joana de Sousa, casou com Simão Borges de Castro; outra, Antónia Teixeira, foi freira em Odivelas; e outra ainda, Maria de Sousa, casou com um tal Leonel de Moura. Os filhos de Diogo Teixeira da Palma, usaram quase todos o apelido Tibau.

Muitos Palmas aparecem, no século XVI. Encontrei um Frei Pedro da Palma, frade de São Domingos, numa escritura de 1518, um Lourenço da Palma, Moço da Câmara de D. João III, e no «Livro do Lançamento da Décima», de 1565, dois ourives João da Palma e Diogo da Palma, um Francisco da Palma, que estava em Flandres e morava na Tinturaria, e uma Ana da Palma, viúva, moradora nesta mesma rua.

parte também do poente com terra de São Domingos que trás Jorge Afonso, pintor, e com outras confrontações com que de direito deve partir (3). O foro desta terra aforada pelos frades era de seiscentos réis e duas galinhas «boas e recebondas».

Pelo descriptivo do documento é fácil situar o velho domínio directo dos Vicentes, que fazia parte de um grupo de propriedades doadas nos primeiros tempos do reino àquela milícia religiosa, no qual havia poço, nora, arvoredado, a pousada fidalga do Palma, e aquela casa térrea, que ficava no valado à beira de um caminho público, a que se refere a escritura. Fazendo referências actuais, não erraremos se lhe dermos por limites a parte inferior da lomba do nascente do Monte de Santana, o leito da nossa Rua da Palma, até à face poente da Rua Silva e Albuquerque (antiga dos Canos), desde a travessa de S. Domingos ao topo norte da Rua da Palma, na altura da face sul da calçada do Jogo da Pela que marca o local do antigo Muro da Cidade. Para fora da Cerca Fernandina, estendia-se outra horta também pertença dos Vicentes, chamada, depois da construção do Muro «orta de fora».

Da parte do poente, ao sul da horta do Palma, é que havia a extrema da terra do pintor de El-Rei, Jorge Afonso, que os frades de São Domingos lhe traziam aforada, e que pegava, por seu turno, com outra, aforada em 3 de Agosto de 1521, pelos frades dominicanos, a Cristovam de Figueiredo, pintor da Rainha D. Leonor, e a sua mulher Ana Pires (4), às quais se seguiam para o lado do norte, as terras de São Domingos e de São Mateus, esta do domínio directo do Morgado deste nome, então dos Castros de Monsanto.

Não sei se por obediência (que era já tardia) ao diploma manuelino de 26 de Dezembro de 1500, se por critério ocasional, em 1515, os frades de São Vicente e os seus foreiros Catarina Pires e Fernão Dias da Palma, convieram em que havia maior proveito para ambos os contratantes em fazer sub-aforamentos para a construção de casas, abrindo uma rua na horta, do que em cultivá-la; e consertaram entre si tal negócio. Pela escritura de 10 de Maio desse ano, o Palma e a mulher, largaram aos Vicentes a parte sul da horta que marginava o caminho público (Travessa de São Domingos) «com a volta que faz para o Rossio», como lá se diz, assentando-se que o foro de cada chão (de 4 braços de longo por 3 de largo) à face da rua, seria de oitocentos réis e duas galinhas «boas e recebondas». Os chãos foram depois postos em almoeda, durante trinta dias, por Diogo Fernandes, Porteiro das arrematações do Concelho, fazendo-se os aforamentos «para sempre». Os três chãos que ficavam defronte de São Domingos, na testa de fundo da dita horta, foram arrematados por mais cincoenta réis do que os outros, conforme, previamente, se estabelecera.

(3) Os chãos de Jorge Afonso, pintor de El Rei, ficavam à face da «Travessa que vai por detrás de São Domingos», e ficavam-lhe pelo norte os terrenos da horta de Fernão Dias da Palma e de Catarina Pires, e pelo poente, os chãos de Pedro Alvares, recebedor do Paço da Madeira. Como este mais tarde, ficasse devendo à Fazenda Real certa quantia, os referidos chãos foram postos em almoeda, perante o Contador-mór. Quem os veio a arrematar, em 1521, foi Cristóvam de Figueiredo, «pintor da Rainha D. Leonor», por quarenta mil réis, que logo pagou, fazendo a seguir escritura de aforamento com os Frades Vicentes, em 3 de Agosto desse ano, com sua mulher Ana Pires. Da citada escritura consta, que os citados chãos partiam... de uma parte com chãos de Jorge Afonso, pintor de El Rey, e de outra parte, por detrás, com horta do dito Mosteiro que trás Fernão Dias, e com rua pública. O foro era de quatro cruzados e quatro galinhas, ficando o foreiro obrigado a fazer ali casas, pelas quais pagaria, então, o foro de oitocentos reis e de duas galinhas. O terreno estava murado com uma parede da altura de um homem. O interesse maior deste documento, é o de autenticar, a categoria oficial do artista que se supunha ser servidor da Rainha D. Leonor, mas de que não existia confirmação oficial de tal cargo. Desta forma ficam plenamente justificadas as atribuições que lhe têm ultimamente sido feitas das tábuas das Caldas da Rainha, de Tomar e da Madre de Deus.

(4) O documento referido na nota 3, dispensa aqui outra nota sobre o assunto da identidade deste foreiro.

E os arrematantes foram:

- Do 1.º chão — João Fernandes Freso, criado do Bispo de Lamego, prior mór do Mosteiro;
Do 2.º chão — O mesmo. Estes eram os primeiros, mais caros no foro, que partiam com a terra aforada ao pintor de El-Rei, Jorge Afonso;
Do 3.º chão — Rui Pires, ferrador da Praça da Palha;
Do 4.º chão — O mesmo. Estes chãos de Rui Pires e de João Fernandes, ladeavam um chão que ficou em aberto e se não arrematou, para serventia da horta e, talvez, prevendo a abertura de uma rua nova no sentido norte-sul;
Do 5.º chão — João Martins, carpinteiro da rua das Arcas;
Do 6.º chão — Bastião Vaz, telheiro, morador a São Domingos;
Do 7.º chão — O mesmo. Ficavam logo acima da volta que a horta fazia para o Rossio, depois do chão de João Martins;
Do 8.º chão — João Luís, tabelião do Cível;
Do 9.º chão — Lopo Trigueiro, criado de El-Rei;
Do 10.º chão — Joane Mendes, pedreiro à Porta de São Vicente da Moiraria;
Do 11.º chão — João Pires, carpinteiro da Rua das Arcas;
Do 12.º chão — Diogo Mendes, pedreiro, morador a Santa Justa;
Do 13.º chão — Mestre Vasco, cirurgião do Hospital Grande;
Do 14.º chão — Luís Gonçalves, ferreiro, morador junto à horta.

A seguir fizeram-se a estes arrematantes os devidos aforamentos. Pelas escrituras celebradas ficaram obrigados a murar os seus chãos, entre eles e a horta, no prazo de um ano; a edificar neles casas de pedra e cal, até o primeiro sobrado; a reconstruí-las por danos de incêndios, terremotos, etc.; a não abrir janela, porta ou buraco que devesse a horta, apenas frestas altas e estreitas onde não caiba mais do que a cabeça de um gato; a não despejar águas para a horta; a murar os quintais que fizessem, sem que a horta fosse devassada, nem o chão que ficara por vender para serventia dela. O foro seria pago pelo Natal e pelo S. João.

Como Fernão Dias da Palma e Catarina Pires, tivessem ainda largado mais três chãos, o terreno dividiu-se apenas em dois prazos, de chão e meio cada um, que se arremataram depois, por seiscientos réis e galinha e meia. De um foi enfiteuta Gomes Eanes que fora Escudeiro de El-Rei D. João II, morador a São Pedro Mártir, e de outro João Rodrigues, trombeta, morador à Praça da Palha (*).

E assim nasceu a Travessa de São Domingos, nestes dezassete chãos, de três braças de frente, para o antigo caminho público que vinha dos Canos para São Domingos.

E então a Rua da Palma?

— Já lá vamos.

Fernão Dias da Palma e Catarina Pires, em 1524, por escritura lavrada perante o Tabelião Duarte Gomes, nomearam sucessora no prazo da horta e casas, foreira aos frades de São Vicente, em segunda vida, sua neta Francisca Coelho, filha de sua filha Leonor Teixeira de Salazar e do marido desta Nicolau Coelho. Abastada herdeira, a neta do opulento fidalgo alfacinha, achou marido na família, e casou-se com João da Palma, como se disse atrás, o qual não sei se se poderá identificar com um João da Palma que foi Escrivão da Feitoria de Batecala em 1535 (Chancelaria

(*) Cartório de São Vicente. Livro B-48-28, págs. 106 verso e seguintes, e 109 verso e seguintes.

de D. João III — L.º 19 — fl. 247). Fernão Dias, parece ter-se casado segunda vez com uma Brites Ferreira, de quem teve ainda filhos, mas em 1552 era já falecido. Neste ano, vindo os frades e os novos foreiros, que dera bom resultado o aforamento da faixa sul da horta, donde nascera o novo arruamento (Travessa de São Domingos) intensificaram o trabalho de estudo da abertura de uma outra rua que atravessasse a horta no sentido norte-sul. Mediu-se o terreno, fizeram-se cálculos, e chegou-se à conclusão de que se poderiam fazer mais de trinta casas, com chão para quintal, e que, além disto, o assentamento de casas da horta ficaria com poço de nora e tanque. Era nesta casa que residiam os foreiros, e ainda Francisca Coelho, é aqui dada como moradora no Livro de Lançamento da Décima, em 1565. Um dos foreiros de um chão da travessa, o mercador Tomás Cerveira, que o herdara de sua mulher Brites Jorge (era o que fora aforado a Rui Pires, o terceiro da relação), ouvindo e sabendo desta ideia de abrir-se uma rua nova que atravessasse a horta, veio agitar o assunto, pedindo de aforamento, um chão que pegava com o dele pela parte de trás, o qual media seis braças de largo e quatro e dois palmos de comprido. Foi-lhe feita a concessão, e a escritura lavrou-se em 17 de Junho desse ano, com o consentimento dos foreiros a cuja casa o Tomás Cerveira foi pedir o devido assentimento. Como debaixo de tal terreno passava o cano da nora que servia para as regas e fá entroncar no cano real, o novo enfiteuta ficou sujeito a várias obrigações sobre o serviço dessa conduta (*).

Esta intervenção do mercador foi benéfica para a solução do caso que já devia estar meio tratado entre os interessados. Levantou-se uma planta, mediram-se os chãos, e a nova rua foi traçada a cordel para seguir a direito, mais ou menos paralela à dos Canos da Moiraria, «da maneira e pela ordenança que já está feita no debuxo mostrado pelo dito João da Palma», como se diz nos documentos. Só, porém, em 1554, é que se fez o contrato, conserto e aforamento, entre ele e os frades, tendo-se celebrado a escritura em 10 de Outubro desse ano, perante D. Jorge, prior do Mosteiro de São Vicente, os cônegos, o Palma e a mulher. Por ela os foreiros largaram aos Vicente o terreno da horta «de Francisco Anes para baixo», ficando cada chão com três braças de frente por quatro de fundo, e assentando-se que os foros seriam de seiscentos reis e duas galinhas.

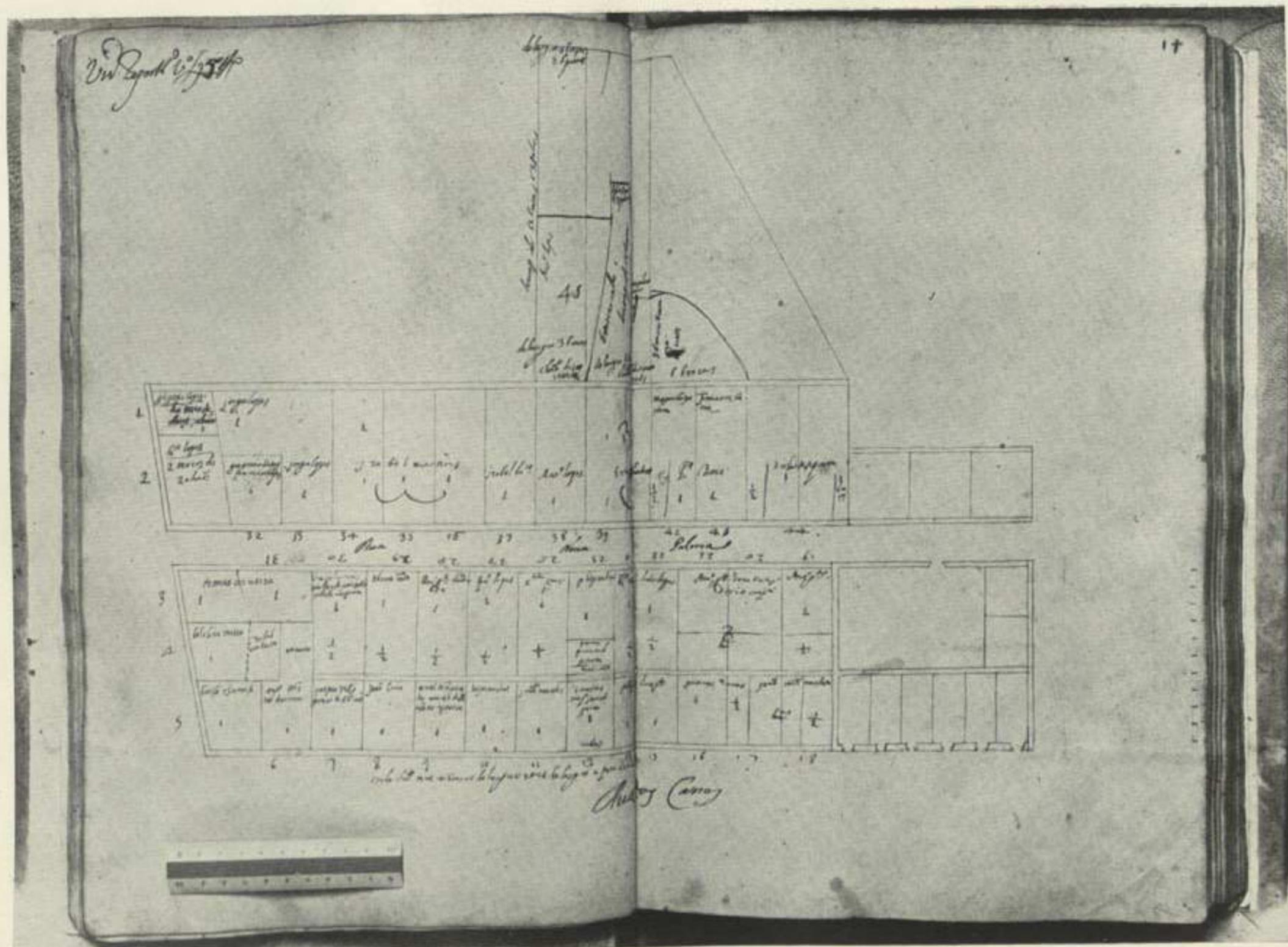
Ao João da Palma é que ficava competindo a escolha dos foreiros, obrigando-se ele a que «antes de Dezembro primeiro vindoiro», arrumado o negócio dos foros, ficasse aberta a rua, de cordel, pelo meio da horta, com quinze palmos de largo, com safda em baixo para o Mosteiro de São Domingos e em cima para a rua que passava entre o muro da cidade e as casas de sua moradia. Para isto ficaria coagido a derrubar uma casa que deixara fazer a um Francisco Lopes, casa que pegava com a de Tomás Cerveira, e que se construira no «chão e meio» que se deixara vago em 1515 para serventia da horta pelo sul.

O novo prazo, que ficaria assim em regime de aforamento perpétuo, tinha então já as casas seguintes: — da banda da rua dos Canos da Moiraria, um assentamento de casas (três moradas de sobrado e três térreas) à face da rua, com pátio da outra banda onde está o poço da nora e três tanques de água, medindo quatorze braças à face da Rua dos Canos, e pela outra banda que se havia de fazer, pouco mais ou menos, doze, com dez de largo, as quais partiam por três lados com ruas públicas, e da outra banda com a horta e com as casas do foreiro Francisco Anes. Do outro lado da nova rua, havia um assentamento de quatro casas térreas, e três engenhos de atafonas, com o comprimento de dez braças à face da rua, e de largo, para dentro, numa parte duas braças, noutra duas e meia, e ainda noutra três. O sequeiro, ao poente da horta, pegava com estas casas e ficava mais alto na lomba do oiteiro... Deste lado a horta, media vinte braças de largo, e no mais alto, onde fazia uma ponta voltada, tinha seis braças de largo, e no meio dez. Contra São Do-

(*) Citado Cartório do Mosteiro de São Vicente.



A velha Rua de Palma



Planta do projecto de abertura da Rua Nova da Palma [feito nos meados do século XVI]

mingos, por onde partia com o quintal do Pintor Jorge Afonso, tinha quinze braças de comprido e da outra, contra o Muro da Cidade, vinte. Todo o terreno ficava tapado com paredes de diversos proprietários, e com casas foreiras a São Mateus e a outros.

Em 20 de Outubro desse ano de 1554, foi o tabelião do Mosteiro a casa do Palma, mostrar o contrato feito, e ele outorgou, com Francisca Coelho, o necessário consentimento (7).

O prazo para a rua estar despejada e desembargada e para se derrubarem as casas que forem precisas para a efectivação da obra, foi marcado até Fevereiro de 1555, e até Dezembro desse ano, a apresentação dos foreiros a que o Palma se obrigara. Caso ele não cumprisse esta parte do contrato, ficava sujeito a várias penalidades, dando-se aos novos foreiros liberdade para, eles mesmos, derrubarem as casas e paredes que empachassem as suas construções.

Os foros, que seriam partilhados pelo dois senhorios (do domínio útil e do domínio directo) foram aumentados para quatro mil réis e seis galinhas, ficando, também, consignadas na escritura, além das condições e encargos habituais, por motivo de incêndios, terremotos, etc., outras de carácter particular. O laudémio de quarentena, manteve-se (8).

Os prazos não foram cumpridos, mas não sabemos se João da Palma sofreu as penalidades cominadas na escritura. Pelo menos a lista dos foreiros não foi apresentada até Dezembro como fôra estabelecido, visto que muitos dos aforamento se fizeram em data posterior; mas, demorasse menos ou mais, a «Rua Nova de João da Palma» foi aberta, povoou-se de casas, e integrou-se no movimento da cidade.

Pela planta que se dá ao leitor, podem saber-se quais foram os primeiros foreiros dos prazos dos frades e do João da Palma, e, como se vê, não há entre eles nenhum alemão que pensassem perpetuar a memória do Cavaleiro Henrique. Os nomes que na planta se exaram e os que seguidamente constam dos emprazamentos feitos, pouco nos dizem. Encontra-se o Trombeta João Martins, o nosso conhecido Tomás Cerveira, o Rei de Armas António Roiz e seu genro Gaspar Velho, um Gregório Lopes, que não sabemos se será o pintor desse nome que era vizinho destes chãos e foreiro dos frades de São Domingos, e uma Violante de Sequeira, cujos chãos pegavam com as casas de João da Palma e de Francisca Coelho, na parte norte da nova rua. A abertura desta artéria, concorreu para a urbanização da Rua dos Canos que assim ficou ornada de casas na sua face poente, as quais vizinhavam as trazeiras dos chãos que faziam frente para o arruamento que cortou a horta dos Vicentes.

Nos livros do Cartório do Mosteiro de São Vicente, pelo tempo fora, encontram-se transcritos numerosos aforamentos respeitantes aos quarenta e cinco chãos em que se dividiu a horta. Dezenas de vezes mudaram os senhores do domínio útil de cada uma, ou de cada grupo, pois alguns houve que foram aforados conjuntamente, como o que foi primitivamente aforado a Isabel Martins, ao lado poente da via, aberta, ao mesmo tempo, para negócio dos proprietários e para descongestionamento do trânsito, neste ponto da Lisboa quinhestista.

A nova rua, com pouco mais de três metros de largura, «longa, estreita e sem travessa», como viria a nomeá-la, mais tarde, o autor dos «Apólogos Dialogais», fa desde a serventia «por detrás de São Domingos», à que seguia ao lado do Muro da Cidade, pela parte de dentro, que se chamou «Travessa das Parreiras» e hoje se nomeia de «Travessa da Palma». Parece que a pousada

(7) Citado Cartório do Mosteiro de São Vicente. Códice B-48-37, pág. 15 e 23 verso.

(8) *Idem, idem.*

nobre dos Palmas, talvez vizinhada por parreiras arruadas, ficou com entrada por ela, pois é nesta ruazinha quinhentista que é dada como moradora, em 1565, no «Livro do Lançamento da Décima», recentemente publicado pelo Município, a fidalga Francisca Coelho, Moça da Câmara da Infanta D. Maria.

A Travessa das Parreiras fa dar à «Rua do Colégio» (o Colégio dos Padres da Companhia), hoje denominada Rua do Arco da Graça, e servia, também, de passagem para o Jogo da Pela, ao alto do qual ficava o «Chão de D. Henrique» que fazia fundo a um velho caminho público a que agora corresponde a Rua Direita de Santana (*).

Para lá da muralha Fernandina ficou permanecendo a «horta de fora» que continuou a ser plantada de cheiros, embora algumas casas já lá se erguessem, resultantes de aforamentos feitos pelos frades de São Vicente (10).

Logo a seguir à obra de urbanização feita conjuntamente por eles e pelos foreiros da «horta de dentro», aplaudida, de certo, pelas facilidades que vinha dar às comunicações naquele ponto da cidade, já então muito concorrido, a Câmara entrou de pensar noutra obra que a viria aperfeiçoar. E assim resolveu abrir um postigo no muro onde a nova rua se rasgava, pondo-a em comunicação com o Jogo da Pela, construir uma ponte de pedra sobre o rego de água, quase invadiável nas inverniaes, desde a Porta de São Vicente à nova abertura da muralha. Metade do custo da ponte seria paga por ela e a outra metade pelos proprietários da nova rua e pelos de fora da Porta e do Postigo, à razão de 20\$000 réis a cada um. O Alvará Régio de 2 de Dezembro de 1562, mandou lançar a finta e fazer a repartição dela pelos moradores interessados (11).

Como a «Rua Nova de João da Palma», não comunicava com a dos Canos da Moiraria, no seu topo norte, a abertura deste Postigo, que se disse «da Palma», entrou a dar vasaão ao trânsito que dia a dia aumentava, e a que não bastava o arruamento que agora se denomina «Rua do Arco do Marquês de Alegrete», muito principalmente nas ocasiões das chuvadas que engrossavam o rego, e a cujas impetuosidades o Muro de Defesa fazia de apanizador.

(*) Este chão, chamado de D. Henrique, foi emprazado em 1495, pelos Frades de São Domingos, a D. Henrique de Meneses, irmão do Marquês de Vila Real, o qual serviu em Ceuta e foi armado cavaleiro na tomada de Targa. Foi casado com D. Maria de Meneses, irmã de D. Aleixo de Meneses, aio de El Rei D. Sebastião, e Mordomo Mór da Rainha D. Catarina, e tiveram vários filhos, entre eles D. Joana de Meneses que veio a casar com seu tio D. Aleixo de Meneses. Foi este D. Henrique, como o provou o illustre olisipógrafo, sr. Engenheiro Vieira da Silva, quem deu o nome ao Chão, ao alto do Jogo da Pela, e ao fundo do caminho público que ia de São Domingos para o Postigo, que também se chamou «de D. Henrique», e depois de Santana.

(10) Esta horta que era limitada pelo nascente, com rua pública (Rua Direita da Moiraria), pelo poente com Horta do Morgado de São Mateus, pelo sul, com o Muro e caminho que ao lado dele passava, e pelo norte, com casa e terras de outros foreiros do Mosteiro, fôra emprazada em 1542 ao barbeiro Gaspar da Costa e a sua mulher Guiomar da Cunha. Esta, enviuvando, casou com Aires da Fonseca, que confirmou o aforamento feito aos frades, por escritura de 22 de Novembro de 1548. Em 1519 era foreiro dela um Afonso Fernandes. Depois de Aires da Fonseca (que casara segunda vez com Filipa Duarte) foi emprazada a Gaspar do Couto, Cavaleiro Fidalgo, morador à Regueira da Madalena, que vendeu o domínio útil a André Franco, por escritura de 9 de Agosto de 1562. Entre a horta e o Muro da Cidade, ficavam outros chãos que passaram da posse de Afonso da Mata, a Pedro Dias da Mata, irmão de um Fernão Dias, também foreiro de outros que lhe ficavam místicos contra o muro, e dele passaram a Maria da Mata, sua filha, que veio a ser mulher do citado Gaspar do Couto. Esses chãos, situavam-se entre os Canos, a Orta e o Muro da Cidade. A horta tinha, então, cinco chãos para casas. Confinando com esta «horta de fora» estava a Ermida de São Sebastião da Moiraria, citada em muitas escrituras de emprazamento, a qual depois de 1662, passou a ser nomeada por Ermida da Saúde, e onde estivera (1596) a sede da nova freguesia de São Sebastião da Moiraria, desmembrada da de Santa Justa, até se erguer a Igreja do Socorro.

(11) *Elementos para a História do Município*, volume I, pág. 567.

Como o leitor pode facilmente avaliar, tal melhoramento beneficiou grandemente os vizinhos e os viandantes que não só tinham melhor caminho para entrar na cidade, como ainda podiam utilizar para a comunicação entre o Monte do Castelo e o de Santana, a nova ponte que lhes permitia alcançar o Jogo da Pela... sem perigo de se atolarem e sem ter de ganhar, mais ao norte, a Carreirinha do Socorro, onde outra ponte já existia sobre o rego.



Em 1565 os moradores da «Rua Nova de João da Palma» salvo Francisca Coelho, eram gente miuda, como o documenta o «Livro do Lançamento da Décima». João da Palma é citado ainda, como proprietário de duas casas, as últimas da rua, indo para o norte, certamente do lado do poente, numa das quais residia. Isto faz certa estranheza, porquanto a mulher é dada como residente na Travessa das Parreiras, para onde esquinava, ao que parece, a pousada nobre dos Palmas.

A rua logo devia começar a ter grande movimento, principalmente às terças-feiras, quando o estendal de feirantes de S. Domingos e do Rossio, atraía para aí a população de extramuros, vinda de São Lázaro e São Jordão, e de todos os casais e hortejos do arrabaldé de Arroios. E a sua função canalizadora do trânsito foi-se exercendo pelo tempo fora.

Em 1625, na «Diligência que se fez aos Muros», preventiva de qualquer ataque, apesar da sua já, então, diminuta utilidade, o Postigo da Rua Nova da Palma, que safa ao Jogo da Pela, mandou-se tapar à face de fora, assim como as casas, portas e janelas baixas, devendo estas ficar tapadas até o meio. Vinte e cinco anos depois, noutra vistoria municipal que se fez aos muros, por motivos idênticos, o Postigo, que estava sem portas, como o «do Estudo» (Arco da Graça), foi de novo mandado entaipar ⁽¹²⁾. O conhecimento da inutilidade da velha muralha, que nunca mais servira desde o cerco de D. João de Castela, salvo na confiança reduzida que possivelmente inspirou quando da vinda dos ingleses com o Prior do Crato, em 1589, conduzia a população, a utilizá-la como amparo e encosto de construções.

Menos de um quarto de século depois, a Câmara pensou, acudindo às necessidades, cada vez maiores, do trânsito local, em abrir uma serventia de ligação, no seu topo norte, com a Rua dos Canos (Silva e Albuquerque), mas as exigências dos proprietários locais dificultaram a empresa. Os coches engasgavam-se, havia contínuos empachamentos, e, como se não humanizassem os donos das casas sacrificadas, houve necessidade de se propôr (Consulta da Câmara a El-Rei, de 9 de Março de 1673), se fizessem as avaliações por louvados de ambas as partes, afim de expropriar, e derrubar as casas em questão como se fizera, para o alargamento da Rua Nova do Almada. Outra consulta de 19 de Novembro de 1674, dá a conhecer que um dos proprietários (de umas casas que eram vinculadas) pedia dez mil cruzados de indemnização, e a Câmara lembrava nela que se rompesse a torre das Portas de São Vicente da Moiraria, abrindo ali um arco que permitisse a passagem de coches para a Rua dos Canos, e que depois descessem a «da Palma». O Visconde de Ponte de Lima tinha uma casa sobre a torre das Portas, que lhe servia de Tribuna, na Quaresma, para o Passo que ali havia, e a Câmara propunha a El-Rei que a obra se fizesse como se praticara no

(12) Este Arco ou Postigo, começou a chamar-se da Graça no primeiro quartel do século XVII, e a rua «do Colégio» ou «Direita do Colégio» passou a nomear-se «do Arco da Graça». Por cima do Arco pôs-se, em 1657, um nicho-oratório com a imagem de N. S.^a da Graça... Em 1676 a Câmara propôs que se derrubasse tal Postigo, por estar a cair, empachar a rua «e tirar-lhe a formosura», como se vê da Consulta de II de Dezembro (Volume VIII, pág. 175, dos *Elementos para a História do Município*.

Postigo de Santo André, onde uma D. Joana de Mendonça tinha uma varanda semelhante. Foi desta iniciativa municipal que resultou o nosso conhecido Arco do Marquês de Alegrete. Os problemas de trânsito são, como se vê, antigos.

A Rua da Palma, que fora muito flagelada pelas febres que nesse ano grassaram em Lisboa, soffreu com as serventias suas vizinhas, grandes estragos pelo Terremoto de 55. O Postigo da Palma, que era decorado com um nicho onde se abrigava uma imagem de Nossa Senhora do Rosário, citado em 1712 e 1750, foi demolido depois do sismo e a muralha que o tapava pelo norte entrou logo a desaparecer. Este desafogo, era porém, insufficiente. O Decreto de 9 de Maio de 1776, ordenou o seu alargamento. Os três metros e trinta, que media de ancho, eram escassos para o movimento, cada vez maior. Só passava uma carruagem, e eram frequentes os entupimentos e os conflitos. Foram compradas, por isso, as propriedades que se alinhavam na sua face do poente (o decreto diz, erradamente, norte); o sargento-mór Monteiro de Carvalho (o Bota Abaixo, de alcunha) avaliou-as, juntamente com o engenheiro Architecto Geral das Obras Públicas Reinaldo Manuel dos Santos, com o Mestre Carpinteiro José António Monteiro, e com o Mestre Pedreiro Manuel da Silva Gayão, em 18.910\$000 rs., e a obra levou-se a cabo. A estreita serventia de que falara D. Francisco Manuel de Melo, transformou-se na rua que hoje ainda subsiste, e onde se vêem, na face nascente os restos das antigas edificações aforadas por João da Palma e sua mulher e pelos frades de São Vicente, com as suas frentes de um «chão».

Em Setembro de 1858, estava feito o projecto do seu prolongamento. Fora aprovado em 30 de Setembro, na Câmara, e pensou-se para ele o nome de «Rua da Imprensa» que só durou meses, porque o Edital do Governo Civil de 1 de Setembro de 1859, mudou-lhe o nome para «Rua Nova da Palma», ficando a ser considerado como a continuação da antiga. Foi então que se demoliu a Ermida da Guia, que se erguera de 1757 a 59, e que, como se vê, não chegou a durar cem anos, deixando como recordação o seu nome adstrito à Rua de São Vicente à Guia, que também já lá vai. As novas obras de urbanização, mais uma vez veem alterar a face deste local, com a abertura de uma grande praça, que vai dedicar-se a D. João I e com o prolongamento da Avenida Almirante Reis ⁽¹³⁾.

A «Rua Nova de João da Palma», alfobre que foi de ourives, na segunda metade do século passado e no primeiro quartel deste, tem igualmente os seus dias contados... Lisboa reforma-se e rejuvenesce-se, e há que sacrificar os velhos arruamentos incapazes de servir à vida de hoje que pede espaço a gritos, faixas rolantes para o delírio da pressa de a viver, e passeios largos para o mover de uma população excitada e febril.

Do santo Cavaleiro Henrique da Palma e do Cavaleiro Fidalgo da Casa de D. João III, urbanizador quinhentista que abriu a minguada serventia, ninguém tem tempo para lembrar-se.

Matos Sequeira.

⁽¹³⁾ O novo troço da Rua Nova da Palma, traçou-se sobre os terrenos da antiga «horta de fora», dos frades Vicentes, e da que se chamava «da Passagem» ou «da Passagem do Desterro» que então pertencia ao Barão da Folgosa, Jerónimo de Almeida Brandão e Sousa, e onde se incluíam os jardins e palácio da Condessa de Geraz de Lima (filha do Barão, que veio a casar em terceiras núpcias, com António de Sousa e Sá, feito 2.º Conde da Folgosa) e o edificio do Real Coliseu de Lisboa, sacrificado naquela obra de urbanização. O nome de «passagem» dado à horta, provinha de um caminho vedado de um e outro lado com uma grade de madeira, por onde se passava da Rua dos Anjos para a do Desterro, e que de noite se fechava, nos dois extremos, com portas de madeira.



AS COMEMORAÇÕES DO 802.º ANIVERSÁRIO DA TOMADA DE LISBOA AOS MOUROS

Como nos anos anteriores, o Município festejou a data de 25 de Outubro comemorativa do início da Lisboa Cristã.

O sr. tenente-coronel Salvação Barreto, presidente da C. M. L., compareceu pelas 11 horas no quartel do B. S. B., na Avenida D. Carlos I, onde, depois de ter passado revista à guarda de honra, esta desfilou, executando uma marcha. Em seguida, na parada superior do quartel, o Presidente entregou 14 medalhas de prata e 19 de cobre, de comportamento exemplar às praças do Batalhão.

Na parada inferior do quartel estava em exposição o novo material adquirido para o serviço do Batalhão, entre o qual se viam muitos «jeeps», para pequenos socorros; duas auto-bombas; numerosas escadas de molas e de ganchos e milhares de metros de mangueiras de 50 milímetros, além de uma excelente auto-escada mecânica «Metz» de 30 metros.

É esta a primeira aquisição importante do plano de reapetrachamento progressivo de material dos bombeiros. Seguidamente procedeu-se à inauguração da ampliação do Posto de Socorros, finda a qual o sr. Presidente e convidados se retiraram.

De tarde, o sr. presidente e vice-presidente do Município inauguraram no Palácio Galveias uma esplêndida exposição de gravuras antigas, «Imagem da Lisboa de há um século».



O SR. PRESIDENTE DA C. M. L.,
O SR. DR. JAIME LOPES DIAS,
A SR.ª D. JULIETA FERRÃO,
O SR. DR. REINALDO DOS SANTOS
E OUTROS CONVIDADOS,
INAUGURANDO A EXPOSIÇÃO
NO PALÁCIO DAS GALVEIAS

218 gravuras, devido a um milagre de conservação foram apresentadas num estado impecável e muitos centos de chapas, do «Arquivo Pitoresco» e do «Ocidente» umas ofertadas à Câmara pela Senhora D. Alice de Melo e Castro e outras adquiridas a vários fotógrafos.

Pelas 16 horas realizou-se no salão nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do sr. comandante Nuno de Brion, em representação do Chefe do Estado, a sessão solene comemorativa do 802.º aniversário da tomada de Lisboa aos mouros, a que assistiram centenas de convidados.

O jornalista sr. Acúrcio Pereira, fez em curiosa conferência a evocação do século XIX, sendo muito aplaudido e felicitado por todos os presentes. Por fim foi entregue o Prémio «Júlio de Castilho» ao sr. Francisco Assis de Oliveira Martins, autor do livro «Pina Manique» — o político e amigo de Lisboa».

O comandante sr. Nuno de Brion entregou o prémio, bem como medalhas do município a diversos funcionários.

A noite os edifícios públicos foram deslumbrantemente iluminados.



UM ASPECTO DA CERIMÓNIA
DA COLOCAÇÃO DAS MEDALHAS
AOS SAPADORES BOMBEIROS
PELO SR. PRESIDENTE DA C. M. L.

Ajoujados sob a vara que sustenta em cada ponta os gigos, ou palmeando as nádegas troteiras dos burros, os vendedores de hortaliças e frutas invadem os bairros populares. As mulheres também giram na faina do comércio, algumas com os filhos ao colo, batendo travessas e becos, ruas e largos.

— Quem quer figos, quem quer almoçar? Ó figuinhos de capa rotal...

— Fava rica!... Fava rica!...

E aquele musical pregão, quase tocado de lirismo, que ainda canta na nossa memória:

— 25 salamim..., quem quer azeitonas novas?...

E o camarão, o burrié cozido, a cadelinha para arroz, o tremçoço saloio, o par de melancias cortadas à faca, «as quentes e boas, a escaldar e boas» sobem a todas as janelas onde, ainda as pálpebras inchadas de sono, as criadas, cabeleiras em grenha, se esfalfam a bater os tapetes. O pai-deiro, enfarinado, conduz o pão em grandes cestos ou retorce o sinal de cabelo que lhe orna o queixo e desfia ternuras às sopeiras.

Lisboa cantante, Lisboa afadigada, Lisboa Zé Povinho, dir-se-ia uma colmeia, cada um procurando vender e comprar, ganhar a vida, o pão de cada dia!

Os moços de fretes agrupam-se às esquinas, penduram as cordas num prego cravado na empena, sentam-se, puxam gravemente o lume da beata enegrecida e esperam.

Pólicas de ameaçador terçado, fita azul e branca no braço, cofiam os bigodes, passeiam olhares conscienciosamente protectores e verificam com vista arguta que a ordem pública não periga e que o sr. cons. José Luciano pode calmamente governar o país do seu palacete dos Navegantes. Velhas beatas, as mãos encruzadas donde pendem os rosários, mastigando orações nas bocas sem dentes, escoam-se pelos portais das igrejas e capelas que o sino chamou-as para a missa das 7 e não se pode perder o bilhetinho para o Paraíso.

Agora, o Sol inunda o céu azul e dá de chapa nas vidraças que reluzem como faróis.

Bandos de crianças, em gralhada, correm para as escolas ou brincam nas varandas. As portas das lojas das Ruas dos Fanqueiros, de S. Paulo, de Santos e Alcântara, dos Caminhos de Ferro, marçanitos de poucos anos andam numa roda viva ajoujados com manequins quase duas vezes maiores do que eles, uns olhos fixos muito reboiados, opulentos bigodes de massa, a fim de mostrarem a excelência de um gabão de Aveiro ou de um capote alentejano. As peças de chita, de percal, de crépon, de riscado e de flanela crescem em montes nas fachadas. Abrem os escritórios, as repartições, os Bancos.

— Cá está o 1496! Quem quer a taluda? É para os 20 contos, que amanhã anda a rodal! Quem compra o 1496? Há horas felizes! Há horas felizes!

Mocidade de sacrifício, costureiritas, pálidas, morenas ou brancas, louras, castanhas ou pretas, altas ou baixas, magras ou com bochechinhas, batem os tacões a caminho do atelier. Há as que vão românticamente sós e as que emparelham, de olhos ternos, com o rapaz de buçoito que as esperou ao voltar da esquina e, enquanto esperou, se entreteve a ajeitar a gravata e a afagar as pastinhas. Há, ainda, as que formam grupos, ruidosos como revoadas de pardais. As setas dos galanteios visam-nas à passagem. Quase todas gostam que lhes digam que são bonitas... principalmente as que são feias!...

— Ferro-velho!... Ferro-velho!... Há por aí algum chumbo ou latão que queiram vender?!...

Um anão, de rosto mongólico, anuncia, roufendo, os seus *abat-jours* a 30 réis e a pataco. O saloio, de barrete e cinta, calça justa, segurando na esquerda a arreata do cavalicoque, leva a direita à face e entoa arrastadamente: — «E... ó... queijo saloio!» Outro responde-lhe, quase cantando: — «E... ó... cabaz... de morangos!...».

Mulheres sentam-se à beira dos passeios e oferecem, em tabuleiros, amendoins e pevides, alfarroba e alcaçuz medidos em pequeninos recipientes de barro; o *licoridoco*, os bolos de leite e as argolas, o capilé de cavalinho. Criados de café arrumam as cadeiras que deixaram de noite empilhadas sobre as mesas, depois de varrerem o soalho da serradura molhada para evitarem a poeira. Tilintam sornamente as carroças de lixo, em cujos rebordos os «almeidas» batem os caixotes já vasculhados por trapeiros, cães e gatos. Há cabeças de peixe pelas ruas, não vão os desgraçadinhos dos bichanos morrer à fome — hipócrita desculpa de não quererem em casa um cheiro incomodativo.

Lisboa trabalha em plena actividade. Os charlatães invadem, de preferência, o Rossio e o Camões. Empoleiram-se em estrados, pregam as excelências dum tira calos, tira nódoas e toda a *camelotage*. No alto da rua tranquila, dois homens dirigem-se à papalvice. Depuseram no chão uma padiola cheia de bugangas — maços de ganchos, frascos de tinta aguada, canecas de barro, molduras de lata, pentes, agulhas, carrinhos de linhas. Depois, gritam alternadamente: — «Tire uma sorte!... Tire uma sorte!... Pode sair um objecto de valor!... Tudo tem prémio!... Tudo tem prémio!...» Outro, para mostrar o bom fabrico dos pratos que são seu comércio, joga-os pela rua abaixo e chama, em altos berros, a atenção dos prováveis fregueses. Um outro, ainda, sem officio, ostentando folhas volantes e livrinhos de capas de cores, anuncia: — «Quem quer ler o grande e horrível crime praticado em Almada, um homem que matou uma mulher com uma facada?!... Cá está o almanaque da Bruxa da Arruda e o Borda de Água que diz o tempo! Almanaque de S. Cipriano com a explicação dos sonhos!»

Fumegam as chaminés. Há muitas casas onde, no ritmo da tradição, se almoça às 9 horas da manhã, se janta às 3 da tarde e se ceia às 9 da noite. Essa tradição começa a esfumar-se. Meio dia, a mesa está posta.

A política — a que Rafael Bordalo chamou a Grande Porca — girava entre o Terreiro do Paço e S. Bento. Entrava-se nela como quem entra na roleta — com a esperança de ganhar. As eleições camarárias e legislativas de 99 não despertaram entusiasmos. Foram quase um *fait-divers*. O Tesouro, exausto, procurava uma solução nos impostos e mantinha negociações para o convénio com os crédores externos, que se mostravam tanto mais intransigentes quanto a debilidade do país era notória. A Convenção anglo-alemã, de 30 de Agosto de 1898, para a partilha eventual das colónias portuguesas de África, constituía um perigo que estrangulava qualquer prestígio, e só se desvaneceu no ano seguinte, quando se concluiu em Windsor o tratado secreto em que Portugal se obrigava a não declarar a neutralidade na guerra com os transvalianos e permitia a passagem por Lourenço Marques e pela Beira de tropas inglesas destinadas a atacarem os seus inimigos pelo Norte. José Luciano e Veiga Beirão salvaram o património ultramarino a troco de azeda impopularidade.

Pela tarde, as arcadas do Terreiro do Paço, em especial se não há sessão nas Cortes, ferriam de políticos. Ali, nascem e morrem os boatos, se realizam combinações, se preparam as «cascas de laranja» para os ministros, se distribuem as pastas para novos supostos gabinetes, se lançam pequeninas intrigas na esperança de as ver avolumadas. O sucessor de Emídio Navarro na direcção de *Novidades*, Barbosa Collen, um jornalista temível pelo espírito cáustico e pela zargunchada, contou-me como fabricava notícias de sensação quando a maré política ia na vasante, e não tinha com que sacudir os nervos dos leitores. Collen, pequenino, gordinho, o chapéu de coco sobre a grande cabeça, uns olhos esbugalhados, com qualquer coisa de picaresco e malicioso, por detrás das grossas lentes dos óculos, descia do jornal, no Chiado, à esquina da Rua Ivens, e, no

seu passinho miúdo, encaminhava-se para a Arcada. Escolhia um grupo de feição para a manobra, e, com o ar mais inocente, segredava: — Já ouviram dizer que o Ministro da Justiça se vai embora?...

— Heim!... Porquê? — interrogava um qualquer.

E Collen, com a maior serenidade: — Disseram-mo agora, com certa reserva. Parece que teve uma alteração com o Ministro da Fazenda e foi ao Hintze entregar a pasta!

Mais adiante, instilava o produto da sua imaginação. Em seguida, muito sossegadinho, voltava às *Novidades* e, esfregando as mãos, aguardava o efeito. Era seguro. Daí a bocado, um amigo irrompia pela porta e berrava contente: — Grande notícia! Grande notícia!

O jornalista mostrava-se surpreendido. O outro lançava: — Meu caro Collen, venho agora mesmo da Arcada e trago-as fresquinhas!... O Ministro da Justiça demitiu-se e já não foi hoje à secretaria! Teve uma questão com o da Fazenda e iam chegando a vias de facto! Se não é o pessoal do gabinete o caso era falado!...

Com ênfase: — Aqui, meu caro, bebe-se do fino!

Uma palmadinha nas costas do parceiro: — Meu caro Collen, diga lá quem é amigo, quem é?...

E, à noite, quando *Novidades* circulava graças aos pés voadores dos «ardinas», podia ler-se em grossos caracteres: «Crise ministerial?» Com um ponto de interrogação, à cautela, o boato girava, girava e, no dia seguinte, ...era uma verdade desmentida.

Os centros de cavaco dos homens de letras funcionavam inevitavelmente nas livrarias. Fechadas repartições e escritórios, terminadas as aulas, dois dedos de cavaco em boa companhia não fazem mal a ninguém e são excelente aperitivo para o jantar. A Ferreira & Oliveira, na Rua do Ouro, do lado oriental, entre as Ruas de S. Nicolau e da Vitória, detinha o cetro da mais escolhida frequência. Apareciam por ali Henrique Lopes de Mendonça gozando simpaticamente a aura do *Duque de Viséu* e da *Morta*; Marcelino Mesquita, de pera à d'Artagnan, chapéu à mosqueiteiro, pema fina de cavaleiro ribatejano, grande capa e bengala que, no calor da conversa, esgrimia por vezes como *rapière* destemida; João Barreira, baixinho, frágil, delicado, que ainda hoje — mercê de Deus! — passeia saudáveis 83 anos. Ramalho, espadaúdo, empertigado, a forte cabeça grisalhante; António Arroio, uma biblioteca na vasta frente, graça na ponta da língua; Afonso Lopes Vieira, que acabava de ganhar esporas de ouro, ao despedir-se de Coimbra com o *Auto da Sebenta*, agrupavam no cenáculo, como Coelho de Carvalho, cintilante na ironia, de longas barbas de apóstolo; Junqueiro, miúdo, o nariz adunco, olhos vivos furando as almas, nas suas raras fugidas de Barca d'Alva e do Porto; Manuel Penteado... Quase todos os que nas letras tinham brasão de fidalguia. Ah! Falta um na lista: o bondoso e suave D. João da Câmara, que, mais tarde, em versos espirituosos, subteis,



mas que não conseguiam ocultar um fiozinho de comovida ternura, Augusto Gil, o mago do *Luar de Janciro* e da *Alba Plena*, havia de retratar flagrantemente nestes versos:

Escuro como breu. Barbado. Usa lunetas
E é meticuloso, atencioso, exacto.
Escreveu várias op'retas
Com o Gervásio Lobato.

Traz o chapéu, um chapelinho, um testo,
À banda, sobre a trunfa encapelada e negra.
É autor do *Afonso VI*
É autor da *Toutinegra*.

Quer bem a toda a gente. A todos acarinha.
Sejam embora azuis, ou brancos, ou vermelhos.
Fez a *Triste Viuvinha*
Além disso fez *Os Velhos*.

Faltava-me falar doutro sinal que tem:
Possui uma barriga arqueada, franciscana.
Fez o *Pântano* também,
Peça que deu em pantana...

Que resta enumerar? Não quero ser omisso.
Artigos no *Ocidente* e...? *A Meia Noite*. E isso.
Não a entenderam. Que pena!
Pois permitam-me a franqueza:
Obra do valor dela, inda a não vi na cena
Em linguagem portuguesa.

A ele nunca lho ouvi
Que ele nunca fala em tal
Mas afirmam por aí
Que é Rohan, Mon'morency
E que tem sangue real.

Nota final:

Conversa sempre em tom pianíssimo
Em segredo, com unção...
— Como alguém que estivesse em frente do Santíssimo
E dissesse uma frase acerca do sermão.

Na Tavares Cardoso, ao Largo de Camões, onde se encontra hoje o *La Gare*, pontificava Fialho, Janota provinciano, o chapéu claro, à tirolesa, deposto na cabeça como um resplendor, plantava-se à porta. Senhor exposto. Não tardava que aparecesse o Forjaz de Sampaio, ansioso por beber as ironias, as ferroadas, os comentários, que o Mestre deixava cair, cofiando com vagares a pera solene. Lá iam também o Eduardo de Noronha, elegante, de flor ao peito; o Fernando Reis, o Santos Luz, que se evadiu pelo suicídio.

Consagra-se o centenário de Garrett na Academia Real das Ciências, no D. Maria e no D. Amélia; Silva Pinto, rabujento e camiliano, publica o *Crítério de João Brás*; Eugénio de Castro, simbolista e aristocrático, tem o nome ilustre na portada de *Saudades do Céu*; Bordalo Pinheiro, genial e beliscante, leva ao Brasil a jarra *Beethoven*. A mocidade perene e boémia de João Penha abandona por instantes o verso suculentamente alimentício e envolve-nos no encanto de *Por montes e vales*; e o espírito gentilíssimo de João de Barros abre uma brilhante carreira literária com os esculturais versos de *Algas*.

O Chiado tinha, por igual, a sua tertúlia. Tertúlia da *haute-gomme* na Havaneza. Nela figuravam o dr. Tabordinha, muito pequenino e irrequieto, envergando no Verão sobrecasaca alvadia e chapéu alto da mesma cor; o conde de Sabugosa, cuja nobreza de sangue e de espírito se lobrigava ao longe; o Jaime Artur da Costa Pinto cuja elevada estatura e a organização de festas tornaram popular; o conde de Figueiró, hirtó e solene, usufruindo e mostrando que usufruía a intimidade do Paço; o dr. Araújo Lima, sacerdote, professor dos liceus e, principalmente, político; o Eduardo Romero, latagão vermelhusco, de permanente mocidade, grande cavaleiro, com acentuada preferência pelos fatos claros; e, às vezes, de passagem, Mousinho de Albuquerque, farda justa, andar um pouco gingão, o barrete militar atirado para trás, tês morena, sobranceiras altas quase em V, monóculo fuzilante, bigodito de azeviche.

O dia tomba lenta e suavemente.

Bolinhas de penas, os pardalitos — cidadãos lisboetas — que andaram na boémia pelos campos dos arrabaldes onde há mais fartas refeições, voltam, em revoadas inquietas, na baralhada cantante do trilar, às árvores frondosas da Avenida. Saltam, doidinhos, arrapazados, de ramo em ramo, largam num voo breve, metem-se de novo por entre a folhagem em busca de pouso cómodo e, como crianças a quem o sono pesasse nas palpebrinhas, acabam por se calar e adormecer, por sonhar com vastos campos dourados, cobertos de grãos de trigo e aveia... e sem espantalhos com os braços da velha casaca abertos em cruz e o amolgado chapéu alto às três pancadas. Pardais da Avenida que tiveram a honra de merecer de Silva Távares, tão admiravelmente poeta, um espirituoso hino de louvor:

Se nunca viu, vá ver que vale a pena!
Que nuvem de pardais e com que alarde
eles se agitam, nesta luz amena
de fim de tarde!

Andam na vadiagem — rapaziadas
quem as não tem na vida?
e pernoitam, por fim, sobre as pernas
das árvores desnudas da Avenida.

Já repararam que eu e toda a gente,
com tantas avenidas, na cidade,
dizemos a Avenida, simplesmente,
quando falamos na da Liberdade?

Porquê?... Sabe-se lá! Talvez por nada.
Adiante, pois. Não divaguemos mais
que, assim, perde-se o fio da meada...
Voltemos aos pardais.

Há, na Avenida, bancos confortáveis
por debaixo das árvores. É lá
que os espero, nos dias agradáveis
mais ou menos como este que hoje está.

Ouvi-los, largo tempo, é ficar surdo!...
Mas o quadro tem tanto de patético
que o próprio pipilar, vibrante, absurdo
por ser absurdo é que resulta poético!

Há lá razão, Senhor, para tão estridula
maneira de expressão?!
Aquilo soa-me a conversa frívola,
como certas conversas de salão...

Que borborinho incrível!... São milhares,
cada qual procurando, aqui e além,
volitantes, inquietos, singulares,
a melhor forma de dormirem bem!

E as árvores, cobertas de plumagem;
perdido o aspecto da nudez austera
— parecem revestidas de folhagem
qual se em Dezembro houvesse Primavera!

Depois... mais nada: — Tudo, enfim, serena
e os bancos, verdes, amanhecem brancos...
— Se nunca viu, vá ver que vale a pena!
Mas não se deixe adormecer nos bancos!...

As lojas de modas assistem às idas e vindas da clientela. Escuso de afirmar a V. Ex.^{aa}, minhas Senhoras, que têm as suas antepassadas. Entravam e pediam elásticos. Nunca eram das cores ou da qualidade que desejavam, embora o caixeiro tivesse posto para ali todos os elásticos de que a casa estava bem fornecida. Depois dos elásticos, os *nanzuks*, os gorgorões, as setinetas, as sedas, os veludos, as casimiras. E o balcão vergava às peças trabalhosamente retiradas das prateleiras. O tecido era palpado, cheirado, esfregado, olhado à luz. «Mas não é bem isto que desejava!... Mostre-me rendas, se faz favor!... Sim, para camisas! Rendas e entremeios!» E desabavam caixas sobre caixas que eram revolvidas, remexidas, vasculhadas... e voltadas do avesso. A freguesa, com ar de delicado desdem: «Não, não! Não gosto!... Melhor, não tem melhor?» E expunham-se as últimas novidades. «Oh! é muito caro!... O Barreira vende mais barato!...».

Decorriam, assim, meias horas e arrastadas horas. Os empregados, quase suando, mastigando irritações, apelavam para Nossa Senhora da Paciência e suplicavam-lhe o milagre de os não abandonar.

Ao cabo, impávida, a compradora — desculpem, a não compradora — saía, levando umas amostras, admiráveis para saquinhos de Entrudo, preparados nos calmos serões familiares...

Como se lê nos *ecrans* dos cinemas: «Os factos e os personagens deste filme são fictícios. Qualquer semelhança com pessoas que existam ou tenham existido significa apenas simples coincidência».

O episódio, resumo de episódios, que acabo de narrar, não se entende, pois, com V. Ex.^{aa} minhas Senhoras!...

Chiado acima, por entre as montras iluminadas e os passeios rumorosos, rolam soberbas equipagens, ao trote largo de magníficas parelhas. Na almofada, hirtos, o cocheiro e o trintanário. Há bom chá, saborosos bolos, um colega do poeta Tomás de Alencar recita poesias em que chora a indiferença da Elisa, e sempre se faz um pouquinho de má língua...

A cidade deslisa para o jantar.

Nos bairros pobres, extinguiu-se o grito de «ó burrinho, leva as cascas!». Um casal, segurando as argolas de uma giga onde bruxeleia uma vela protegida por cartucho de papel, lança alternadamente o pregão: «Ó pera assada no forno!», a que logo responde, em voz rascante o de «Terr ierr, mexilhão!» ou outro, este meio cantado: «Ó quentinhas de erva doce!».

As oficinas esvaziam-se em golfadas de trabalhadores; nos *ateliers*, as Singers suspendem a cega-rega metálica. As lojas, essas, que nem aos domingos encerram — o movimento para o conseguir começou justamente em 1899 — ficam abertas até altas horas, sem fregueses, os marçanitos a dormirem e a sonharem apoiados ao balcão. A Papelaria Viana, à esquina da Rua da Prata para a dos Retroseiros, mantém-se enêrgicamente fiel — ela, a única — ao compromisso dos comerciantes de resistirem à diabólica inovação da luz. Nas montras e no interior ardem bojudos candeeiros de petróleo!

Os leques de gás da iluminação pública mal conseguem afugentar as sombras hesitantes.

Da Baixa até o Camões é, porém, outra louça. Os bicos Auer, de mangas incandescentes, espalham uma branca claridade festiva.

São 8 da noite. Os contratadores escalonam-se pela encosta do Carmo, apontam ao Rossio, com rectângulos, coloridos, de bilhetes na mão.

— Para o Ginásio ou Trindade quem compra ou vende algum bilhete?

— Geral ou balcão!

A porta do Gelo, principalmente os cadetes da Escola do Exército, muito apurados, conquistadores de profissão, o *kepi* à banda, *dolman* tão curto que fica pela cintura e calça esticada modelando a perna cavaleira, os atrevidos bigodes espetados, fazem uma algazarra um tanto estroina, que contrasta com a calma raro perturbada do velho Martinho, no Largo de Camões, onde abancam os políticos continuando as manobras da Arcada, cochichando intrigas, ao passo que, na esquina para a Rua Primeiro de Dezembro, em frente da estação do caminho de ferro, em redor de mesas no passeio, se agrupa uma chusma de gente ruidosa, bigode rapado como só usam os cocheiros, os actores ou os padres, o cabelo cortado por modo que lhes desce quase em linha recta das fontes para as patilhas. São toureiros, amigos de toureiros, aficionados de touros. E, não raro, umas mulheres de formas avantajadas, garridice nos trajos, uma maneira (inconveniente) de traçar a perna, dois caracolinhos empastados junto às orelhas e outro, maiorzito, a meio da testa. Eis as espanholas, o flagelo das espanholas que, benzendo-se, as donas de casa, em cavacos de janela para janela, afirmam serem enviadas do Demónio.

Os próprios cafés extremam classes e profissões. Os sargentos do Exército e da Municipal acampam no Feijó, à esquina da Rua da Prata para a da Betesga — uma grande caixa de música, a troco de um vintém, tinlinta uma valsa ou uma mazarca —, enquanto o Áurea, onde hoje se encontra instalada a Companhia de Seguros «Sagres», é quartel-general dos aspirantes de Marinha. Foi ali que, uma noite, Carlos Pereira, mais tarde governador colonial, homem de nobre carácter mas de uma espantosa vivacidade, apostou uma «coroa» em como era capaz de sair à rua e gritar um «viva» à República. E, com efeito, no silêncio pacato do burgo, ecoou, como uma temível ameaça às instituições monárquicas, esse estridente «viva» que pôs em sobressalto os vigilantes da ordem. Da esquadra do Governo-Civil, à frente de alguns respeitáveis guardas, farejando o ultraje à realza, surgiu o major Dias, com os enormes olhos negros, fuzilando raios, na cara trigueira. O café foi invadido, os frequentadores interrogados. Carlos Pereira escapulira-se, lesto. E Rafael Bordalo Pinheiro publicou-lhe a caricatura, de farda, em bicos dos pés sobre uma moeda de 500 réis, o barrete erguido na dextra, como se estivesse atirando o subversivo grito.

Inofensiva boémia a desse tempo! Inofensiva e ingénua, quando o Hilário percorria as ruas em serenata e os tascos do Bairro Alto matavam a voracidade dos actores depois dos espectáculos e dos jornalistas fugidos por uns quartos de hora ao correr vertiginoso da pena sobre os linguados

brancos. Estúrdia sem más intenções que levava um oficial do Exército conhecido pelo *Rei das Ervas* a entrar, a cavalo, pela primeira porta da loja dos Oito Globos, na Rua Augusta, próximo do Rossio, e a sair pela última.

A propósito. Deixem-me V. Ex.^{as} contar-lhes uma anedota que documenta a bonomia e a simplicidade de um rei, o sr. D. Carlos, e a boémia irreprimível do *Rei das Ervas*. Colocado este, como alferes, num regimento de Lisboa, chegou-lhe a vez de fazer parte da guarda ao palácio real. O comandante que o sabia estouvado e, portanto, com escassa predilecção por etiquetas, chamou-o ao gabinete e, afivelando uma cara feia, recomendou-lhe: — O sr. alferes está escalado para a guarda de honra ao paço. Quero recomendar-lhe a maior compostura. Os srs. oficiais comem à mesa de El-Rei. Conheço-o como dado a certos excessos de linguagem, a atitudes não muito próprias de quem veste uma farda, e até me chegou aos ouvidos que não desdenha tocar guitarra e cantar o fado! Lembro-lhe as suas responsabilidades!

Rei das Ervas, apesar do seu habitual desembaraço, embatucou. Ainda tentou esboçar uma frase.

— Ficamos entendidos, sr. alferes! Pode retirar-se!

No dia seguinte, banda de música na testa, *Rei das Ervas* atravessava Lisboa, com os soldados, a caminho do palácio das Necessidades. Quem me transmitiu a anedota afirmou-me que ele não ia muito tranquilo. Falta de confiança em si próprio? Embaraço por se ver, pela primeira vez, na presença do soberano? Enfim, rendida a guarda anterior, *Rei das Ervas* ficou a ruminar na sua triste situação. Chegou a hora de jantar, tal como se aproximam as trovoadas de Maio. Os oficiais entraram no salão. A mesa real refulgia de cristais e porcelanas. *Rei das Ervas* sentia-se espiado pelo capitão e todo ele era cuidados para não trocar a faca pelo garfo, não acabar de comer depois dos outros... Imaginem V. Ex.^{as} a tortura!

A refeição terminara. A senhora D. Amélia, na majestade da sua elegância e da sua formosura, retirara-se depois de dar a mão a beijar. D. Carlos saboreava um grande charuto e sorvia goles de café. A conversa tomara um rumo mais livre. *Rei das Ervas*, silencioso, todo ele olhos para se policiar, só sentia no coração, mas sentia com toda a veemência, um desejo — o de se ir embora!

Mas quem teria segredado ao rei? Porque artes ele tivera conhecimento da sua boémia?

Eis que, de súbito, risonho e gentil, o monarca se lhe dirigiu. *Rei das Ervas* teve a sensação de que lhe tinham dado uma valente arrojada. Fez-se lívido, fez-se vermelho, as pernas tremeram-lhe involuntariamente... mas perfilou-se com toda a dignidade militar.

— Sr. alferes — disse-lhe D. Carlos. — Asseguram-me que é um exímio tocador de guitarra e que também canta o fado como ninguém. Gostava de o ouvir!...

Rei das Ervas ficou varado. Já via o conselho de guerra, a expulsão do Exército, o corte na sua carreira logo no princípio. O chão fugia-lhe debaixo dos pés.

Um criado meteu-lhe nas mãos a venenosa guitarra.

Sua Majestade mostrava-se amavelmente atento. Os cortesãos esperavam em silêncio.

Rei das Ervas apelou para todas as suas energias, protestou que o sr. D. Carlos fora mal informado, que ele se entretinha de quando em quando com a guitarra mas que não tinha voz para o fado.

— Modéstia, sr. alferes! Modéstia... As minhas informações estão certas!

Que remédio! O pobre oficial começou a dedilhar as cordas e, pouco a pouco, a sedução do fado deu-lhe alento. Abraçado à banza, *Rei das Ervas*, ressuscitando por efeitos da velha canção, lançou uma quadra lacrimosa, e outra quadra e outra ainda.

O monarca dava palmas, acompanhado pelo resto da assistência. Felicitou-o, animou-o. E, naquela noite, num salão do paço real das Necessidades, *Rei das Ervas* ouviu a sua consagração como fadista dos lábios do primeiro dos portugueses.

O pior foi depois, quando o entusiasmo arrefeceu, e o pobre alferes se encontrou sozinho, no quarto. O receio das consequências saltou-lhe à garganta. Ele bem dizia com os botões que não tivera culpa, que o seu desejo fora apagar-se, sumir-se pelo chão abaixo, que ignorava como o rei lhe soubera da prenda, que resistira o mais cortesmente e o mais firmemente possível. E, na sombra, aparecia-lhe o ríspido comandante, apareciam-lhe os regulamentos, a severidade da disciplina. Não conseguiu pregar olho. No outro dia, abatido, cabisbaixo, recolheu ao quartel. Na vida há horas bem negras!

De af a bocado, chamaram-no ao gabinete do comandante. Lá estava ele, *dolman* abotoado até o pescoço, de pé, hirto, carrancudo, trovejante mesmo sem ainda ter proferido palavra, batendo nervosamente com uma faca para cortar papel no tampo da secretária. *Rei das Ervas*, estátua da angústia, no rosto a expressão do tumulto que lhe ia no peito, aguardava a sentença.

— Sr. alferes!... Sr. alferes!...

A tempestade desencadeava-se.

— Avisei-o de como devia comportar-se perante Sua Majestade, e o senhor procedeu como um homem reles! O sr. alferes manchou as tradições do regimento! Até o fado, até o fado cantou! E tocou guitarra, sr. alferes!... E tocou guitarra!... Que ideia terá feito El-Rei da officialidade do meu regimento!? Que vergonha!... Que vergonha!...

Rei das Ervas queria justificar-se, que não tivera culpa, que fora o sr. D. Carlos quem insistira.

— Cale-se! — ordenou o comandante num berro em que ia toda a indignação regimental. — Retire-se! Retire-se! E aguarde as minhas ordens!...

Rei das Ervas, doido de confusão, os ouvidos a zumbirem-lhe, as pernas frouxas, fez uma continência mole e desapareceu.

Algumas horas decorridas, retine o telefone do quartel. O Ministério da Guerra queria falar ao comandante. Foi a altura deste sentir o sangue gelar-se-lhe nas veias. Era a demissão, a transferência para Bragança, para os Açores... era um desterro! Segurou o auscultador como quem leva à boca uma taça de cicuta! A última hora de um condenado!...

E do outro extremo do fio, da repartição do gabinete, uma voz enérgica perguntou: — É o sr. comandante? Daqui, capitão tal. Sua Ex.^a o ministro encarrega-me de ordenar a V. Ex.^a que, por desejo expresso de Sua Majestade El-Rei, sempre que esse regimento enviar guarda de honra ao paço deve fazer parte dela o sr. alferes Fulano!

O *Rei das Ervas*!

Estava salvo o *Rei das Ervas*, estava salvo o comandante, estavam salvas as tradições do regimento!

Desculpem V. Ex.^{as} esta risonha diversão, mas pareceu-me que ela contribuía para definir melhor o ambiente de Lisboa 1899.

Cafés do povo, cafés de lepes, alguns deles com concertos de guitarra e viola e o grasnar das pedras do dominó remexidas no tampo de pedra da mesa e o bater enérgico das ensebadas cartas da busca, lambida a preceito, palavra de honra. Nas Portas de Santo Antão, nos baixos dos armazéns do Leal onde se instala, agora, a Casa do Alentejo, havia um, abundantemente afreguesado e ainda com *mirones* à porta. No Café Bom, na Rua da Betesga, quase à esquina do Poço do Borratém, gemia, cheio de dores e com razão, um violino. As casas de iscas da Rua do

Arsenal, à esquina da Travessa do Cotovelo, que, por excesso de confiança na freguesia, ligara por correntes os garfos de ferro e as facas ao balcão; do Magina, no Largo de Santo António da Sé e no Largo do Regedor; o Caldo Verde, no mesmo sítio; o João do Grão, na Travessa da Palha; o Altinho, no Campo de Santana, tinham a sua clientela certa e característica e nada deviam em animada concorrência ao velho Leão de Ouro onde anos antes se formara uma *tertúlia* de grandes na Arte, ou ao Vigia, na Rua Oriental da Avenida, com gabinetes cerrados por reposteiros discretos, onde jantavam casalinhos amorosos que se não podiam expor à vista de toda a gente sem arrancarem ondas de ciume e o resto a muitas senhoras casadas.

Meia noite. Findaram os espectáculos. Nas fachadas dos teatros apagaram-se os lampeões, e apagou-se, também, a lamúria dos mendigos e falsos mendigos, longas horas de mão estendida às esquinas, empurrando à sua frente, chorosas, famélicas, estremunhadas crianças que alugavam a pataco para comoverem a ingenuidade alfacinha.

«Nos bairros do prazer, nos bairros da desgraça,
Anda a luxúria vesga a farejar quem passa».

Dois versos da *Morte de D. João*, de Guerra Junqueiro.

Uma chicotada estralejante, as pilecas fazem ressoar os cascos e as tipoiás do Chico e do Malhinhos levam para a boémia do António das Caldeiradas, em Belém; da Perna de Pau, do Zé dos Pacatos, do Papagaio ou do Quebra-Bilhas, os que procuram ceias barulhentas de estúrdia.

Agora, o silêncio é profundo, espesso, apenas cortado de tempos a tempos pelas palmas de um retardatário a que replica o arrastado «Lá vai!...» do guarda-nocturno, fazendo tilintar as chaves.

— Necessita de pavio?

— Não, obrigado! Eu tenho!

— Então, boa noite!...

E o sono engole outro lisboeta.

Naquele silêncio avanta-se, coça a tropeada das patrulhas de cavalaria da Guarda. De novo, o silêncio. Passam vagarosamente na embocadura de uma rua, como sombras cambaleantes, dois soldados da patrulha de infantaria. Gatos arreganham-se, lutam e fogem bufando. Ladra um cão ao longe, outro responde. Do alto do Castelo de S. Jorge chega à Baixa, regularmente, o grito de *Alerta!* Mais distante, vem de outro ângulo da velha fortaleza *Alerta está!* E quase num sopro *Passe palavra!*

No céu de Lisboa 1899 espalha-se uma vaga, doce e rosada claridade. Desperta a canção dos galos dialogando de quintal para quintal, de capoeira para capoeira. A caminho dos mercados, chamam carroças saloias ajoujadadas de tímidos repolhos, de empenachadas couves, de toda a hortaliça e fruta dos vergeis arrabaldinos. Esgalgados, agitando a cabeça por entre as redes das canastras, grasnam patos, cacarejam galinhas e, próximo do Natal, perús esticam-se nos seus glús-glús.

O ar corre mais fresco e mais rápido. Desmaiam estrelas. Andaram a apagar a iluminação pública. Cidade quase em trevas. Uma luzinha bruxuleante atravessa o Rossio a alguns centímetros do chão — os *pirilampos* do mata-bicho com ignóbil café e aguardente pólvora.

Lisboa 1899 desperta para um outro dia!

Acúrcio Vereira.



O 80.º ANIVERSÁRIO NATALÍCIO DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Na tarde do dia 24 de Novembro de 1949, o sr. Marechal Carmona dirigiu-se ao edificio dos Paços do Concelho, a fim de retribuir e agradecer os cumprimentos que momentos antes recebera no palácio de Belém.

Muitas centenas de pessoas, representando as forças vivas de Lisboa, aglomeraram-se na escadaria e salões, para apresentar cumprimentos ao Supremo Magistrado da Nação.

Entre outras entidades, viam-se o sr. reitor da Universidade Clássica; os comandantes-gerais da G. N. R. e P. S. P.; directores de várias escolas superiores; representantes de diversas Associações; vereadores; etc.

Fez-se um súbito silêncio, e ao agradecer à edilidade, os cumprimentos que lhe haviam sido apresentados, o sr. Presidente da República afirmou que com o maior prazer visitava uma vez mais os Paços do Concelho de Lisboa. A satisfação que sentia ao fazê-lo, acrescentou, correspondia inteiramente, não apenas à sua condição de munícipe, mas ainda à forma excepcionalmente cativante como, em anos sucessivos, sempre tem sido ali recebido pelos vários presidentes, vereações e funcionalismo.

O sr. Marechal Carmona recordou, a seguir, os tempos em que, sendo aluno da Escola do Exército, a capital não ia, em extensão, para o Norte, além das Laranjeiras, e disse que, como «alfacinha», sentia, como certamente todos os restantes naturais e residentes da mui nobre cidade, sincero desejo de ver Lisboa ampliada e robustecida, tornada grande urbe. Agradecia

a Deus a ventura de lhe haver proporcionado assistir ao caminhar desse progresso e, como Chefe do Estado e lisboeta, felicitava por toda essa vasta obra o presidente e os seus companheiros de trabalho no Município. Na pessoa do sr. tenente-coronel Salvação Barreto saudava, também, «todo o bom povo da sua muito querida Lisboa», de quem tantas provas de simpatia e de affectuosidade tem recebido.

O sr. tenente-coronel Salvação Barreto falou então, em nome da cidade:

Quis Vossa Excelência honrar uma vez mais esta casa e o povo da capital que tanto preza com a retribuição dos cumprimentos que a Câmara Municipal de Lisboa, respeitosa e affectuosamente, apresentou há pouco em Belém pela passagem de mais um ano na vida cheia de nobreza, na carreira prestigiosa, profissional e política, de Vossa Excelência. A alegria que todos sentimos por a Providência nos ter permitido saudar Vossa Excelência ao completar os seus oitenta anos acrescenta-se o reconhecimento por mais esta prova de gentileza e de affecto pela sua cidade natal, conquistada de há muito pela bondade imensa e pelo formosíssimo espírito de Vossa Excelência.

Excelência: Já decorreram 23 anos sobre aquela hora da maior transcendência na história pátria em que Vossa Excelência assumiu a favor dos portugueses, as mais altas responsabilidades e se deu aos mais pesados sacrificios a que um homem pode devotar-se. Certamente esteve Deus com Vossa Excelência nessa hora de milagre em que tudo era dúvida no espírito dos homens. A tantos anos de distância, e rememorando o bem que Vossa Excelência nos trouxe com os seus sacrificios a favor desta terra querida, bem podemos dizer que naquela hora, de positivo, apenas havia a fé dos que ainda esperavam e, porventura, não avaliaram então a grandeza do sacrificio que lhe pediam e a nobreza da missão que depuseram, com a sua confiança, nas mãos honradas de Vossa Excelência.

O resto neste país era negativismo e desespero. Certamente esteve Deus com Vossa Excelência na hora em que veio a ser a da redenção desta terra que parecia condenada a morrer sem glória vilipendiada por filhos e estranhos. A mão segura de Vossa Excelência, Senhor Marechal, susteve-a na queda e levantou-a ao nível das nações conscientes e poderosas. No mundo revolto nunca mais deixou de soar a voz previdente e sensata da Nação miraculada.

Ao tédio substitui-se a honra de ser português, ao desespero da impotência o ardor do trabalho e o orgulho de ser-se, de novo, Nação — e com isto, a glória de, entre guerras e violências de de toda a ordem, ser-se simplesmente, humano e cristão; entre gritos de angústia, praticar-se a bondade e a justiça; aos perseguidos e refugiados, conceder-se a hospitalidade benévola; entre as ilusões ou as mentiras dizer-se a verdade ao Mundo, sem torpes receios ou cobardias indecorosas.

Sabem-no os bons portugueses, não o esquecem as mães, as irmãs, as esposas e as noivas desta terra. Sabemo-lo bem os de Lisboa, onde Vossa Excelência tomou para si, pode dizer-se, mais imediatamente, os sofrimentos e inquietações, os perigos e os sacrificios a que poupou os seus compatriotas. Sabemo-lo bem porque assistimos dia a dia ao esforço ingente de cumprir a promessa de Maio de 1926, a promessa suscitada numa esperança há 23 anos e hoje em plena e radiosa realização. E porque o sabemos, Senhor Presidente — e somos todos os portugueses a reconhece-lo — aqui estamos, o povo de Lisboa inteira, os que puderam dar a sua presença, mas todos com o seu coração e o seu reconhecimento a palpitar de entusiasmo, a consagrar a obra patriótica de Vossa Excelência obreiro de paz e inspirador das velhas virtudes portuguesas, a exprimir-lhe a nossa profunda gratidão, a trazer-lhe os nossos respeitosos cumprimentos no dia de hoje, em que sentimos a alegria de poder retribuir em affecto a veneração o sacrificio sagrado de Vossa Excelência.

Nestes cumprimentos que respeitosa mas entusiasticamente formulo, vão os votos sincérrimos de todos os portugueses por que a Providência continue por muitos anos ainda a conceder a Portugal a suprema ventura de conservar a vida e a saúde do seu querido Chefe de Estado. E como esses votos lhe vêm pela voz de Lisboa, terra natal tão querida do seu coração, terra tão querida de factos e de homens illustríssimos que tão grandes esvícios acrescentaram ao serviço de Portugal, consinta Vossa Excelência que à alegria e orgulho que todos os portugueses põem nesta saudação simples mas sincera, eu acrescente a emoção com que lha formula esta boa gente de Lisboa pela bendita honra de, no decurso destes 23 anos, ter podido registar na sua história mais um nome illustre na história da Nação — o nome do seu filho mais querido — o nome de Vossa Excelência.

Viva Sua Excelência o Senhor Presidente da República.



Novas Estações Pré-Históricas dos arredores de Lisboa

Para um melhor conhecimento do Paleolítico dos arredores de Lisboa, susceptível de nos permitir a elaboração de estudo de conjunto que estamos interessados em efectuar, temos ultimamente alargado o campo de acção das nossas pesquisas a áreas geológicas à superfície das quais, até agora, poucas estações pré-históricas eram conhecidas. Deste nosso trabalho resultou já, felizmente, a descoberta de várias jazidas de características interessantes e um pouco diferentes das que outras estações nos haviam permitido observar.

A superfície dos afloramentos miocénicos tem-se mostrado particularmente rica em indústrias líticas. No entanto, a única estação de relativa importância que, até ao momento das nossas novas descobertas, conhecíamos sobre tais afloramentos era a do Pinhal da Charneca, a E. do Lumiar, encontrada por G. Zbyszewski (1). Esta jazida pré-histórica, de indústrias predomnan-

(1) O espólio colhido por G. Zbyszewski nesta estação, ainda inédito, encontra-se exposto no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal. Anteriormente já Joaquim Fontes tinha descoberto algumas peças pré-históricas nos arredores da Charneca.

tes do Paleolítico Superior e do Mesolítico, revelou-se-nos especialmente curiosa pela associação, como matéria prima, do quartzo ao sílex, em proporção ainda não assinalada nas outras estações dos arredores de Lisboa, fenómeno este verosimilmente explicável pela natureza geológica do solo onde aparecem seixos de quartzo e que faz diferir essa estação das situadas sobre os afloramentos basálticos e de cretácico de Lisboa, onde, nas últimas séries, raras são as peças de quartzo que aparecem (2).

As duas principais jazidas recentemente descobertas pelo autor desta nota sobre os afloramentos miocénicos de Lisboa são a dos Soeiros e a de S. Vicente.

A primeira localiza-se num pequeno planalto entre a Estrada da Luz e a de Benfica, sobre uma camada do Burdigaliano, junto ao cruzamento da Azinhaga do Ramalho com a Rua dos Soeiros, em propriedades do sr. Vasco Bensaúde.

A segunda foi descoberta na Quinta de S. Vicente, sobre terrenos também do Burdigaliano, entre o Largo da Luz e o Campo Grande.

Também foram encontradas peças líticas intencionalmente talhadas perto de Palma de Cima e em Telheiras.

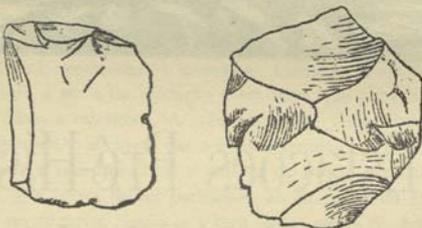


Fig. 1 — Lasca e núcleo mustieroides de sílex da Quinta de S. Vicente (1/)

Qualquer destas novas estações forneceu já um espólio relativamente abundante, se tivermos em conta o reduzido número de colheitas efectuadas.

As principais matérias primas utilizadas para o fabrico de instrumentos foram o sílex, o quartzo e a quartzite. Como já sucedera com a estação do Pinhal da Charneca, notámos, nos Soeiros e em S. Vicente, a existência duma abundante indústria em quartzo, constituída, na sua maioria, por pequenos instrumentos e resíduos de fabricação.

Duma maneira geral, são raras as peças do Paleolítico inferior e só a partir do Mustierense (inclusivé) as indústrias se tornam mais abundantes, continuando até uma fase post-paleolítica.

As colheitas até agora efectuadas forneceram um conjunto de má qualidade. As boas peças são em reduzido número. Nota-se uma como que imperícia no trabalho, principalmente nas peças de sílex, ou uma falta de acabamento nos instrumentos, como se até algumas vezes, vítimas de qualquer acidente durante o seu fabrico, houvessem sido postos de parte antes de concluídos.

(2) J. Camarate França — *A estação pré-histórica do Alto das Perdizes*, separata dos fascículos 1-2 do Vol. XII dos «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», Porto, 1949, págs. 94.

A maioria do espólio é constituída por núcleos, lascas sem retoques e resíduos de fabricação. Os instrumentos encontrados são, principalmente, raspadeiras, raspadores, furadores, bicos, pontas, buris, lâminas, etc.

O aspecto dominante destas duas estações é, pois, o de estações oficinas.

A idade das indústrias encontradas, bem como a fácies de «oficina», fazem aproximar estas jazidas das situadas sobre os afloramentos de calcáreo cretácico do Monsanto. Porém, além de por alguns outros aspectos, a abundante indústria em quartzo e a ausência de grandes lascas de sílex — que tão frequentemente aparecem associadas a culturas coetâneas no Monsanto, como, por exemplo, no Alto da Serafina — são motivos de diferenciação.

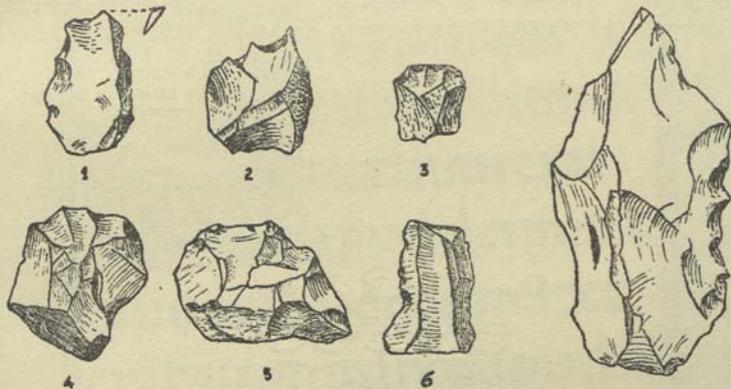


Fig. 2—Buril e furador de quartzo (1 e 2), raspadeira, raspadores e lâmina de sílex (3, 4, 5 e 6) da Quinta de S. Vicente (1/3)

Fig. 5—Lâmina de sílex retocada da Quinta de S. Vicente (1/3)

O aparecimento das matérias primas quartzo e quartzite nas duas estações é explicável pela existência no local de seixos dessas substâncias. Quanto à utilização do sílex, onde o mesmo não existe nas camadas sub-jacentes, só se pode explicar pelo seu transporte para estes locais, tanto mais que as peças encontradas trabalhadas nessa matéria não apresentam vestígios de haverem sido obtidas de calhaus rolados; antes, pelo contrário, pudemos verificar a existência de blocos de sílex, mais ou menos patinados, o que nos fez concluir que só o homem para aí os poderia ter levado com o fim de os aproveitar. De onde? Talvez dos afloramentos cretácicos do Monsanto, por ser a região mais próxima onde o sílex se poderia obter. E curioso é acentuar que o período de mais intenso povoamento — ou período de exploração — na região calcárea de Monsanto coincide com a idade da maioria das indústrias das novas estações de que nos estamos ocupando.

Poderemos nós admitir a existência duma irradiação da matéria prima sílex — neste caso possivelmente proveniente dos afloramentos cretácicos do Monsanto — para estações de fácies de habitação, em cujos locais o sílex não existisse? E seriam, então, as estações dos Soeiros e de S. Vicente locais de passagem aproveitados para oficina? Notemos que a escolha de tais sítios para este fim poderá ser explicada pela existência aí de outras matérias-primas — principalmente o quartzo — que também foram aproveitadas.

Ocorre-nos o que, referindo-se às estações da região cretácica do Monsanto, escreveu o Abade Breuil: «Si l'on considérait le site de Monsanto comme l'emplacement d'un atelier, ayant comme il arrive, le faciès si différent à n'importe quel âge, du faciès d'habitation, encore faudrait-il trouver ceux de ces derniers ayant bénéficié de l'extraction et on ne les connaît pas» (3).

Não podemos, já neste momento, averiguar até que ponto a descoberta destas novas estações vem responder à dúvida de Breuil, mas é evidente que elas «beneficiaram da extração» de sílex noutra região, muito provavelmente no Monsanto (4).

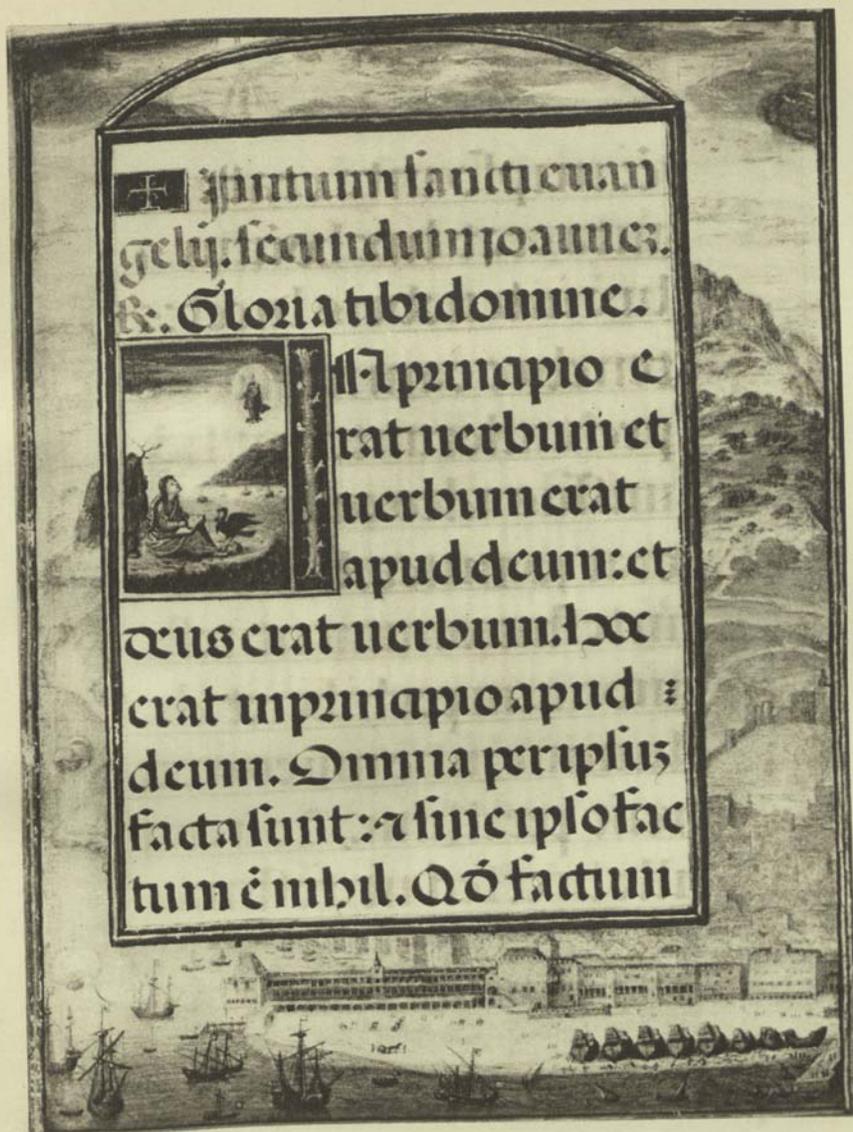
Temos a intenção de terminar as nossas prospeções e fazer um exame mais detido das indústrias colhidas. Não correremos assim o perigo duma divagação a que faltaria, porventura, o apoio dum sólido estudo que é necessário efectuar. Por agora, anotamos apenas uma impressão resultante das observações por nós já realizadas, sujeita a rectificações determinadas por explorações futuras. Mas julgamos cumprir o nosso dever comunicando a descoberta destas novas estações, o que facultará o conhecimento da existência das mesmas a todos aqueles a quem, porventura, isso interesse.

J. Camarate França.
Do Centro de Estudos de Etnologia
Peninsular.



(3) H. Breuil et G. Zbyszewski — *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la Géologie du Quaternaire* — Vol. I, in «Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal», Tomo XXIII, Lisboa, 1942, pág. 211.

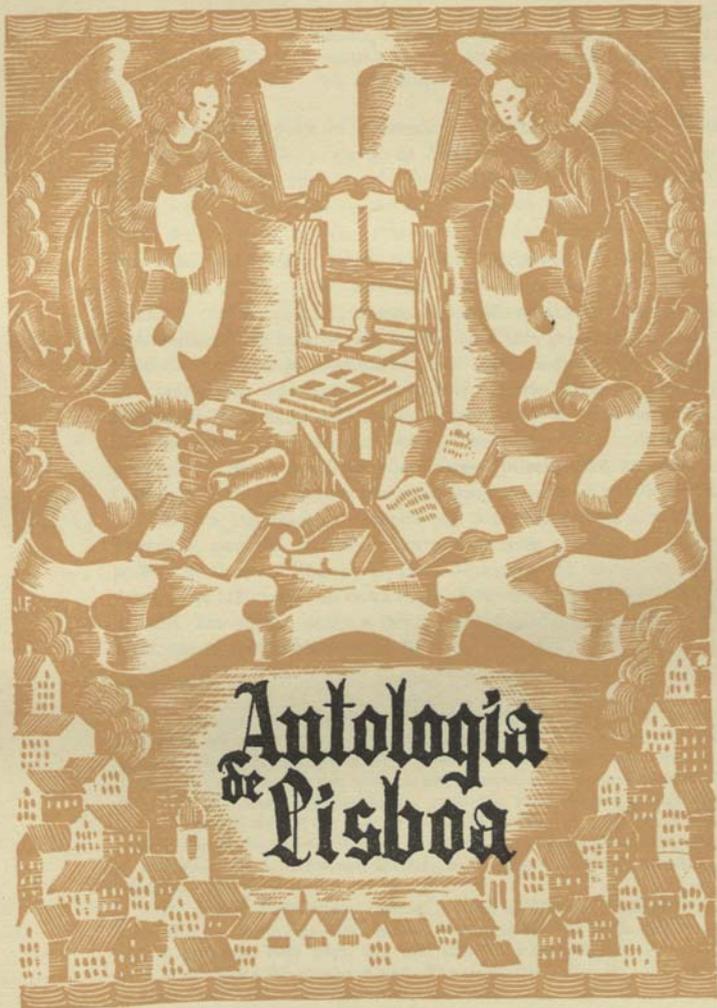
(4) Mesmo antes da descoberta das estações dos Soeiros e de S. Vicente, as indústrias das jazidas situadas sobre os afloramentos de basalto da própria Serra de Monsanto já indicavam um parcial destino do sílex dos afloramentos cretácicos.



LISBOA NO SÉC. XVI

(Livro iluminado da 1.ª metade do Séc. XVI)

(Museu Nacional de Arte Antiga)



OS ANTECEDENTES DA CONQUISTA DE LISBOA POR D. AFONSO HENRIQUES

«...pela Estremadura ganhou tudo o que se compreende entre Cascais, e Lisboa», António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I, Lisboa Ocidental, 1735, pág. 54.

Os territórios pelos muçulmanos adquiridos na Península Ibérica, desde que Tárique Ibne Ziado, em 28 de Abril de 711, desembarcou junto ao morro chamado por esse motivo Gebal Tárique (Monte de Tárique) ou Gibraltar ⁽¹⁾, foram sempre administrados por simples amires inteiramente subordinados ao Califa de Damasco, até que, derrotado em 14 de Maio de 756, o amir Iúçufe Ibne Abde Arrahmane Alfihri por Abde Arrahmane I Ibne Muânia, este se fez apelar imame (guia, condutor) e foi reconhecido, em Julho, amir independente ⁽²⁾. No entanto, mesmo depois disso, ainda os amires da Península espiritualmente se mantiveram ligados ao Califa do Oriente, como chefe religioso da comunidade muçulmana; esta ligeira subordinação, mais teórica do que prática, só desapareceu totalmente quando Abde Arrahmane III Ibne Mohâmêde Ibne Abde Alah Anácir ordenou que, a partir de 16 de Janeiro de 929, lhe dessem o epíteto de *Anácir lidinialah* (protector da religião de Alá) e adoptou, com o de *Amir Almuminine* (príncipe dos crentes), o título de Califa do Ocidente, cujos domínios tinham por capital a cidade de Córdova ⁽³⁾.

Embora legalmente o califado não fosse hereditário, o Califa, em regra, designava, para lhe suceder, o seu parente mais próximo ⁽⁴⁾. Dessa conduta, porém, se desviou Hixame II Ibne Alháquime II Almuaide, neto de Abde Arrahmane III; como não tinha filhos, indigitou para sucessor Abde Arrahmane Sanchol, seu hájibe, desde a morte de Almodáfer Abú Meruane Abde Almálique, em 22 de Outubro de 1008.

(1) Ramon Menendez Pidal, *História de España*, Tomo III, Madrid, 1940, página LIII; Manuel Torres, *Las Invasiones y los Reinos Germánicos de España*, ibid., pág. 187. Nas anotações, aproximar-nos-emos do método aconselhado pelo Com. Fontoura da Costa e na transcrição dos nomes árabes adaptaremos as normas do Prof. David Lopes (Fontoura da Costa, *A unificação das anotações, especialmente bibliográficas, nos trabalhos históricos*, na *Ethnos*, Vol. I, Lisboa, 1935, págs. 37 a 39; David Lopes, *Lista alfabética dos nomes árabes, próprios e comuns, que ocorrem na História de Portugal de A. Herculano*, em A. Herculano, *História de Portugal*, Tomo VIII, 7.ª ed., Lisboa, 1916, págs. 291 a 322.

(2) António Ballesteros y Beretta, *História de España*, Tomo II, Barcelona, 1920, págs. 80 e 82; David Lopes, *O Domínio Árabe*, em Damião Peres, *História de Portugal*, Vol. I, Barcelona, 1928, págs. 229, 234, 238, 239 e 266; Angel Gonzalez Palencia, *História de la España Musulmana*, 3.ª ed., Barcelona, 1932, págs. 21 e 128; Angel Gonzalez-Palencia, *La España Musulmana*, em Luis Pericot Garcia, *História de España*, Tomo II, Barcelona, 1935, pág. 161, 164 e 225.

(3) Ballesteros, *loc. cit.* (2), pág. 46; Palencia, *História, etc., op. cit.* (2), pág. 43; E. Levi-Provençal, *L'Espagne Musulmane au XIème Siècle*, Paris, 1932, págs. 45 a 48 e 202.

(4) José Lopez Ortiz, *Derecho Musulmán*, Barcelona, 1932, pág. 45.

O procedimento de Hixame desagradou profundamente a Mohâmede, seu primo, que ambicionava herdar o trono. Levado por sentimentos de vingança, não se contentou em forçar o legítimo soberano e depor Sanchol, que se sentara em Janeiro de 1009 e foi assassinado a 4 de Março; obrigou-o, também, a resignar e fez-se proclamar Califa, sob a invocação de Mohâmede II Almahdí.

Esta usurpação veio provocar acerbos lutas entre andaluzes, eslavos e berberes, as três mais importantes raças em que a população da Espanha muçulmana se dividia lutas que em breve originaram o desmembramento do Califado de Córdoba. Após diferentes vicissitudes, mohâmede foi morto em 23 de Julho de 1010 pelos eslavos, que tomaram a proclamar Hixame II. Entretanto, havia sido eleito Califa, pelos berberes, outro primo de Hixame, o príncipe Soleimane Ibne Alháquine Alcocetaïne, o qual, em 19 de Abril de 1013, conseguiu apossar-se de Córdoba, onde se julga que nessa ocasião Hixame II pereceu. Por seu turno, em 1 de Julho de 1016, os eslavos, conduzidos por Alí Ibne Hamude, apoderaram-se da cidade e mataram Soleimane, mas, assassinado por eles, em 3 de Abril de 1018, o próprio Ibne Hamude, que procurara entendimentos com os berberes, deram o trono a um terceiro primo de Hixame, o príncipe Abde Arrahmane IV Almortada. No meio de tamanhas desordens, os príncipes chefes, tanto dos andaluzes como dos berberes, tornaram-se independentes e, deste modo, surgiram variados reinos no território do Califado (5).

Entre os reinos assim constituídos, figurava, no «território que foi português», o «de Badajoz», cujo primeiro chefe, o Rei Sapur, faleceu a 8 de Novembro de 1022 e «que abrangia as Beiras, a Estremadura e grande parte do Alentejo actual» (6). No reino de Badajoz ingressou, portanto, a região de Lisboa, que já no final do século XIII fazia parte da Estremadura (7) e da qual

(5) A. Herculano, *História de Portugal*, Tomo I, 7.ª ed., Lisboa, 1914, págs. 167 a 184; Ballesteros, *loc. cit.* (2), págs. 63 a 67; Palência, *História etc., op. cit.* (2), págs. 59 a 62; Gonzalez-Palência, *La España etc., loc. cit.* (2), págs. 189 e 190.

(6) David Lopes, *loc. cit.* (2), págs. 399-400; Gonzalez-Palência, *La España, etc., loc. cit.* (2), págs. 195-196. Quando por David Lopes foram escritas as palavras reproduzidas no texto, ainda não tinha sido criada, pelo Código Administrativo de 31 de Dezembro de 1936, a Província do Ribatejo, formada pelos concelhos de Abrantes, Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Constância, Coruche, Ferreira-do-Zézere, Golegã, Ponte-de-Sor, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Sardoal, Tomar, Torres-Novas, Vila-Fanca-de-Xira e Vila-Nova-da-Barquinha (*Código Administrativo*, de 31 de Dezembro de 1936, Mapa III, no *Diário do Governo*, I Série, n.º 306, Lisboa, 31 de Dezembro de 1936, pág. 1870), que anteriormente se consideravam incluídos nas províncias do Alentejo e da Estremadura (Cfr. *Decreto n.º 3.997*, de 30 de Março de 1918, na *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, 1.º Semestre de 1918, Lisboa, 1919, págs. 223 e 224).

(7) Codicilo ao testamento do rei D. Denis, com data de 18 de Abril do ano de 1337 da era de César (Francisco Brandão, *Quinta Parte da Monarchia Lusytana*, Lisboa, 1650, fol. 331), correspondente ao ano de 1299 da era de Cristo, adoptada por lei de 22 de Agosto de 1422 (João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronológicas e Críticas*, Tomo II, Lisboa, 1811, pág. 25).

se tinham pacificamente apoderado, no ano de 716, os muçulmanos comandados pelo amir Abde Ilaziz Ibne Muça (*).

Vencido, em 20 de Março de 1092, Omar Ibne Mohâmede Almotauâquil, rei de Badajoz, por Cîr Ibne Abû Beçre — a quem Iúçufe Ibne Taxfine, príncipe da seita islamítica dos almorávidas, confiára o encargo de unificar os muçulmanos peninsulares — Afonso VI, rei de Leão, sem dificuldade obteve a entrega de Santarém, de Lisboa e de Sintra, em 30 de Abril, a 6 e 8 de Maio de 1093, respectivamente. Pouco tempo se conservou, porém, na posse das três localidades, porque logo, em 1094, as duas últimas lhe foram tiradas pelos almorávidas, quanto a Santarém, decerto melhor defendida, pôde resistir ao choque dos inimigos ou nem sequer foi por eles atacada (*). No mês de Novembro desse mesmo ano ou durante a primavera do ano imediato, ainda o conde galego D. Raimundo tentou recuperar Lisboa, mas foi calamitosamente desbaratado nos arredores (10).

Numa quinta-feira, 1 de Julho de 1109, pela madrugada ou na véspera, durante a noite, succumbiu, em Toledo, o Rei Afonso VI (11). Alguns dias

(*) Bernardo de Brito, *Segunda Parte da Monarchia Lusytana*, Lisboa, 1609, fol. 283 v.; Manuel da Rocha, *Portugal Renascido*, na *Collecão dos Documentos, e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*. Ano de 1730, Lisboa Occidental, 1730, n.º XXIII, pág. 4; Francisco Javier Simonet, *História de los Mozárabes de España*, Madrid, 1897-1903, pág. 52, nota 1; pág. 52, nota 1; pág. 144, texto e nota 2; pág. 181, nota 3 e pág. 296, nota 4.

(9) A imperfeita versão de Ibne Alcatibe, dada por Casiri (David Lopes, *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano*, em *Academia das Ciências de Lisboa, Boletim da Segunda Classe*, Vol. III, Lisboa, 1910, pág. 82), aponta Santarém e omite Sintra, quando enumera os lugares conquistados pelos almorávidas, em 1094 (A. Herculano, *História de Portugal*, Tomo II, 7.ª ed., Lisboa, 1914, pág. 239); deve, porém, ter havido troca de nomes entre as duas localidades, por existir a prova de Santarém pertencer aos cristãos em 1095 (Damião Peres, *Como Nasceu Portugal*, Barcelos, 1938, pág. 47; António Brandão, *Tercêira Parte da Monarchia Lusitana*, Lisboa, 1632, fol. 14) e faltarem por completo os indícios de ter sido por eles reavida nesse intervalo (A. Herculano, *ibid.*, pág. 18). Bem pode ser que os almorávidas então desistissem de atacar Santarém, para que a maior parte das tropas, aqui destacadas, pudessem reunir-se ao exército batido pelo Clide Rui Dias de Bivar, após a conquista de Valência, por ele terminada em 15 de Junho de 1094 (Cláudio Galindo Guijarro, *História Política*, em Pericot, *loc. cit.* (2), pág. 382).

(10) Herculano, *loc. cit.* (9), págs. 18, 19 e 239; Carlos Roma do Bocage e Nicolas de Goyri, *Origem do Condado de Portugal*, nas *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Classe das Sciencias Moraes, Políticas e Belas-Lettras, Nova Série, Tomo VI, Parte II, Lisboa 1892, págs. 27 a 29, 51 e 52; Ballasteros, *loc. cit.* (2) págs. 232, 248, 278, 287, nota 165 e pág. 402; David Lopes, *loc. cit.* (2), pág. 402; Damião Peres, *A Reconquista Cristã*, em Damião Peres, *op. cit.* (2), págs. 474 e 476; *id.*, *op. cit.* (9) págs. 44, 45, 47, nota 3 e pág. 48, continuação da precedente nota; Manuel Ramos, *O Condado Portucalense*, em Damião Peres, *loc. cit.* (2), págs. 484 e 485; Palencia, *op. cit.* (2), pág. 90; Gonzalez-Palencia, *La España*, etc., *loc. cit.* (2), pág. 204; Galindo, *loc. cit.* (9), pág. 374; Luis Vieira de Castro, *A Formação de Portugal*, Funchal, 1938, pág. 53 e 56; Luis Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, 1940, pág. 36, 41, 42, 166, 167 e 169 a 171.

(11) João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronológicas e Críticas*, Tomo III, Parte I, Lisboa, 1813, pág. 51, nota (*).

antes, molestado com o monarca, dele se apartara o conde português D. Henrique, seu genro ⁽¹²⁾, por quem Sintra foi subjugada nos meados, porventura, daquele próprio mês de Julho ⁽¹³⁾, em cujo dia 29 já D. Henrique tinha chegado a Viseu ⁽¹⁴⁾. Informados, entretanto, de que o rei de Leão cessara de viver, os muçulmanos de Sintra aproveitaram o ensejo para se rebelarem ⁽¹⁵⁾.

⁽¹²⁾ Herculano, *loc. cit.* (9), pág. 33; Damião Peres, *op. cit.* (9), pág. 59; Gonzaga de Azevedo, *loc. cit.* (10), pág. 69.

⁽¹³⁾ A *Crónica dos Godos* indica somente que foi no mês de Julho do ano de 1147 da era de César (*Chronica Gothorum*, nos *Portugaliae Monumenta Historica*, Scriptores, Vol. I, Olisipone 1856, pág. 11, col. 1), correspondente ao ano 1109 da era de Cristo (vid. nota 7).

⁽¹⁴⁾ Herculano, *loc. cit.* (9), pág. 34, nota I; Carl Erdmann, *O Papado e Portugal no Primeiro Século da História Portuguesa*, Coimbra, 1935, pág. 23.

⁽¹⁵⁾ Consoante a ordem pela qual os dois episódios vêm relatados, no exemplar extenso da *Chronica dos Godos*, a Conquista de Sintra, em Julho de 1109, por Henrique, precedeu a revolta fomentada nessa localidade pela notícia da morte de Afonso VI, em Toledo: Era MCXLVII. Mense Julio iterum capta fuit Sintria a Comite D. Henrico genero D. Alfonsi Regis marito filie sue Regine D. Tarasie. Audientes enim Sarraceni mortem Regis D. Alfonsi, ceperunt rebellare» (*Chronica Gothorum*, *loc. cit.* (13), *ibid.*). Como D. Henrique saíra da corte poucos dias antes de nela falecer o monarca e, a 29 de Julho, se tinha já recolhido a Viseu, foi manifestamente nesse breve intervalo que se realizou a expedição contra Sintra. Não se afigura, contudo, plausível que de tão longe ele se deslocasse, unicamente para efectuar esta conquista; o seu plano, decerto mais vasto, deveria ter por objectivo apropriar-se da região de Lisboa, mas, apanhado entretanto pela notícia daquela morte, decidiria retirar-se antes de concluir o projecto inicial. Foi sem duvida então que os muçulmanos de Sintra contra ele se rebelaram, por terem conhecido a verdadeira causa do seu tão súbito afastamento.

No exemplar breve da mesma Crónica, tido com sólidas razões por menos fidedigno (Luís Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, 1942, págs. 175, 177, 182, 183, 194 e 196), afirma-se que só depois de Sintra se ter insurgido foi recuperada por D. Henrique, aproximadamente no ano seguinte ao da morte do sogro: «Era MCXLVII. III.º Kal Julii obiit Rex Aldefonsus Fernandi Regis filius: paulo post primo sequente circiter anno, cum Sintria defecisset, audita morte Regis Alfonsi, recuperata est a Comite Henrique Regis genero et patre Alfonsi primi Regis Portugaliae» (*Brevis Historia Gothorum*, *loc. cit.* (13), pág. 11, col. 2) ou, na resumida tradução de Fr. António Brandão: «Pouco depois da morte del Rey Dom Afonso, no seguinte anno, como Sintra se rebelasse sabida a morte del Rey, foy recuperada pello Conde Dom Henrique seu genro, & pay de Dom Afonso primeiro Rey de Portugal» (Brandão, *op. cit.* (9), fol. 49 v.). Enganados por esta passagem, Fr. António Brandão, Alexandre Herculano e, com eles, quase todos os demais historiadores, que ao assunto se têm dedicado, invertiram a ordem pela qual as duas ocorrências logicamente devem ser apresentadas (Brandão, *ibid.*; Herculano, *loc. cit.* (9), págs. 38, 34 e 45). Tal orientação tem o grave defeito de pressupor que Sintra, perdida em 1094, teria sido retomada antes de 1109 e que, depois de sufocada a revolta deste ano, voltaria de novo à posse dos muçulmanos, até ser definitivamente conquistada, em 1147, por D. Afonso Henriques, alternativas fundadas em simples conjecturas, que nenhum texto coevo irrefutavelmente comprova (Brandão, *ibid.*, fol. 55 v.; Herculano, *ibid.*; Gonzaga de Azevedo, *loc. cit.* (10), págs. 41, 42, 92, 98, 99, 131, 171, 188, 215 e 216).

O malgrado jesuita P.º Luís Gonzaga de Azevedo esforçou-se, recentemente, por demonstrar que Soeiro Mendes com D. Henrique teriam capturado Sintra e Lisboa, em 1095. (Gonzaga de Azevedo, *ibid.*, págs. 41, 42, 170, 171). Para tanto invocou: 1.º — a circunstância de não figurar o nome do Conde, nem o de Soeiro Mendes, no foral dado

Nessa rápida expedição foi D. Henrique provavelmente coadjuvado por Siguefredo (16), rei da Noruega, que partira de Bergen com 10.000 guerreiros, a caminho da Terra-Santa, e a respeito do qual há também seguros informes de ter igualmente conquistado Sintra, depois de haver destruído, na primavera de 1109, ao largo da futura costa portuguesa, uma grande frota de corsários muçulmanos. Posteriormente, ainda Siguefredo atacou vitoriosamente Lisboa, mas abandonou a cidade sem dela se ter apoderado (17).

em 18 de Novembro de 1095 a Santarém, por Afonso VI (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, *Colecção de Textos de Direito Português*, I. Forães, Vol. I, Coimbra 1914, pág. 8); 2.º — um trecho da *Vida de Santa Senhorinha*, onde se narra como de Lisboa foram dois cegos ao Arcebispado de Braga, para visitarem o túmulo da santa, junto ao rio Basto (*Vita Beatae Seniorinae Virginis*, loc. cit. (13), pág. 51); 3.º — um documento lavrado, em 1097, com a declaração de que nesse tempo governava o Conde D. Henrique, desde o rio Minho ao Tejo (*Portugaliae Monumenta Historica*, Diplomata et Chartae, Vol. I, Olisipone 1867, pág. 504); 4.º — outro documento do mesmo ano e mais um do ano imediato, cujos textos apenas informam que o senhorio do referido Conde era constituído por toda a Província Portugalense (*ibid.*, págs. 515 e 518). O primeiro argumento, porém, de per si coisa nenhuma prova; o segundo é, também, de fraca valia, porque nada permite supor que, fora dos momentos de mais intensa luta, se mantivessem fechadas as comunicações das localidades pertencentes aos muçulmanos com as dominadas pelos cristãos (Palencia, *História etc. op. cit.* (2); págs. 189 e 191; Gonzalez-Palencia, *La España*, etc., loc. cit. (2), pág. 324). Quanto aos dizeres contidos nos documentos, é de presumir que se tratasse de meras fórmulas tabeais, enunciativas do território nominalmente submetido à jurisdição do Conde D. Henrique, sem de modo nenhum, terem a descabida pretensão de inculcar até onde chegaria exactamente o seu domínio efectivo. Resta dizer que o advérbio *iterum* (segunda vez, outra vez, de novo etc.), conforme se lê no transcrito parágrafo do exemplar extenso da *Crónica do Godos*, deve referir-se à ocupação de Sintra em 8 de Maio de 1093, por Afonso VI, e não a uma outra façanha do mesmo género, cometida por D. Henrique.

(16) Siguefredo é o aporuguesamento do alemão *Siegfried* (de *Sieg*=vitória e *Friede*=paz), equivalente ao norueguês *Sigurd* (Academia das Ciências de Lisboa. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Lisboa, 1940, pág. 797; J. J. Nunes, *Os Nomes de Baptismo*, na *Revista Lusitana*, Vol. XXXIV, Lisboa, 1936, pág. 159; *The Encyclopaedia Britanica*, Vol. XXV, II.ª ed. New York, 1911, págs. 82-83).

(17) A presença de Siguefredo na região de Lisboa tem sido colocada em todos os anos que vão de 1107 a 1110. O de 1107 (José de Oliveira Boléo, *Sintra no Século XII*, no *Arquivo do Concelho de Sintra*, n.º 4, Sintra, Julho de 1941, pág. 100 e n.º 5, Sintra, Agosto de 1941, págs. 148 e 149; José de Oliveira Boléo, *Assaltos a Lixbona e Chintra em 1107-1108*, na *Revista Municipal*, Ano III, n.º 13 e 14, Lisboa 3.º e 4.º trimestres de 1942, págs. 38-39) e o de 1108 (Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga*, 2.ª Parte, Vol. II, 2.ª ed., Lisboa 1935, págs. 48-49; L. Saavedra Machado, *Expedições normandas no Ocidente da Hispania*, no *Boletim do Instituto Alemão*, Vol. III, Coimbra 1930, pág. 48, pág. 57, texto e nota 3, pág. 58, continuação da precedente nota), de forma nenhuma se podem aceitar, porque Siguefredo, que partiu da Noruega no outono de 1107, passou o primeiro inverno em Inglaterra e o segundo na Galiza (Charles Wendell David, *De expugnatione Lyxbonensi*, New York, 1936, pág. 23, nota 3); o mesmo se diga do ano 1110 (Fr. Jakhelln, *Prise du Castel de Sintra par un Roi de Norvège*, em *O Instituto*, Vol. 95.º, Coimbra, 1939, págs. 72-73), porque no verão deste ano já Siguefredo estava na Síria (B. Kugler, *História das Cruzadas*, em G. Onken, *História Universal*, Vol. IX, Lisboa, s/d, pág. 607), depois de ter permanecido algum tempo em Alcácer-do-Sal ou em Aijezur, em Njörvasund ou Gibraltar, em cada uma das quatro ilhas do arquipélago das Baleares (formentera, Iviça Maiorca e Minorca), bem como, por último, na Sicília (Adam

A região de Lisboa, mercê dos acontecimentos que no citado ano de 1109 se desenrolaram, ficou, por assim dizer, ao desamparo. Ali filho, e sucessor de Iúfefe lbn Taxfine, partira de Ceuta a 14 de Agosto, mas andava em guerra no centro da Península contra várias localidades, entre as quais Talavera, Madride e Guadalaxara (18); D. Henrique preocupava-se apenas com a «política interna» da monarquia leonesa (19), onde os partidários de D. Afonso Raimundes, neto do rei defunto, se degladiavam com os de sua mãe, D Urraca, por causa da sucessão do trono (20).

Durante o ano de 1110, nenhuma ocorrência de grande vulto modificou a situação de Lisboa, nem dos arredores. Na realidade, apenas consta que uma desprevenida hoste, a caminho de Santarém, foi dizimada por um forte contingente de muçulmanos, em *Vatalandí* (21), talvez a povoação de Valada, no actual concelho do Cartaxo, a qual se julga ter dado outrora o nome à província muçulmana de Balata (22).

Kristoffer Fabricius, *La Connaissance de la Peninsule Espagnola par les Homes du Nord*, Lisboa, 1892, págs. 8-9; sobre Njörwasund, vid págs. 4-5). Posto isto, fica somente o ano de 1109 como único possível. Esta visível coincidência entre a época da conquista de Sintra por D. Henrique e a de igual conquista por Sigüefredo, já de per si favorece a hipótese de que os dois agiram, para tal efeito, conjuntamente. O discurso de Sigüefredo perante os companheiros, aos quais afirmou que prestariam «um brilhante serviço aos cristãos» (Boléo, *Sintra* etc., n.º 5, pág. 148; Boléo, *Assaltos*, etc., pág. 38) e os agradecimentos que recebeu da cristandade. (Fabricius, *ibid.*, pág. 8), mais vêm fortalecer essa hipótese. Por outro lado, a circunstância de não ter D. Henrique assistido à morte do sogro, a sua tão repentina presença em Viseu, a consecutiva revolta dos muçulmanos de Sintra e o facto de Sigüefredo ter abandonado Lisboa depois de vencer, mas uma vez, os muçulmanos, tudo parece mostrar que D. Henrique pactuara com Sigüefredo este ajudá-lo numa tentativa a fim de se apropriar da região de Lisboa e que, no começo das operações, os dois em conjunto ainda ocuparam Sintra, mas que D. Henrique ulteriormente renunciou ao propósito de realizar aquele designio, para se consagrar exclusivamente aos problemas que o decesso do monarca leonês viera suscitar. Quem sabe, até, se D. Henrique não saíria de Toledo indisposto com Afonso VI, por este querer impedi-lo de utilizar os préstimos dos noruegueses, em vista do que sucedera na Galiza, cujo governador Sigüefredo combatera, por este lhe recusar os viveres que havia prometido. (Fabricius, *ibid.*;) É possível também que Afonso VI, prestes a finir-se, desejasse reter junto de si o genro, D. Henrique, mas que este se visse constringido a deixá-lo para cumprir o acordo provavelmente celebrado com Sigüefredo.

(18) Herculano, *loc. cit.* (9), pág. 44; Ballesteros, *loc. cit.* (2), pág. 405; González-Palencia, *La España*, etc., *loc. cit.* (2), pág. 204; Gonzaga de Azevedo, *loc. cit.* (10) pág. 79.

(19) Damião Peres, *op. cit.* (9), pág. 64.

(20) Gonzaga de Azevedo, *loc. cit.* (10), págs. 72-73.

(21) Herculano, *loc. cit.* (9), pág. 36; Damião Peres, *op. cit.* (9) págs. 63-64; Gonzaga de Azevedo, *loc. cit.* (10), pág. 79.

(22) David Lopes, *loc. cit.* (9), págs. 209 a 212; Lévi Provençal, *op. cit.* (3), pág. 118, nota 1; David Lopes, *Portugal no Tempo dos Mouros*, em *Liceus de Portugal*, n.º 2, Lisboa, Novembro de 1940, págs. 95, 98 e 100. O Prof. David Lopes, na pág. 209 daquele seu primeiro estudo, situou, por manifesto equívoco, a povoação de Valada no «concelho de Azambuja». Efectivamente, a povoação de Valada, que desde longa data fazia parte do concelho de Santarém (Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal*. Tomo IV, Lisboa, 1922, págs. 64 a 66), transitou por alvará de 10 de Dezembro de 1815, para o do Cartaxo (António Delgado da Silva, *Colec-*

Passado mais um ano, em 1111, Cir Ibne Abú Bece veio, finalmente, restaurar o governo dos almorávidas na região de Lisboa e simultaneamente aprisionou Santarém ⁽²³⁾.

A isto seguiram-se quase três decénios de relativo sossego, até que D. Afonso Henriques, em 1140, sitiou Lisboa, com o apoio de certos cruzados que haviam chegado ao rio Douro, nuns 70 navios. O assédio foi, porém, levantado sem D. Afonso Henriques ter podido tomar a cidade ⁽²⁴⁾. Por último, durante a sua famosa campanha de 1147, obteve D. Afonso Henriques, em 15 de Março, a rendição de Santarém ⁽²⁵⁾, penetrou em Lisboa no dia 25 de Outubro ⁽²⁶⁾ e conquistou Sintra pouco depois ⁽²⁷⁾, talvez nesse mês ainda ⁽²⁸⁾.

ção da Legislação Portuguesa, 1811 a 1820, Lisboa, 1825, págs. 377-378), ao qual ainda hoje pertence, com a sua freguesia (*Código Administrativo* de 31 de Dezembro de 1936, Mapa II, *loc. cit.* ⁽⁶⁾), pág. 1860; *Decreto-lei n.º 31.095*, de 31 de Dezembro de 1940, Art. 2.º, no *Diário do Governo*, I Série, n.º 303, Lisboa, 31 de Dezembro de 1940, Suplemento, pág. 1637).

⁽²³⁾ Herculano, *loc. cit.* ⁽⁹⁾, pág. 46; Roma du Bocage e Goyri, *loc. cit.* ⁽¹⁰⁾, pág. 37; Gonzaga de Azevedo, *loc. cit.*, ⁽¹⁰⁾, págs. 92, 99, 131, 132, 171, 188, 202, 215 e 216. O silêncio guardado, a respeito de Lisboa e de Sintra, pelas fontes narrativas da Espanha cristã, parece confirmar que ambas as localidades continuavam fora dos territórios cristãos; preocupadas unicamente em registar o que sucedia nesses territórios, escapava-lhes ou era-lhes indiferente o que nos dos muçulmanos acontecia.

⁽²⁴⁾ A *Crónica dos Godos* coloca em 1140 esta primeira tentativa feita por D. Afonso Henriques para se apoderar de Lisboa, mas a conhecida missiva de ou para Osberno ou Osberto ou Bawdsey ou Baldrescia (Wendell David, *op. cit.* ⁽¹⁷⁾), págs. 43 a 45; José Augusto de Oliveira, *Conquista de Lisboa aos Mouros*, Lisboa, 1936, págs. 19, 164 e 165; id., *O Cerco de Lisboa em 1147*, Lisboa, 1938, pág. 17, nota 1 e pág. 18, continuação da precedente nota) refere-se-lhe por uma forma que se tem prestado a erradas interpretações. Com efeito, nela se lê o seguinte: «Willelmus Vitulus adbus spirans minarum cedibus pyratice et Radulvus frater ejus, et omnes fere hantunenses et hastingenses cum hiis qui ante hoc quinquennium urbem Ulyxibonam obsidendam convenerant, omnes uno ora regis sponsonem accipere nichil aliud quam proditorem aiebant» (Oliveira, *Conquista*, etc., págs. 64-65 do texto latino). Esta passagem tem sido entendida como se a vaga expressão *ante hoc quinquennium* (Castilho, *loc. cit.* ⁽¹⁷⁾), pág. 102, nota 4; Oliveira, *O Cerco*, etc., pág. 37) desse a perceber que a mencionada tentativa se realizara cinco anos antes, em 1142, o que se não harmonizaria com a citada Crónica (Wendell David, *ibid.*, pág. 16; pág. 97, nota 3 e pág. 103; Oliveira, *Conquista*, etc., pág. 61, nota 1 e pág. 65; Gonzaga de Azevedo, *loc. cit.* ⁽¹⁵⁾, pág. 37, nota 1). Tal divergência, no entanto, suprime-se facilmente, se a dita expressão for traduzida mais à letra, pois *ante hoc quinquennium* significa, em rigor *antes deste quinquênio* e, por conseguinte, no presente caso, anteriormente aos quinquênios de 1145 a 1150 ou de 1142 a 1147, o que se ajusta perfeitamente ao ano marcado pela Crónica.

As baldadas tentativas de 1140 e 1109 aludiriam, talvez, o porta-voz dos muçulmanos e o Bispo do Porto, quando em 1147 recordaram as precedentes investidas que se haviam gorado, apesar de auxiliadas por estrangeiros e bárbaros (Wendell David, *ibid.*, págs. 17, 121 e 125; Oliveira, *Conquista*, etc. págs. 76 e 77).

⁽²⁵⁾ Gonzaga de Azevedo, *loc. cit.* ⁽¹⁵⁾, págs. 50 a 55.

⁽²⁶⁾ Oliveira, *O Cerco*, etc., *op. cit.* ⁽²⁴⁾, pág. 200.

⁽²⁷⁾ António A. R. da Cunha, *Cintra Pinturesca*, Nova ed., Lisboa, 1905, págs. 20 a 23; Oliveira, *Conquista*, etc., *op. cit.* ⁽²⁴⁾, pág. 108; id., *O Cerco*, etc., *op. cit.* ⁽²⁴⁾, págs. 82 e 156 a 158. Veja-se, no entanto, a favor da rendição de Sintra anterior à de Lisboa, José de Oliveira Boleó, *Sintra e seu termo*, Lisboa, 1940, pág. 150.

⁽²⁸⁾ António Pereira de Figueiredo, *Épocas da Batalha de Ourique*, na *História e Memórias da Academia Real das Sciencias*, Tomo IX, Lisboa, 1825, págs. 309 e 310

RESENHA CRONOLÓGICA

- 1093 — Ocupação de Santarém, de Lisboa e de Sintra, por Afonso VI.
1094 — Conquista de Lisboa e de Sintra pelos almorávidas.
1094/1095 — Derrota sofrida por D. Raimundo, perto de Lisboa.
1109 — Reconquista de Sintra por D. Henrique e Siguefredo; consecutiva revolta de Sintra contra D. Henrique; derrota dos muçulmanos em Lisboa, por Siguefredo.
1110 — Derrota dos cristãos em Valada (?).
1111 — Restauração do governo dos almorávidas em Sintra e Lisboa; conquista por eles de Santarém.
1140 — Frustrado cerco de Lisboa por D. Afonso Henriques.
1147 — Reconquista de Santarém, de Lisboa e de Sintra, pelo mesmo rei.

Afonso do Paço e Fausto J. A. de Figueiredo.

Transcrição da Revista Contemporânea de Cultura — *Brotéria* — de Abril de 1944 — Vol. XXXVIII — Fasc. 4.





SECÇÃO JURÍDICA

PROVIDÊNCIAS MUNICIPAIS — Posturas e regulamentos aprovados nas reuniões camarárias, editais, deliberações e despachos de execução permanente.

LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA — Leis, decretos e portarias de interesse municipal, despachos, circulares e ofícios emanados do Governo, e acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo.

BIBLIOGRAFIA

Notas relativas ao período que vai de 1 de Outubro
a 31 de Dezembro de 1940



Providências Municipais

Posturas, editais e regulamentos

1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1949

Regulamentos aprovados nas reuniões camarárias

De 22/10 — Regulamento de Concursos do pessoal da Câmara — Nova redacção da alínea b) do artigo 10.º.

* Organização dos Serviços Municipais — Nova redacção da alínea e) do artigo 19.º.

De 9/12 — Continuada em 31/12 — (extraordinária) Regulamento do trânsito.

* Organização dos Serviços Municipais.

De 22/12 — Continuada em 29/12 — Regulamento do Orçamento para o ano de 1950.

Editais

De 10/10 — Faz saber que a vacinação anti-rábica dos caninos do concelho pode ser efectuada gratuitamente nos postos de vacinação da Câmara a partir de 1/11. (*D. M. n.º 4.338, de 19/10*).

De 12/10 — Faz saber que o projecto do 2.º Orçamento Suplementar para o ano de 1949 está patente ao público durante 8 dias, como dispõe o artigo 684.º do Código Administrativo. (*D. M. n.º 4.332, de 12/10*).

De 6/11 — Faz público, nos termos do Decreto-Lei n.º 32.570, de 3/10, os locais em que no dia 13/11 funcionarão as assembleias e secções de voto.

De 29/11 — Faz público, nos termos do § 1.º do artigo 340.º do Código Administrativo, que se realizará um reunião extraordinária da Câmara no dia 9/12, às 10,30 horas, para apreciação da nova postura sobre trânsito e da reorganização dos Serviços Municipais.

Deliberações e despachos de execução permanente

1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1949

Deliberações da Câmara Municipal de Lisboa

De 20/10 — Fixando o ordenado do Vice-Presidente (§ 2.º do artigo 84.º do Código Administrativo).

* Adjudicando a Lane-Fox & C.º, Ltd. o fornecimento e montagem do material destinado ao bloco «Matança-Oficinas» do novo Matadouro Municipal de Lisboa.

* Aprovando o 2.º Orçamento Suplementar para o ano de 1949.

De 17/11 — Aprovando o «Plano de actividade da Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras para o ano de 1950».

De 22/12 — Continuada em 29/12 — Atribuindo a Medalha Municipal de Cultura Física ao Ginásio Clube Português.

* Aprovando a expropriação do prédio n.º 2 do Beco da Atafona, identificado no Decreto n.º 37.617, de 17/11, pela forma autorizada no mesmo diploma.

* Rectificando o despacho pelo qual foi adjudicada a empreitada de conservação e beneficiação dos pavimentos e esgotos da Cidade durante o ano de 1950.

* Fixando os preços médios por quilograma de carne verde para a incidência do imposto indirecto, mantendo para 1950 as taxas relativas a transporte de carnes e aprovando a tabela de taxas de aluguer de materiais e artigos nas dependências da Direcção dos Serviços de Abastecimento.

* Aprovando o Orçamento Ordinário para o ano de 1950.

Despachos do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Diário Municipal n.º 4.328, de 7/10 — Aprova as condições especiais de alienação de um lote de terreno situado na Avenida de Roma e Rua Violante do Céu, no Sítio do Alvalade, destinado à construção de um cinema.

* Aprova as condições especiais de alienação de três lotes de terreno situados na praça projectada junto à Rua Morais Soares e Avenida Jacinto Nunes destinada à construção de prédios de tipo médio.

* Aprova as condições especiais de alienação de doze lotes de terreno na Avenida de Madrid, arruamento ao longo do Caminho de Ferro e Rua Edison, destinados à construção de prédios de tipo médio.

* Aprova as condições especiais de alienação de seis lotes de terreno na Avenida Rio de Janeiro, Sítio do Alvalade, destinados à construção de casas de renda limitada (Decreto n.º 86.212, de 7/4/947).

D. M. n.º 4.336, de 17/10 — Aprova as condições especiais de alienação de um lote de terreno para fins industriais, na Zona Industrial (Avenida Infante D. Henrique); de oito lotes de terreno na Rua 59, do Sítio do Alvalade, para prédios de renda limitada; de três lotes de terreno na Avenida António José de Almeida e Rua D. Filipa de Vilhena, para prédios de tipo médio; de dezanova lotes de terreno na zona artesanal do Sítio do Alvalade; de um lote de terreno na Avenida de Roma, para cinema, teatro, ou teatro e cinema; de trinta lotes de terreno nas Ruas 56, 57 e 58, do Sítio do Alvalade, destinados a prédios de renda livre.

D. M. n.º 4.365, de 21/11 — Aprova as condições para o aluguer das barracas para venda de brinquedos na Praça Luís de Camões, na época do Natal.

* Aprova as condições para a concessão de lugares para venda de perús.

D. M. n.º 4.371, de 28/11 — Indica o vereador, tenente-coronel António Azevedo dos Reis para substituir o vereador, engenheiro José Street de Arriaga e Cunha, durante os seus impedimentos temporários, na Comissão Municipal de Trânsito.

D. M. n.º 4.383, de 14/12 — Aprova as condições especiais de alienação de seis lotes de terreno municipal, na Encosta da Ajuda, destinados à construção de moradias unifamiliares; de nove lotes na Rua 59, do Sítio do Alvalade, destinados a prédios de renda limitada, e de um lote na Rua Gorgel do Amaral, destinado a construção de um prédio de rendimento.





Legislação e Jurisprudência

I

Leis, decretos e portarias de interesse municipal

1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1949

De 3/10 — Decreto n.º 37.569 — Fixa o dia 18/11 para a eleição geral dos deputados à Assembleia Nacional.

* Decreto-Lei n.º 37.570 — Promulga a nova Lei Eleitoral. Aplica as disposições do presente decreto-lei à eleição do Presidente da República e às eleições administrativas em tudo que não estiver especialmente regulado na Lei n.º 2.015, de 28/5/946, e no Código Administrativo. Revoga as Leis n.º 3, 294, 314 e 941, os Decretos n.º 5.184 e 7.543, os Decretos-Leis n.º 34.938 e 34.968, e a Portaria n.º 3.150. (D. G., n.º 215, I Série).

De 7/10 — Decreto-Lei n.º 37.572 — Introduce alterações no art. 132.º do Código do Processo nos Tribunais do Trabalho.

* Decreto-Lei n.º 37.573 — Altera várias disposições do Código Administrativo. (D. G., n.º 216 — I Série — Rectificação no D. G. n.º 230, I Série, de 27/10).

De 8/10 — Decreto-Lei n.º 37.575 — Estabelece a distância mínima de afastamento em relação aos cemitérios ou estabelecimentos qualificados como insalubres, incómodos, tóxicos ou perigosos, dos terrenos destinados à construção de edifícios escolares — Revoga o Decreto n.º 13.337, de 25/3/927. (D. G., n.º 217, I Série).

De 11/10 — Decreto-Lei n.º 37.578 — Regula a isenção do imposto sobre sucessões e doações e de sisa pelas transmissões de imobiliário por título oneroso. (D. G. n.º 219, I Série).

Do Ministério do Interior — Portaria de 13/10 — Nomeia Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Luís Pastor de Macedo. (D. G. n.º 239, II Série, de 14/10).

De 18/10 — Decreto-Lei n.º 37.585 — Estabelece que, para efeito da eleição dos deputados à Assembleia Nacional, os eleitores munidos de certidão a que se refere o art. 59.º do Decreto-Lei n.º 37.570, de 3/10/949, só podem ser admitidos a votar em qualquer assembleia ou secção de voto do círculo eleitoral por cuja área se encontrem recenseados. (D. G. n.º 225, I Série).

Do Ministério do Interior — *Portarias de 13/10* — Autoriza a Câmara Municipal de Lisboa a vender, com dispensa de hasta pública, várias parcelas de terreno situadas no Sítio de Alvalade, à Sociedade Cooperativa «O Lar Familiar», Sociedade Nacional de Fomento Mobiliário, Cooperativa de Moradias Económicas, e Cooperativa O Problema da Habitação, destinados à construção de casas de renda limitada para os seus sócios. (*D. G. n.º 243, II Série, de 19/10*).

De 14/10 — *Decreto-Lei n.º 37.552* — Extingue em 31/10 a Comissão de Fiscalização dos Levantamentos Topográficos Urbanos, criada pelo Decreto-Lei n.º 29.091 e transfere os seus serviços para a Direcção Geral dos Serviços de Urbanização. — Revoga o citado Decreto-Lei e os arts. 7.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 33.921 (*D. G. n.º 222, I Série*).

De 5/11 — *Decreto n.º 37.597* — Designa o dia 20 do corrente para a eleição de Procuradores à Câmara Corporativa em representação das Misericórdias, autarquias locais e federações desportivas. (*D. G. n.º 235, I Série*).

De 17/11 — *Decreto n.º 37.617* — Autoriza a Câmara Municipal de Lisboa a expropriar, por utilidade pública urgente, um prédio de habitação, situado na cidade de Lisboa, cuja demolição se torna indispensável para a conclusão do novo mercado do Chão do Loureiro.

* *Decreto-Lei n.º 37.618* — Concede ao pessoal cujo salário diário, nos termos do Decreto n.º 5.590, de 10/5/919, tenha sido abonado relativamente a todos os dias do ano, incluindo domingos e feriados, o direito a que a pensão de aposentação lhe seja calculada com base no abono correspondente aos mesmos dias. (*D. G. n.º 245, I Série*).

Do Ministério do Interior — *Portaria de 9/12* — Autoriza a Câmara Municipal de Lisboa a alenar com dispensa de hasta pública, ao Grémio dos Armazenistas de Mercadoria, vários lotes de terreno no Sítio de Alvalade, destinados à construção de casas de renda económica. (*D. G. n.º 289, II Série, de 15/12*).

De 19/12 — *Decreto-Lei n.º 37.666* — Aprova a organização dos serviços de registo e notariado. (*D. G. n.º 268, I Série*).

De 28/12 — *Lei n.º 2.088* — Autoriza o Governo a cobrar durante o ano de 1950 as contribuições e impostos e demais rendimentos e recursos do Estado indispensáveis à sua administração financeira, de harmonia com as leis reguladoras da respectiva arrecadação e a aplicar o seu produto às despesas legalmente inscritas no orçamento geral do Estado decretado para o mesmo ano. (*D. G. n.º 276, I Série*).

De 30/12 — *Decreto-Lei n.º 37.702* — Adita novas disposições aos artigos n.º 262.º e 325.º do Código do Registo Civil, aprovado pelo Decreto n.º 22.018, de 22/12/932. (*D. G. n.º 278, I Série*).

* *Decreto n.º 37.715* — Regula a cobrança das receitas e fixa as despesas do Estado para o ano de 1950. (*D. G. n.º 278, Suplemento, I Série*).

II

Despachos, circulares e ofícios emanados do Governo

1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1949

2) — Circulares

a) — Da Direcção Geral de Administração Política e Civil

De 9/10, n.º L — 1/11, L.º 3-A, 2.ª Rep. — Comunica que o Sub-secretário de Estado das Finanças, por despacho de 3/10, esclareceu que desde que o art. 57.º do Decreto-Lei n.º 37.313, de 21/2/949, manda apenas apresentar os documentos na secretaria, sem estabelecer que a licença anterior — na hipótese do § 1.º do mesmo art. 57.º — deva ficar arquivada com o requerimento, não há lugar, quanto a ela, à exigência do selo a que se refere o art. 89.º da Tabela.

De 18/10, N.º S-1/1, L.º 4-A, 2.ª Rep. — Está entendido pelo Ministério das Finanças que é devida contribuição industrial relativa aos emolumentos que, por virtude do disposto no corpo do art. 533.º do Código Administrativo, passaram a constituir receita municipal.

É, no entanto, fora de dúvida que não está sujeita a tal contribuição a parte emolumentar que sempre pertenceu à Câmara, bem como a parte das custas dos processos de execução fiscal, também pertencente à Câmara. Pela dedução indevida da contribuição industrial, podem os chefes de secretaria vir a ser responsabilizados.

De 12/11, N.º N-6/4, L.º 3-A, 2.ª Rep. — Quanto ao selo devido pelas licenças de porta aberta de hotéis, pensões, casas de hóspedes, hospedarias e semelhantes, emitiu esta Direcção-Geral o parecer de que, tratando-se de estabelecimentos que, pela sua própria natureza, funcionam sem sujeição a horário, não devem considerar-se abrangidos pelo n.º III do art. 105.º da Tabela Geral de Impostos do Selo, nem ainda pelos arts. 106.º e 107.º da mesma Tabela, sendo-lhes apenas aplicado o imposto dos n.ºs VII e VIII do referido art. 105.º No mesmo sentido se pronunciou a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, cuja informação mereceu a concordância de Sua Ex.ª o Subsecretário de Estado das Finanças, por despacho de 3 do corrente.

De 14/11. N.º F-4/6, L.º 3-A, 2.ª Rep. — No processo de visita de inspecção aos serviços de contabilidade, orçamento e tesouraria da Câmara Municipal de foi evidenciada a necessidade de se definirem as atribuições de fiscalização por parte do chefe da secretaria das Câmaras, na hipótese de na tesouraria privativa funcionarem cumulativamente as tesourarias de zonas de turismo e de serviços municipalizados.

Relativamente às zonas de turismo administradas pelas juntas, o problema não tem interesse, visto os serviços de secretaria e tesouraria funcionarem independentemente dos das câmaras municipais.

Quanto às zonas de turismo administradas pelas câmaras, a competência do chefe da secretaria para fiscalizar a responsabilidade do tesoureiro é tão evidente, que não carece ser demonstrada. E porque os serviços de contabilidade e tesouraria das zonas de turismo têm escrita diferente das câmaras, fácil é ao chefe da secretaria exercer essa fiscalização. Apenas consideramos conveniente a existência de um cofre independente, ou, pelo menos, que o dinheiro seja guardado e conservado à parte, e depositado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência numa conta subordinada ao título «Câmara Municipal de — Zona de Turismo».

Ficou, assim, o problema para ser apreciado com relação apenas aos serviços municipalizados.

Estudado o assunto nesta Direcção-Geral, chegou-se à conclusão de que, competindo ao chefe da secretaria «fiscalizar a responsabilidade do tesoureiro» e «assistir no fim de cada ano económico e sempre que o julgue conveniente, à verificação das operações de receita e despesa e contagem dos fundos em cofre» (art. 187.º, n.º 13.º, do Código Administrativo, e art. 2.º, n.º 1.º, do Decreto n.º 22.521, de 13/5/1939), ainda mesmo que na tesouraria da Câmara funcione cumulativamente a tesouraria dos serviços municipalizados, nenhuma outra entidade pode substituir-se ao chefe da secretaria na sua acção fiscalizadora.

Assim e quanto à forma de exercer a fiscalização se fixam, com a concordância da Inspecção-Geral de Finanças, as normas que a seguir se inumeram, sem prejuízo de o chefe da secretaria poder solicitar aos serviços municipalizados quaisquer elementos que, para o efeito, lhe pareçam necessários:

1.ª — As operações de receita e despesa dos serviços municipalizados a efectuar nas tesourarias, executar-se-ão em livros e impressos distintos dos das câmaras, nos termos e segundo os modelos aprovados pelo Decreto n.º 22.521.

2.ª — Do livro «Caixa» extrairá o tesoureiro, diária e quinzenalmente, e em duplicado, o balancete a que alude o § 4.º do art. 33.º do Decreto n.º 22.521, entregando-os ao chefe da secretaria que, por vez, remeterá um exemplar, depois de por ele verificado, ao conselho de administração dos serviços municipalizados.

3.ª — Os respectivos fundos deverão ser arrecadados em cofre diferente, ou, quando isso não seja possível, em compartimento separado, e depositados, os que não tenham imediata aplicação, em conta própria na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

4.ª — Os documentos de despesa, sem prejuízo do visto do director-delegado dos serviços municipalizados, deverão ser visados pelo chefe da secretaria da Câmara, com o fim de o habilitar a exercer efectivamente a fiscalização diária que lhe incumbe, da movimentação e existência dos fundos à guarda do tesoureiro municipal.

5.ª — Na secretaria da Câmara existirá um livro do modelo 9, para a conta de responsabilidade do tesoureiro em dinheiro, documentos de cobrança, receita eventual e documentos de despesa dos serviços municipalizados.

6.ª — Para escrituração deste livro entregará o tesoureiro ao chefe da secretaria da Câmara, no fim de cada mês, os seguintes elementos:

- a) Uma nota de débitos, realizados durante o mês, de documentos de cobrança virtual, com indicação dos rendimentos a que respeitam;
- b) Um resumo da relação de cobrança, de onde conste, separadamente, a importância global da receita virtual e da receita eventual, arrecadadas durante o mês;
- c) Uma nota das anulações de documentos de cobrança virtual efectuados durante o mês, discriminada conforme a proveniência das dívidas;
- d) Uma nota da importância global dos pagamentos efectuados durante o mês, extraída do respectivo livro de registo.

7.ª — Todos os impressos e livros necessários serão fornecidos pelos serviços municipalizados.

8.ª — A fiscalização a exercer pelo chefe da secretaria não prejudica a competência do Conselho de Administração dos serviços municipalizados para, mensalmente, conferir a tesouraria no que propriamente se refira aos mesmos serviços.

Tal conferência, porém, só poderá fazer-se com a presença do chefe da secretaria da câmara ou de quem o substitua.

* N.º O-1/2, L.º 4-A, 2.ª Rep. — Em cumprimento do despacho ministerial de 9 do corrente, exarado no processo de visita de inspecção administrativa à Câmara Municipal de, e afim de pôr termo às dúvidas existentes, comunica, para conhecimento das juntas de freguesia, o seguinte:

As comissões paroquiais de assistência são constituídas pela própria junta de freguesia, assistidas pelo presidente da assembleia-geral da Casa do Povo, pelo pároco e pelo professor. Assim, não poderá dizer-se que foram subtraídas às juntas de freguesia as atribuições do n.º 2.º do art. 263.º e do art. 254.º do Código Administrativo, que o art. 78.º do Decreto-Lei n.º 35.108, de 7 de Novembro de 1945, declara pertencerem às comissões paroquiais de assistência. O que sucede é que a junta de freguesia, ao exercer tais atribuições, passou a ser assistida pelas referidas entidades.

Quanto à passagem de certidões do cadastro dos pobres e indigentes, mantém-se em pleno vigor o regime do Código Administrativo, resultante dos §§ 6.º e 7.º do art. 356.º e dos n.ºs 2.º e 3.º do art. 263.º

Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo

Publicados de 1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1949

De 19/3/48 — O despacho constitui mero acto preparatório do processo disciplinar, na parte em que mandou proceder ao inquérito ou prosseguir nele quanto ao agora recorrente, e não passou de uma medida preventiva, na parte restante (Professor Marcelo Caetano, *Manual de Direito Administrativo*, 1.ª edição, p. 474; *Revista de Legislação e Jurisprudência*, 67.º, p. 70).

Em tais condições, o despacho recorrido não é susceptível de recurso contencioso, por a sua legalidade só poder ser apreciada no recurso que viesse a ser interposto da decisão final, a profirir no respectivo processo administrativo, conforme já foi decidido em acórdãos de 8 de Julho de 1938 e 16 de Julho de 1943 (Colecções respectivas, a pp. 1032 e 500); e, na verdade.

Para este Supremo Tribunal pode recorrer-se de actos definitivos e executórios, mas não de actos preparatórios, como sempre se tem entendido (Acórdãos de 5 de Novembro de 1937, 4 de Novembro de 1938 e 13 de Outubro de 1939, nas Colecções respectivas, a pp. 288, 1.333 e 782, etc.; Decreto n.º 18.017, artigo 1.º). (*D. G. n.º 232, II Série, 6/10*).

De 22/3 — A nomeação para o lugar questionado era, por ser a primeira, de livre escolha do Ministro, de harmonia com o disposto no art. 46.º do Decreto-Lei n.º 35.943, de 14 de Novembro de 1946.

A circunstância de a entidade nomeante haver ordenado a abertura do concurso documental para o competente provimento não fazer cessar o seu poder discricionário, visto a vinculação provida da lei, e não de acto do titular do respectivo direito.

Demais, as normas regulamentares de um concurso aberto por simples determinação administrativa não constituem preceitos legais cuja inobservância legitime o recurso contencioso. (*D. G. n.º 230, II Série, de 3/10*).

De 8/4 — O artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 23.185, de 20 de Outubro de 1933, fixando a competência do Supremo Tribunal Administrativo no julgamento dos recursos das decisões proferidas em processos disciplinares, veda a este Tribunal conhecer da gravidade da pena aplicada e da existência material das faltas imputadas ao arguidos, salvo quando se alegue desvio de poder ou quando a lei fixe expressamente quer a pena, quer as condições de existência da infracção.

Ora, no caso dos autos não só se não alegou desvio de poder nem se articularam factos em apoio dessa arguição, como também não era hipótese em que a lei fixasse a pena ou os elementos constitutivos da infracção.

O artigo 439.º do Decreto n.º 5.786 diz apenas que as infracções nele indicadas são «especialmente» determinantes das penas dos n.ºs 8.º e 9.º do artigo 422.º

Se por um lado menciona duas penas, por outro lado a expressão «especialmente» e o seu texto revelam a todas as luzes que a enumeração é simplesmente exemplificativa e que se não estabeleceram as condições de existência da infracção.

Consequentemente, não compete a este Supremo Tribunal avaliar da prova produzida no processo disciplinar. (*D. G., n.º 262, II Série, de 11/11*).

De 22/4 — A arguição de nulidade absoluta da deliberação impugnada, baseia-se na falta de aprovação dessa deliberação pelo conselho municipal e, como se infere no desenvolvimento da sua alegação, classifica-a de estranha às atribuições do corpo administrativo, nos termos e para os efeitos do artigo 363.º, n.º 1.º e § único, do Código Administrativo.

Tal arguição, porém, é infundada.

Se a deliberação carece de aprovação tutelar é porque foi tomada dentro da competência assinalada às Câmaras Municipais e, uma vez que o exercício dessa competência se destina sempre ao desempenho de atribuições (Código Administrativo, artigo 51.º), é evidente que o exercício desse poder não podia ser estranho às atribuições da Câmara.

Se é certo que o carácter não executório da deliberação pode prejudicar o conhecimento da extemporaneidade, também não é menos certo que, encarada a questão ao invés — e nada se opõe a esta inversão — ,teríamos então a possibilidade de ver prejudicada a apreciação sobre a não executoriedade, em virtude da solução dada à extemporaneidade.

Na terminologia do contencioso administrativo o recurso anteposto de deliberação que não é executória denomina-se «manifestamente ilegal», sendo motivo para indeferimento *in limine* da petição, e idêntica sanção sofre o recurso apresentado fora do tempo (Cf. Código Administrativo, artigo 383.º, e Prof. Dr. Marcelo Caetano, *Manual*, 1.ª edição, p. 644).

A extemporaneidade e a ilegalidade do recurso, se não provocaram o indeferimento *in limine*, tomam a natureza de excepções dilatórias e pode delas conhecer-se no despacho saneador, por isso que se não devem considerar definitivamente arrumadas as questões que podiam ser motivo de indeferimento *in limine* (Código do Processo Civil, § 2.º do artigo 483.º, *ex vi* do artigo 862.º, do Código Administrativo).

Mas para as aludidas excepções, ao contrário do que sucede com as relacionadas no artigo 293.º do *Código de Processo Civil*, não há disposição legal estabelecendo a ordem por que devem ser apreciadas (*Código do Processo Civil*, artigo 660.º), de sorte que, atendendo à disposição por que aparecem designadas no citado artigo 383.º e atendendo a que é questão suscitada nas conclusões da alegação da Junta recorrente, em virtude do despacho proferido na primeira instância, deve naturalmente atribuir-se preferência à extemporaneidade. (*D. G. n.º 264, II Série, de 14/11*).

De 15/7 — O recorrente acumula com o lugar de professor do ensino técnico profissional, o exercício das profissões liberais de advogado e perito contabilista, cumprindo por isso decidir se o limite de 1.000\$00 mensais, estabelecido no § único do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 32.688, de 20 de Fevereiro de 1943, que instituiu o regime do abono de família, é ou não de aplicar ao seu caso;

Este preceito dispõe que «os funcionários que acumulam cargos do Estado, que desempenharem funções dos corpos administrativos e nos organismos corporativos e de coordenação económica ou que exercerem profissão liberal ou qualquer outra actividade lucrativa não terão direito ao abono se das referidas acumulações perceberem mais de 1.000\$00 ou se por tal facto estiverem colectados em imposto suplementar, salvo se num e noutro caso, e na hipótese da primeira parte do corpo deste artigo, for superior a cinco o número de filhos a seu cargo»;

O recorrente entende que só para o caso previsto na última parte do parágrafo (exercício cumulativo de profissões liberais ou de qualquer outra actividade lucrativa com um cargo público) é que se aplica o critério de o funcionário estar ou não tributado em imposto suplementar para se lhe negar ou conceder o abono de família.

Porém, não obstante o emprego da expressão «ou se por tal facto estiverem colectados em imposto complementar», tem de interpretar-se o referido preceito no sentido de o abono não ser devido quando o funcionário, acumulando o seu cargo com o exercício de profissões liberais, aufera destas mais de 1.000\$00 mensais, posto que não pague imposto suplementar; porquanto,

Sendo devido o imposto suplementar da classe A, nos termos da alínea *b*) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 31.127, de 5 de Fevereiro de 1941, só no caso em que, havendo acumulação, o vencimento principal seja superior a 60.000\$00 anuais, quis-se prevenir, no falado preceito do § único do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 32.688, a hipótese de um funcionário receber mais de 1.000\$00 mensais do exercício de uma profissão liberal sem que, contudo, esteja sujeito ao pagamento do imposto suplementar.

Este Supremo Tribunal já em caso semelhante ao dos autos decidiu, embora implicitamente, que o preceito em questão é de aplicar ao funcionário do Estado que acumule o seu cargo com o exercício de profissão liberal (Acórdão de 18 de Janeiro de 1946, na *Colecção de Acórdãos*, vol. XII p. 57); (*D. G. n.º 241, II Série, de 17/10*).

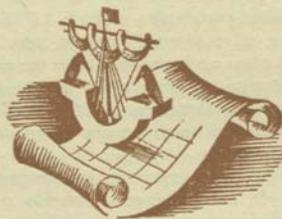
De 22/7 — Se é admissível a rectificação da data do registo de entrada quando outro acto oficial indique data diferente, não menos admissível é a rectificação de ambas as datas quando, como no caso de autos, se prove da maneira evidente que ambas elas são inexactas; pois,

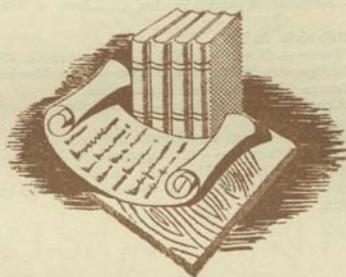
A isso não obstem os artigos 530.º e 621.º do Código de Processo Civil, como não obstem à anulação baseada em erro, dolo, simulação ou coacção, conforme os princípios gerais de direito; Um destes princípios está consignado no artigo 665.º do Código Civil, aplicável sempre que, por lapso, falta de atenção ou precipitação, se comete qualquer inexactidão material ou erro de escrita ou de cálculo;

Em tais condições, a alteração das datas verdadeiras, sem ter havido «viciação» nem «fraude», não prejudica a validade dos actos e «só dá direito à sua rectificação», para que a manifestação da vontade corresponda à verdade real;

Até os erros de escrita ou de cálculo, quaisquer inexactidões materiais, devidas a omissão ou lapso manifesto que haja nas sentenças, podem ser corrigidos por simples despacho (*Código de Processo Civil*, artigos 666.º e 667.º); e, por isso,

Em face da prova constante dos processos apensos, devia ter sido rectificada tanto a data dos recibos nos referidos papéis como a data do registo de entrada destes na Secção de Finanças; (*D. G. n.º 241, II Série, de 17/10*).





BIBLIOGRAFIA

Registo de publicações com interesse municipal entradas na Biblioteca Central

1 de Outubro a 31 de Dezembro de 1949

Em Outubro:

Câmara Municipal de Angra do Heroísmo — Relatório da Gerência de 1948.
Câmara Municipal de Évora — Serviços Municipalizados — Relatório e contas de 1948.
Metropolitano de Lisboa — Estatutos.
Lisboa Oito Séculos de História — Fascículo VIII — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
Lei Eleitoral — Decreto-Lei n.º 37.750 — (Coimbra Editora, Ltd.ª).
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 699 a 702 — Setembro de 1949.
Revista Municipal — N.º 88 — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
Diário Municipal — N.ºs 4.298 a 4.323 — Câmara Municipal de Lisboa.

Em Novembro:

Câmara Municipal de Matosinhos — Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento — Relatório e contas de 1948.
Anuário da Direcção-Geral da Administração Política e Civil — 37.º ano — 1944.
Câmara Municipal do Entroncamento — Código de Posturas — 1944.
Câmara Municipal de Alenquer — Relatório da Gerência de 1948.
Lei Eleitoral, anotada por *José Gaspar da Cruz Filipe*.
Revista Municipal — N.º 89 — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
Câmara Municipal de Lisboa — 2.º Orçamento suplementar ao ordinário para 1949.
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 703 a 707 — Outubro de 1949.
Lisboa Oito Séculos de História — Fascículos IX e X — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
A cidade de Évora — Boletim da Comissão Municipal de Turismo — N.ºs 17-18 — Ano VI — Março-Junho de 1949.
Habitações económicas, por *L. Cardoso Torres*.

Câmara Municipal de Vila Verde — Serviços Municipalizados — Relatório e contas de 1947.
Nódoas de Lisboa — Reimpressões I — Empresa da Revista 1640.
Legislação sobre trânsito, por *José Salgado*.
Diário Municipal — N.ºs 4.324 a 4.347 — Câmara Municipal de Lisboa.
Verbetes — Índice de legislação dos corpos administrativos, editados por *J. D. Pessoa Simões*.

Em Dezembro:

Câmara Municipal de Penafiel — Serviços Municipalizados de Água e Electricidade — Relatório e contas de 1948.
Junta de Província do Minho — Relatório de 1949.
Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 708 a 711 — Novembro de 1949.
Câmara Municipal da Anadia — Código das Posturas e Regulamentos Municipais.
Revista Municipal — N.º 40 — Câmara Municipal de Lisboa.
Contribuição para o estudo da aplicação da contabilidade à administração pública, por *A. Rodrigues de Oliveira* — Separata da *Revista Municipal*.
Lisboa e o Tejo, por *Joaquim Leitão* — Separata da *Revista Municipal*.
A Freguesia de Santiago, por *Ferreira de Andrade* — 2.º volume — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
Diário Municipal — N.ºs 4.348 a 4.373 — Câmara Municipal de Lisboa.
Do Sítio do Restelo e das suas Igrejas de Santa Maria de Belém, por *Mário de Sampaio Ribeiro* — Publicação da Academia Portuguesa de História.

Revistas:

Revista de Legislação e Jurisprudência:

Ano 81.º — N.ºs 2.895 a 2.899 — Ano 82.º — N.ºs 2.900 a 2.908.

Boletim do Ministério da Justiça:

N.º 14 — Setembro de 1949.

Revista da Ordem dos Advogados:

N.ºs 3-4 — 1947.





ÍNDICE GERAL DA «REVISTA MUNICIPAL» (DESDE OS N.ºS 36 A 43)

ANOS DE 1948 E 1949

Designação	Números	Páginas
A		
Administração pública (<i>Vide Contribuição para o estudo da aplicação da Contabilidade à</i>		
Alberto Pimentel	40	25/28
Alfama (<i>Vide Tradição lisboeta que revive (Uma) — Os tronos a Santo António</i>)		
Aniversário do Presidente da República	43	52-AB
Anotações toponímicas	58	19/23
Antologia de Lisboa		
Aquarelas de Lisboa — (do jornal «A Manhã», do Rio de Janeiro, de 7/2/943	56	42-AB
Sete Colinas... Sete Pecados... (In: «Panorama», n.º 18, vol. 3.º — Dezembro	56	42-AB
de 1943 — págs. 20 a 22)		
Júlio Verne em Portugal — Original fornecido pelo ilustre director do Instituto	56	42-AB
Francês		
Lis... Ótima — Do livro «O meu Portugal», Guilherme de Almeida, São Paulo,	58	51
1933, Companhia Editora Nacional		
Ruas de Lisboa — do livro «O meu Portugal», Guilherme de Almeida, São Paulo,	58	51
1933, Companhia Editora Nacional)		
Grandeza de Lisboa — Artigo publicado no jornal «A Verdade», de 6/5/989	58	51
A Sedução de Lisboa — Cópia extraída da «Ilustração Portuguesa» — Empresa do	40 III	41
Jornal «O Século» — 2.ª Série — 7.º vol. — 1909 — Págs. 124 a 128	41	32-AB
A Conquista de Lisboa em 1147	42	65-AB
Rectificação		
Os antecedentes da Conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques — Transcrição		
da Revista Contemporânea de Cultura «Brotéria» — de Abril de 1944 —		
Vol. XXXVIII — Fasc. 4	43	57
António Enes (<i>Vide (A) lição de</i>)		

Designação	Números	Páginas
B		
Baile dos Quintalinhos (<i>Vide Poemas de Lisboa</i>)		
Bailes Reais (<i>Vide Banquetes e</i>)		
Bairro Alto (<i>Vide Tradição lisboeta que revive (Uma) — Os tronos a Santo António</i>)		
Balanço da Representação Municipal na Feira Popular de Palhavã	42	58-ABCD
Banquetes e Bailes Reais	37	41/44
Bibliografia (<i>Vide Secção Jurídica</i>)		
C		
Campo Grande (<i>Vide Grandes obras cidadinas (As)</i>)		
Cancioneiro de Lisboa		
No Chiado (Do livro «A Musa em Férias»	36	51/53
Num bairro moderno (transcrição do livro «Cesário Verdes, Lisboa, 1926»	39	34/35
Modos de dizer (transcrição do livro «Ditames e ditérios» — Glosas em verso de «Ditados ou dizeres comuns»	39	36/37
Casa dos Mirandas na Rua das Flores (A)	40	29/38
Cavalhadas (<i>Vide Torneios — touradas e</i>)		
Conferências		
Gente de Coimbra ao serviço de Lisboa	37	45/54
Lisboa e o Tejo	38	5/12
Lisboa 1899	43	5/16 e 43/52
Monsanto — A Paisagem e o Espírito	41	5/10
Vida em Lisboa (A)	37	5/14
Ultramar na toponímia de Lisboa (O)	41	11/17
Congresso das Capitais realizado em Paris (<i>Vide Notas sobre o</i>)		
Conquista de Lisboa aos Mouros (<i>Vide Um quadro da</i>)		
Contribuição para o estudo da aplicação da Contabilidade à Administração Pública {	37	57/65
Convento de São João de Deus (<i>Vide Notas sobre o Hospital Real Militar no</i>)	38	59/64
D		
Dom Sebastião (El-rei) (<i>Vide Flechas de</i>)		
Donde veio o nome de Lisboa?	42	5/21
E		
Escola de Guias (Uma)	36	35/37
Esta palavra «Lisboa»	40	23/28
F		
Fado sem tom (<i>Vide Poemas de Lisboa</i>)		
Feira de Lisboa (A)	41	27/29
Feira Popular de Palhavã (<i>Vide Balanço da Representação Municipal na</i>)		

Designação	Números	Páginas
Comemorações do 802.º aniversário da Tomada de Lisboa aos Mouros (As)	43	42-4B
Flechas de El-Rei D. Sebastião (As)	39	31/33
Frigorífico do Novo Matadouro Municipal (<i>Vide Grandes Problemas de Lisboa — Os</i>)		
G		
Gente de Coimbra ao serviço de Lisboa Conferência proferida na Casa de Coimbra em Lisboa, a 24 de Julho de 1947	37	45/54
Grandes obras citadinas — Campo Grande (As)	36	12/18
Grandes Problemas de Lisboa — O Frigorífico do Novo Matadouro Municipal	37	25/36
H		
Hospital Real Militar no Convento São João de Deus (<i>Vide Notas sobre o</i>)		
Hospitais Militares de Lisboa (<i>Vide Notas sobre os</i>)		
L		
Legislação e Jurisprudência (<i>Vide Secção Jurídica</i>)		
Lição de António Enes (A) Palavras proferidas quando da inauguração, em 16/8/948, da lápida mandada colocar no prédio da Rua da Madalena, 25, para comemorar o primeiro centenário do nascimento do político e colonialista	38	15/18
«Linha da Graça» e a «Varanda de Alfama» (A)	39	5/1
Lisboa		
Para as minhas memórias de	36	5/10
Campo Grande	36	12/18
Tomada (A) de — aos Mouros	36	19/22
Terceira freguesia Católica (A) de — e a sua sede	36	23/32
— ao Amanhecer	36	33/34
Escola de Guias (Uma)	36	33/37
Notas sobre os Hospitais Militares de	36	38/42
Chiado (No) — transcrição do livro «A Musa em Férias»	36	51/53
Vida (A) em	37	5/14
— no Cancioneiro Ribatejano	37	15/20
Grandes Problemas de — O Frigorífico do Novo Matadouro Municipal	37	25/36
Gente de Coimbra ao serviço de	37	46/54
— e o Tejo (conferência proferida em 24/10/947, na C. M. L.)	38	5/12
Inauguração da lápida mandada colocar no prédio da Rua da Madalena, 25, para comemorar o primeiro centenário do nascimento do político e colonialista António Enes	38	13/18
Anotações toponímicas	38	19/23
Notas sobre o Hospital Real Militar no Convento de São João de Deus	38	25/46
«Linha da Graça» e a «Varanda de Alfama» (A)	39	5/10
Vida e Ecos de	39	11/15
Santa Catarina, terceira freguesia cristã de —?	39	16/18
Esta Palavra —	40	5/22
Alberto Pimentel	40	23/28
Casa dos Mirandas na Rua das Flores (A)	40	29/38
.....	40	39/40
Poemas de —	41	31/32
.....	42	59/60

Designação	Números	Páginas
Monsanto — A Paisagem e o Espírito	41	5/10
Ultramar na Toponímia de (O) de —	41	11/17
Tradição lisboeta que revive — Os tronos a Santo António (Uma)	41	19/25
— no 2.º Quartel de Seiscentos	41	26
Feira de (A) —	41	27/29
Donde veio o nome de —	42	5/21
Visita do Presidente do Conselho Municipal de Paris, a —	42	22-A
Quem não viu —	42	40
Na reconstrução de —	42	22
<i>Antologia de — (Vide Antologia de Lisboa)</i>		
Praça da Figueira que acabou e aquela que a antecedeu (A)	42	23/26
Quadro da Conquista de Lisboa aos Mouros (Um)	42	61/63
Património Monumental e Artístico (O) de —	42	47/58
Visita do Generalíssimo Francisco Franco, a —	43	17/32
Rua da Palma	43	33/42
Aniversário do Presidente da República	43	52-AB
Novas estações pré-históricas dos arredores de —	43	53/56
Balanço da Representação municipal na Feira Popular de Pólvora	42	58-ABCDEE
Lisboa 1899		
Conferência proferida no Salão Nobre dos Paços do Concelho na dia 25 de Outubro de 1949	43	5/16 e 43/58
M		
Madragoa (<i>Vide Uma tradição lisboeta que revive — Os tronos a Santo António</i>)		
Maio Mensageiro (<i>Vide Poemas de Lisboa</i>)		
Milagre de Santo António (<i>Vide Cancioneiro de Lisboa</i>)		
Monsanto — A Paisagem e o Espírito	41	5/10
Mouraria (<i>Vide Uma tradição lisboeta que revive — Os tronos a Santo António</i>)		
N		
Notas sobre o Congresso das Capitais realizado em Paris	39	19/28
Notas sobre o Hospital Real Militar no Convento de São João de Deus	38	25/46
Notas sobre os hospitais militares de Lisboa	36	38/42
Novas estações pré-históricas dos arredores de Lisboa	43	53/56
O		
Onde a terra se acaba e o mar começa	38	24
«Olisiponensis» em terras de Espanha (Uma)	37	21/24
P		
Para as minhas memórias de Lisboa	36	5/10
Património Monumental e Artístico de Lisboa (O)	42	47/58
Peditório para as Almas Santas	39	29/30
Plano audacioso (Um)	40	33/38
82 Poemas de Lisboa:		
Fado sem tom	40	39/40
Maio Mensageiro	41	31/32
Baile dos Quintalinhos	42	58/59
Praça da Figueira que acaba e aquela que a antecedeu (A)	42	23/26

Designação	Números	Páginas
Presidente do Conselho Municipal de Paris a Lisboa (Visita do)	42	22-À
Providências Municipais (<i>Vide Secção Jurídica</i>)		
Q		
Quadro da Conquista de Lisboa aos Mouros (Um)	42	61/65
Quem não viu Lisboa... (da obra: «Calendário de Lisboa» — Versos de Silva Tavares)	42	46
R		
Reconstrução de Lisboa (Na) (da obra de «Pina Manique», por F. A. Oliveira Martins — Prémio Municipal Júlio de Castilho — 1948	42	22
Rua das Flores (<i>Vide Casa dos Mirandas (A) na</i>)		
Rua da Madalena (<i>Vide Lição de António Ennes (A)</i>)		
S		
Sala do Risco (A)	42	27/45
Santa Catarina, terceira freguesia cristã de Lisboa?	39	16/18
Santo António (<i>Vide Uma tradição lisboeta que revive — Os tronos a</i>)		
Santo António — (<i>Vide milagre de</i>)		
Secção Jurídica		
Providências Municipais	36 37 38 39 40 41 42 43 36 37 38	57/59 67/68 65/66 41/42 47/48 43/44 67/68 69/70 60/68 69/74 67/74
Legislação e Jurisprudência	39 40 41 42 43 36 37 38	43/46 49/54 45/50 69/74 71/76 69/71 75/76 71/76
Bibliografia	39 40 41 42 43	47/48 55/56 51/52 75/76 57/65
Contribuição para o estudo da aplicação da Contabilidade à Administração Pública	37/38	77/78 e 59/64
T		
Tejo — (<i>Vide Lisboa e o</i>)		
Terceira Freguesia Católica de Lisboa e a sua sede (A)	36	23/32
Tomada de Lisboa aos Mouros (A)	36	19/22

Designação	Números	Páginas
Toponímia de Lisboa (<i>Vide O Ultramar na</i>)		
Torneios — toiradas e cavalhadas	38	47/50
Tradição lisboeta que revive — Os tronos a Santo António (Uma)	41	19/25
Tronos a Santo António (<i>Vide Uma tradição lisboeta que revive — Os</i>)		
U		
Ultramar na toponímia de Lisboa (O) Palestra integrada na semana das Colónias e lida em sessão promovida pela C. M. L. a 6 de Maio de 1949	41	11/17
V		
«Varanda de Alfama» (<i>Vide A «Linha da Graça» e a</i>)		
Vida e Ecos de Lisboa	39	11/15
Vida em Lisboa (A) Conferência proferida no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em 6 de Outubro de 1947	37	5/14
Visita a Lisboa do Generalíssimo Francisco Franco (A)	43	17/32
Visita do Presidente do Conselho Municipal de Paris, a Lisboa (A)	42	22-A



ÍNDICE DOS COLABORADORES

Designação	Números	Páginas
A		
Amaral — Vasco Botelho do (Dr.) Anotações toponímicas	38	19/23
Araújo — Norberto de A Praça da Figueira que acaba e aquela que a antecedeu	42	23/26
B		
Barros — Joaquim Macedo de (Dr.) Secção Jurídica — Legislação e Jurisprudência (Em todos os números).		
C		
Conde de Oxenstierna (sueco) Lisboa no 2.º Quartel de Seiscentos	41	26
Correia — A. A. Mendes (Dr.) Donde veio o nome de Lisboa?	42	5/21
Cortez — F. Russell (Dr.) Uma «Olisiponensis» em terras de Espanha	37	21/24
Cunha — Alfredo da (Dr.) Modos de Dizer (transcrição da poesia inserta no livro «Ditames e Ditérios» — glosas em verso de «Ditados ou dizeres comuns»)	39	36/37
D		
Dias — Jaime Lopes (Dr.) Uma tradição lisboeta que revive — Os tronos a Santo António	41	19/25
O Património Monumental e Artístico de Lisboa	42	47/51
E		
Espinho — José Balanço da Representação Municipal na Feira Popular de Palhavã	42	58-AB
Estêvam — José Banquetes e Bailes Reais	37	41/44
Torneios, touradas e cavalhadas	38	47/50
As Flechas de El-Rei D. Sebastião	39	31/33

Designação	Números	Páginas
F		
Figueira — Luís Um plano audacioso	40	33/38
Figueiredo — Carmen de Vida e Ecos de Lisboa	39	11/15
França — Camarate Novas estações pré-históricas dos arredores de Lisboa	43	53/56
Freitas — Maria Brak Lamy Barjona de A terceira freguezia católica de Lisboa e a sua sede	36	23/32
G		
Gião — Manuel R. (tenente-coronel) Notas sobre os hospitais militares de Lisboa	36	38/42
Notas sobre o Hospital Real Militar no Convento de São João de Deus	38	25/46
Guimarães — Luís de Oliveira (Dr.) Alberto Pimentel	40	23/28
L		
Leal — Mendes — e Vassalo e Silva (Eng.^o) Grandes problemas de Lisboa — O frigorífico do Novo Matadouro Municipal	37	25/36
Leitão — Joaquim Lisboa e o Tejo	38	5/12
Lima — Durval Pires de (Dr.) O Ultramar na toponímia de Lisboa	41	11/17
M		
Macedo — Luís Pastor de A «Linha da Graça» e a «Vamanda de Alfama»	39	5/10
Machado — Fernando Falcão Gente de Coimbra ao serviço de Lisboa	37	45/54
Marquês de Rio Maior A Casa dos Mirandas na Rua das Flores	40	29/32
Marta — Cardoso Lisboa ao Amanhecer	36	33/34
Milagre de Santo António	41	40
Martins — F. A. Oliveira A Lição de António Ennes	38	15/18
Martins — Rocha A Tomada de Lisboa aos Mouros	36	19/22
Melo — Rodrigo de Para as minhas memórias de Lisboa	36	5/11
Poemas de Lisboa: Fado Sem Tom	40	39/40
Maio Mensageiro	41	31/32
Baile dos Quintalinhos	42	58-61

Designação	Números	Páginas
O		
Oliveira — António Rodrigues de (Dr.)		
Contribuição para o estudo da aplicação da Contabilidade à Administração Pública (continuação)	37 38	57/65 59/64
P		
Paço — Afonso do (Cap.)		
Lisboa no Cancioneiro Ribatejano	37	15/20
Pereira — Acúrcio		
Lisboa 1899	43	5/16 e 43/52
Pinto — Américo Cortês (Dr.)		
Monsanto — A Paisagem e o Espírito	41	5/10
Pinto — Augusto		
Uma escola de guias	36	35/37
Q		
Quadros — Luís de		
As grandes obras cidadinas — Campo Grande	36	12/18
Visita do Generalíssimo Francisco Franco a Lisboa	43	17/32
R		
Rebello — Augusto de Sá Viana (Dr.)		
Notas sobre o Congresso das Capitais realizado em Paris	39	29/30
S		
Santos — Cardoso dos (Coronel)		
Onde a terra se acaba e o mar começa	38	24
Sequeira — Gustavo de Matos		
A vida em Lisboa	37	5/14
Peditório para as almas Santas	39	29/30
A Feira de Lisboa	41	27/29
Quadro da Conquista de Lisboa aos Moiros (Um)	42	61/63
Rua da Palma (A)	43	33/42
Silva — Augusto Vieira da (Eng.º)		
Santa Catarina, terceira freguezia cristã de Lisboa?	39	16/18
A Sala do Risco	42	27/45
V		
Vassalo e Silva e Mendes Leal (Eng.ºs)		
Grandes problemas de Lisboa — O frigorífico do Novo Matadouro Municipal	37	23/36
Veloso — P.º Agostinho		
Esta palavra «Lisboa»	40	7/22

ÍNDICE DAS GRAVURAS

Designação	Números	Páginas
A		
Alfama Dois aspectos (<i>Vide Tronos a Santo António</i>)		
Arsenal da Marinha (ano de 1886) Reprodução duma fotografia da época	42	40-A
Outros aspectos	42	40-B-C
Ascensor (novo) — Manuel Lapa (desenho de)	43	5
B		
Bairro Alto (<i>Vide Tronos a Santo António</i>) Dois aspectos	41	24-C
Barcos no Tejo	42	46-A
C		
Campo Grande Quatro aspectos	36	16-AB
C a p a Santo António—Aquaducto das Águas Livres—Varina—Uma paisagem de Lisboa, — Manuel Lapa (desenho de)	36/39	Capa
Caravela — J. Espinho (desenho de)	40/43	Capa
Confraria de Santa Catarina de Ribamar (<i>Vide Monuscritos</i>) Dois aspectos	36	28-AB
Congresso das Capitais realizado em Paris Um aspecto da sessão plenária de abertura	39	24-A
D		
Desenhos, portadas e aberturas de artigos		
N.º 36 — Páginas 3, 5, 12, 18, 19, 22, 32, 33, 35, 37, 38, 42, 43, 44, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 59, 60, 68 e 71.		
N.º 37 — Páginas 3, 5, 15, 20, 21, 24, 25, 36, 41, 44, 45, 55, 57, 65, 67, 68, 69, 74 e 76.		
N.º 38 — Páginas 3, 5, 12, 13, 19, 23, 24, 25, 46, 47, 51, 55, 57, 59, 65, 66, 67 e 76.		
N.º 39 — Páginas 3, 5, 9, 10, 11, 15, 18, 19, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 36, 37, 39, 41, 43 e 48.		
N.º 40 — Páginas 1, 5, 22, 23, 28, 29, 32, 33, 39, 40, 41, 45, 47, 48, 49, 54, 55 e 56.		
N.º 41 — Páginas 1, 5, 10, 11, 17, 19, 25, 27, 29, 31, 33, 40, 41, 43, 44, 45, 51 e 52.		
N.º 42 — Páginas 1, 5, 21, 23, 27, 46, 47, 58, 59, 61, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 74, 75 e 76.		
N.º 43 — 1, 5, 12, 17, 32, 33, 45, 53, 56, 57, 66, 67, 69, 70, 71, 76, 77 e 78.		

Designação	Números	Páginas
E		
Embarque das Relíquias de Santa Auta (<i>Vide Mestre de Santa Auta</i>)		
Enterro de D. Manuel (<i>Vide Manuscritos</i>)		
Exéquias no funeral de D. Manuel	41	10-A
Exposição de gravuras		
Um aspecto da Exposição no Palácio Galveias	43	42-B
F		
Fadistas (1871)	39	10-A
Feira das Bestas — 1792	40	22-A
Feira Popular de Palhavã		
Fotomontagem	42	58-A
Pavilhão de Exposições da C. M. L. — Planta de distribuição	42	58-B
Seis aspectos do Pavilhão	42	58-EF
Frigorífico do Novo Matadouro Municipal		
Planta esquemática	37	30-AB 36-ABC
Alçado lateral e Plano de conjunto	37	Pág. dupla
I		
Infante D. Henrique preparando a armada de Tanger (O)	36	23
L		
Lisboa		
Uma rua de	36	—
Uma cena das ruas de	39	28-A
1650 — Extra-texto do livro «S. João de Brito» — Manuel Lapa (desenho de)	36	32-A
Rua do Arco Marquês de Alegrete	37	54-A
Mapa esquemático da cidade de	40	Pág. dupla
Visita do Presidente do Conselho Municipal de Paris, a — (Seis aspectos)	42	22-BCD
Plantas esquemáticas de —		—
Mapa n.º 1	42	28-A
Mapa n.º 2		32-A
Mapa n.º 3		36-A
Mapa n.º 4		38-A
Mapa n.º 5		43
Mapa n.º 6		44
Visita do Generalíssimo Francisco Franco, a —	43	24-ABCD

Designação	Números	Páginas
M		
Madragoa (<i>Vide Tronos a Santo António</i>)		
Dois aspectos	41	24-D
Manuscritos		
Trecho da Confirmação do Compromisso de Santa Catarina de Ribamar	36	28-A
Início da Confirmação	36	28-B
Enterro de D. Manuel	39	18-A
Mestre de Santa Auta	38	12-A
Milagre de Santo António		
Pintura de autor desconhecido	36	51-A
Carlos Ribeiro (desenho de)	41	39-A
Monsanto		
Um aspecto — Manuel Rodrigues (desenho de)	41	5
Mouraria (<i>Vide Tronos a Santo António</i>)		
Dois aspectos	41	24-A
P		
Paços do Concelho		
Aniversário do Presidente da República	43	52-A
Sessão solene comemorativa do 802.º aniversário da Tomada de Lisboa aos Mouros	43	42-A
Palácio do Corte Real, visto do nascente para poente	42	27
Palácio Galveias (<i>Vide Exposição de Gravuras</i>)		
Pavilhão de Exposições da C. M. L. (<i>Vide Feira Popular de Palhavã</i>)		
Plantas esquemáticas (<i>Vide Lisboa</i>)		
Planta das substruções (<i>Vide Lisboa</i>)		
Praça da Figueira		
R. Cristino (desenho de)	42	23
As saloias vendendo na	42	24-A
Presidente da República		
Um aspecto da sessão solene presidida por Sua Ex. ^a , realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho, comemorativa do seu 80.º aniversário natalício	43	52-A
Q		
Quartel do B. S. B.		
Um aspecto da cerimónia da aposição de medalhas aos sapadores bombeiros	43	42-B
Quinta de S. Vicente		
Várias peças líticas encontradas no local, cujas matérias primas utilizadas para o fabrico de instrumentos foram o «silex», o «quartzoz» e a «quartzite» — 3 figuras	43	54/55
R		
Ribeira das Naus		
Extracto dum quadro pertencente ao Museu das Janelas Verdes — Vista da	42	40-A
Rua do Arco Marquês de Alegrete	37	54-A

Designação	Números	Páginas
Rua do Ouro Vista por ocasião do consórcio de Sua Majestade a Rainha D. Estefânia	41	29-A
Rua Nova da Palma Planta do aspecto de abertura, nos meados do século XVI	43	38-B
Rua da Palma (velha) em 1147	43	38-A
S		
Sala do Risco Cinco aspectos	42	40-BCD
Saloias (<i>Vide Praça da Figueira</i>)		
Santa Catarina Quadro do pintor quinhentista António Vaz — (Foto de Luís Reis Santos) Imagem de	35 39	24-A 16
Santo António Manuel Lapa (desenho de)	36/39	Capa
Livro iluminado da 1.ª metade do Século XVI (Desenho cedido pelo Museu Nacional de Arte Antiga)	38	24-A
<i>(Vide Tronos a —)</i>		
Sessão plenária (<i>Vide Congresso das Capitais realizado em Paris</i>)		
T		
T e j o Um aspecto — Bernardo Marques (desenho de)	36	49
Tronos a Santo António Oito aspectos	41	24-ABCD
V		
Varina — Manuel Lapa (desenho de)	36/49	Capa
Varina — Varela Aldemira (desenho de)	37	14-A
Varinas, vendedeiras de peixe	41	17-A
Visita a Lisboa do Generalíssimo Francisco Franco Doze aspectos	43	24-ABCD
Visita do Presidente do Conselho Municipal de Paris, a Lisboa (<i>Vide Lisboa</i>)		



